



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

JÚLIA LOOSE

**“O LAR DO POVO JUDEU”:
CONDICIONANTES REGIONAIS, SUB-REGIONAIS E
IDENTITÁRIOS NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA
ISRAELENSE.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Florianópolis
2019**

Júlia Loose

**“O LAR DO POVO JUDEU”:
CONDICIONANTES REGIONAIS, SUB-REGIONAIS E
IDENTITÁRIOS NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA
ISRAELENSE.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Graciela De Conti Pagliari.

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Loose, Júlia

O lar do povo judeu : condicionantes regionais,
sub-regionais e identitários na definição da política
de defesa Israelense / Júlia Loose ; orientadora,
Graciela de Conti Pagliari, 2019.

170 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de
Pós-Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

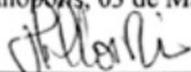
1. Relações Internacionais. 2. Israel. 3. Política
Declaratória de Defesa. 4. Identidade. I. Pagliari,
Graciela de Conti. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais. III. Título.

Júlia Loose

“O LAR DO POVO JUDEU”: CONDICIONANTES
REGIONAIS, SUB-REGIONAIS E IDENTITÁRIOS NA
DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA ISRAELENSE

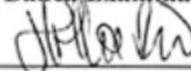
Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI).

Florianópolis, 03 de Maio de 2019.



Prof.º Dr. Helton Ricardo Ouriques
Coordenador do Curso

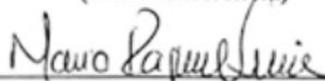
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Coordenador
Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais
Port. 1184/2017/GR

Prof.ª Dr.ª Graciela de Conti Pagliari
Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina
(videoconferência)



Prof.ª Dr.ª Maria Raquel de Sousa Freire
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.º Dr. Igor Castellano da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina
(videoconferência)

Prof.ª Dra. Iara Costa Leite
Subcoordenadora
Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais
Port. 1185/2017/GR

Ao meu pai, Airton Loose.
Por ter me mostrado durante sua
existência o sentido do amor.
Que falta sinto de você.

Ainda escuto o seu sorriso.

AGRADECIMENTOS

Ao Estado brasileiro pelo fornecimento de ensino gratuito e investimento público, no qual assegurou a garantia da minha bolsa de estudos, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ao Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais e à Universidade Federal de Santa Catarina, por permitir deixar, que tal espaço público, fosse a minha segunda casa em Florianópolis.

Agradeço a minha orientadora, Professora Graciela De Conti Pagliari, pelo seu idôneo profissionalismo e orientação. Cara Professora, sua sensibilidade e compreensão são qualidades raras que me inspiram ao caminhar acadêmico. És sinônimo de admiração e respeito. Obrigada pelas palavras de sabedoria e disposição em nossas longas conversas, por vezes um tanto densas, e por me fazer compreender “*que seria possível*”.

Agradeço aos colegas da querida turma “PPGRI 2017”, cuja convivência me permitiu entender que o espaço acadêmico se sustenta também pelo afeto. Á vocês meus queridos: “um até logo!”. Agradeço ao Grupo de Pesquisa e Extensão em Segurança Internacional e Defesa, no qual passei grande parte dos dias de Mestrado. Aos docentes, Professores Danielle Ayres, Juliana Viggiano e Lucas Resende e a todos os discentes do Mestrado e graduação, obrigada pela oportunidade de aprendizado horizontal e coletivo. Agradeço ao Professor Igor Castellano da Silva, da Universidade Federal de Santa Maria, por me introduzir ao interesse pela região do Oriente Médio, com o despertar de um olhar crítico, e por despertar-me o gosto pela pesquisa e ensino, no início de minha caminhada na graduação. Agradeço à minha grande amiga, Angela Lena, pelo companheirismo, afeto e apoio nesses vinte anos de amizade. Amiga, saiba que você foi (e é) responsável por amenizar a saudade de casa.

Por fim, agradeço aqueles os quais me esgotam as palavras. Ao meu pai, Airton Loose, meu grande incentivador, responsável pelo meu ingresso na UFSC, o qual dedico essa dissertação – “*que acompanhaste no início*” – e tudo o mais que farei em minha vida, em sua memória: que viverá sempre presente em minha alma e coração. Onde estiveres, sei que me olhas, por toda a minha vida. À minha mãe, Zair da Rosa Loose, cuja força é inexplicável. Obrigada pelo seu imensurável amor e dedicação em fazer tudo o que você faz por nós. Estou aqui, por você. Ao meu irmão, Felipe Loose, por estar sempre pronto para um abraço de consolo (ou desabafos digitais) em meio a sua conturbada rotina de

doutorando. Você sabe que eu não sou nada sem você! Ao meu companheiro, Gustavo Manduré, pelo amor e compreensão em apoiar minhas escolhas, ainda que significassem estarmos distantes, e por segurar as pontas do mundo enquanto me isolava para concluir a pesquisa. Eu te amo.

*O grande desafio do período moderno
– e seu perigo peculiar – está nisto:
pela primeira vez o homem se
confrontou com seu semelhante sem a
proteção das condições pessoais que
ostentava como diferenciadoras. Foi
esse novo conceito de igualdade que
tornou difícil as relações raciais, pois
nesse campo lidamos com diferenças
naturais, que nenhuma mudança
política pode modificar. É pelo fato de
a igualdade exigir que eu reconheça
que todo e qualquer indivíduo é igual
a mim que os conflitos entre grupos
diferentes, que por motivos próprios
relutam em reconhecer no outro essa
igualdade básica, assumem formas tão
terrivelmente cruéis.*

(Hannah Arendt, *Origens do
Totalitarismo*, Ed. brasileira, 2012,
p.94).

RESUMO

O Estado de Israel foi fundado em 1948, declarado como um Estado Judeu. Desde sua fundação até a década atual sua retórica tem sido o acúmulo de esforços para a preservação da defesa nacional frente a um contexto de legitimidade contestada. Essa dissertação objetiva a realização de um estudo acerca dos elementos que condicionam a política de defesa israelense. Neste quadro, propomos como problema de pesquisa: Quais elementos, traduzidos, na política de defesa, condicionam o comportamento de Israel no seu entorno regional? Avalia-se a importância da moldura conceitual de análise das regiões para as Relações Internacionais, a partir da literatura de Segurança Regional e Potências Regionais, as quais se utilizam de uma interpretação holística para explicação dos fenômenos de segurança. A fim de responder nossa pergunta, partimos da hipótese de que a política de defesa de Israel é condicionada por elementos estruturais que caracterizam o entorno regional o qual o Estado se insere. No entanto, o epicentro de crise que afeta a política de defesa israelense – o conflito com a Palestina – conforta um cenário de complexidade cujas narrativas de percepção e identidade, assumem relevância. Compreendemos que os incentivos estruturais do SROM são uma condição necessária, mas não suficiente na explicação da política de defesa israelense. Embora com pressões sistêmicas, consideramos a identidade nacional judaica, como uma força subjetiva, não abertamente declarada, como variável interveniente no processo.

Palavras Chave: Israel. Política Declaratória de Defesa. Identidade.

ABSTRACT

The Israel State was founded in 1948, declared as a Jewish state. From its foundation until nowadays, its rhetoric has been the accumulation of efforts for the preservation of national defense against a context of contested legitimacy. This research seeks to understand the elements of Israeli defense policy. In this context, we propose the follow problem: What elements, translated, in defense policy, conduct the behavior of Israel in its regional system? The importance of the conceptual framework of the Regions research for International Relations is evaluated, based on the literature of Regional Security and Regional Powers, which use a holistic approach to explain security issues. In order to answer our question, we start with the hypothesis that Israel's defense policy is conditioned by structural elements that characterize the regional system which Israel state belongs. However, the epicenter of crisis that affects Israeli defense policy - the conflict with Palestine - builds a scenario of complexity whose narratives of perception and identity, assume relevance. We understand that SROM's structural incentives are a necessary but not sufficient condition in explaining Israeli defense policy. We consider the Jewish national identity as a subjective force as a variable intervening in the process.

Key Words: Israel. Israel Defense Forces Strategy. Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Atributos dos Subsistemas Regionais de Thompsom.....	37
Figura 2 - Complexos Regionais de Segurança de Buzan e Weaver.....	43
Figura 3 - Indicadores de Potências Regionais.....	49
Figura 4 - Correlação de Recursos: Potências Regionais.....	53
Figura 5 - “O modelo Realista Neoclássico de extração de recurso do Estado”.....	62
Figura 6 - Moderno Oriente Médio.....	75
Figura 7 - Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio.....	76
Figura 8 - “World Military Spending” (2014).....	81
Figura 9 - The Main Exporters and Importers of Major Weapons (2010-14).....	82
Figura 10 - Forças nucleares no mundo.....	82
Figura 11 - Estágios do sionismo para Demant (2001).....	119
Figura 12 - Sionismo Estatal.....	126
Figura 13 - Organograma – Organização das FDI.....	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Forças Militarizadas: Balança regional árabe-israelense	84
Quadro 2 - Panorama Estratégico IDF 2016.	139
Quadro 3 - Fatores de Ameaças	142
Quadro 4 - Inteligência – FDI	144
Quadro 5 - Quadro de variáveis	148

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGNU	– Assembleia Geral das Nações Unidas
CRS	– Complexo Regional de Segurança
CSIS	– <i>Center for Strategic and International Studies</i>
CSU	– Conselho de Segurança das Nações Unidas
FDI	– Forças de Defesa Israelenses
IRGC	– Guarda Revolucionária Iraniana
OLP	– Organização para Libertação da Palestina
ONU	– Organização das Nações Unidas
SIPRI	– <i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
SROM	– Sistema Regional do Oriente Médio
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (União Soviética)
WZC	– <i>World Zionist Congress</i>

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	23
1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: SISTEMAS REGIONAIS E SEGURANÇA ESTATAL	31
1.1	PREÂMBULO AO CAPÍTULO.....	31
1.2	REGIONALISMOS E O NÍVEL DE ANÁLISE REGIONAL.....	32
1.2.1	O velho regionalismo: regiões como subsistemas	32
1.2.2	Novo Regionalismo: A Escola de Copenhague e os Complexos Regionais de Segurança	38
1.3	NOVAS UNIDADES DE ANÁLISE: AS POTÊNCIAS REGIONAIS.....	44
1.3.1	Período Pós Guerra Fria: mudanças estruturais	45
1.3.2	Potências Regionais: definindo o conceito	48
1.4	ESTABELECENDO O COMPORTAMENTO DE POTÊNCIAS REGIONAIS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS.....	55
1.4.1	Segurança Estatal e Identidade: contribuições do construtivismo Positivista	55
1.4.2	Contribuições do Realismo Neoclássico	60
1.4.3	O caso de Israel	63
1.5	CONCLUSÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO.....	66
2	ISRAEL: CONTEXTO REGIONAL E NÚCLEOS DE INTERAÇÃO DE 1948 A 2006	69
2.1	PREÂMBULO AO CAPÍTULO.....	69
2.2	SISTEMA REGIONAL DO ORIENTE MÉDIO: INTRODUÇÃO.....	70
2.2.1	Definindo o SROM	70
2.2.2	Polaridade e Polarização	77
2.3	BALANÇA REGIONAL ÁRABE- ISRAELENSE (1948 – 1973).....	88
2.3.1	Da Guerra de Independência à Guerra dos Seis Dias (1948 – 1967)	88
2.3.2	Guerra do Yom Kippur (1973)	92
2.4	BALANÇA REGIONAL ÁRABE-ISRAELENSE (1990 - 2006).....	94
2.4.1	Reflexos da Guerra Fria	94
2.4.2	11 de setembro: divisor de águas?	96
2.4.3	Estudo de caso I: Operação Escudo Defensivo	101

2.4.4	Estudo de caso II: Segunda Guerra do Líbano.....	104
2.4.4.1	<i>Hezbollah: assimetrias positivas.....</i>	105
2.4.4.2	<i>O conflito de 2006: 33 dias inesperados.....</i>	107
2.5	CONCLUSÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO.....	111
3	“O LAR DO POVO JUDEU”: DEFININDO A POLÍTICA DE DEFESA ISRAELENSE.....	115
3.1	PREÂMBULO AO CAPÍTULO.....	115
3.2	ASPECTO IDENTITÁRIO: SIONISMOS, CONSTRUÇÃO DO ESTADO E IDENTIDADES ISRAELENSES.....	116
3.2.1	Sionismo e a construção da identidade israelense.....	116
3.2.2	Sionismo Estatal e a construção das Forças de Defesa de Israel (1948 – 1967).....	121
3.2.3	Sionismo Tardio (1967 – 1991).....	126
3.2.4	Reflexos da Guerra Fria, 11 de setembro e Pós Sionismo.....	128
3.3	ASPECTO REGIONAL: PERCEPÇÕES DE AMEAÇA E PAPEL DA DEFESA.....	130
3.3.1	Organização das FDI.....	130
3.3.2	Política Declaratória de Defesa (IDF 2016).....	134
3.3.2.1	<i>Contexto de divulgação.....</i>	134
3.3.3	Doutrina de Segurança Nacional.....	137
3.3.4	Definição do Inimigo.....	140
3.3.5	Emprego da Força.....	143
3.4	CONCLUSÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO.....	146
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
	REFERÊNCIAS.....	155
	GLOSSÁRIO.....	167
	ANEXO A- Mapa de Israel: Político.....	169
	ANEXO B – Balança Militar Árabe-Israelense.....	170

INTRODUÇÃO

“O lar do povo judeu”, assim declara-se o Estado de Israel (IDF, 2016, p. 3). O desejo do povo judeu de retorno à sua pátria de origem, território da Palestina, como resposta de décadas de diásporas, originou a criação do seu próprio nacionalismo, o sionismo, que teve como resultado a fundação de Israel, proclamado em quatorze de maio de 1948. Desde sua proclamação até a década atual a retórica do estado judeu tem sido o acúmulo de esforços para a preservação de sua defesa nacional frente à contextualização regional de hostilidade e legitimidade contestada.

A Guerra de Independência (1948) apresentou para o mundo a sequência de conflitos que viriam a tangenciar as relações de Israel no seu entorno, os conflitos árabes – israelenses, enfatizando o êxito da conduta do lado israelense. Inserido em um contexto regional de epicentro das crises que ocorriam no nível sistêmico, poderia um Estado judeu sobreviver no meio de um mundo árabe em transformação? É neste cenário que esta pesquisa se insere.

O período pós Guerra Fria desencadeou a reformulação da agenda de segurança internacional, onde os fatores não tradicionais de fonte de ameaça abriram espaço para a ampliação dos problemas de segurança. O conceito de segurança passou a ser compreendido como um processo constitutivo não mais restrito ao setor militar, mas também aos setores político, econômico, societal e ambiental¹. Este processo somou-se à valorização dos cenários regionais, dado que tais ameaças seriam compartilhadas por agrupamentos de Estados com percepções de segurança em comum, onde seriam refletidos os processos de securitização do nível global.

O nível sistêmico já não podia mais ser considerado como primário, de modo como retratado pelo Realismo Estrutural de Waltz (1979). Conforme abordou Prys (2010) a responsabilidade do nível sistêmico foi transferida para o nível regional, abrindo espaço de protagonismo da dimensão regional como objeto de estudo, enfatizado pelas teorias do Novo Regionalismo. Nesse contexto, emergem perspectivas que avaliam países com capacidades suficientes para conduzirem o direcionamento das dinâmicas de segurança de seu entorno, seja em padrões de conflito ou padrões de cooperação, as potências regionais.

¹ Atualmente inclui-se o setor cibernético.

Partindo do pressuposto de que regiões são sistemas complexos e autônomos no seu nível de análise – o que não significa que sejam sistemas fechados à interação externa – consideramos o entorno regional de Israel, o Oriente Médio, como um agrupamento padronizado pelos seus dilemas de segurança interdependentes, que o configuram conforme abordado nesta pesquisa, como o Sistema Regional do Oriente Médio (SROM).

Situado na intersecção entre Europa, Ásia e África, o SROM foi construído a partir de fatores seculares culturais e identitários que devido ao longo processo de colonização refletiram na sua composição atual. Trata-se de uma região que para ser compreendida necessita que o analista inclua variáveis de identidade e religião para além das fronteiras estatais demarcadas pelas potências colonizadoras. Por sua vez, na definição de Hinnebush (2003, p. 3), o SROM se trata de um núcleo árabe com uma identidade fragmentada em múltiplos territórios, flanqueado por uma periferia de Estados não-árabes: Turquia, Irã e o objeto de estudo, Israel.

Considerando o desencadeamento dos seguintes fatores no plano teórico e conjuntural: a) ameaças de caráter difuso, incluindo percepções de subjetividade; b) aprimoramento do conceito de potências regionais; c) declaração do Estado de Israel (autoproclamado como Estado Judeu); d) formações conflituais árabes-israelenses de 1948 – atualidade; e) êxito israelense, f) publicação inédita da doutrina de defesa nacional em 2015, nossa investigação será pautada pelo seguinte problema: Quais elementos, traduzidos, na política de defesa condicionam o comportamento de Israel no seu entorno regional?

As abordagens das Relações Internacionais têm muito a contribuir para a compreensão do problema aqui proposto. Conforme aponta Van Evera (1997), o campo de pesquisa da Ciência Política inclui a aplicação de teoria para resolver problemas e responder perguntas históricas (VAN EVERA, 1997, p. 4), desse modo compreendemos que a fundamentação teórica da pesquisa é uma base importante. Para além de sua utilização como instrumento explicativo, objetiva-se nessa dissertação fazer com que, em alguma medida, abordagens distintas em seu núcleo duro explicativo dialoguem. Para este fim, utilizaremos do arcabouço teórico da agenda de pesquisa dos estudos do Novo Regionalismo, com influência dos estudos de segurança da Escola de Copenhague, a qual nos permite uma interpretação holística de um fenômeno de segurança. Primeiramente, conceitos utilizados nesta agenda, como Sistemas Regionais e Potências

Regionais serão abordados para melhor entendimento do objeto de análise.

Neste sentido, a partir da utilização destes conceitos, o Construtivismo nos permite trabalhar com as identidades e os interesses como as variáveis independentes no processo de socialização dos Estados (WENDT, 1992). Essa orientação teórica nos permitirá investigar como a identidade israelense e suas percepções de ameaça moldam suas decisões políticas e de defesa. É a partir do arcabouço do Construtivismo que buscaremos a análise do papel de forças subjetivas, não abertamente declaradas, incluídas no processo de decisão dos Estados. Ressaltamos que tal corrente, nos auxiliará para a compreensão dos elementos supracitados, em comunhão com as demais orientações teóricas trabalhadas. Conforme aponta Demant (2001) mesmo em conflitos altamente ideologizados como o Israel e Palestina, fatores objetivos continuam sendo abordados como relevantes (DEMANT, 2001, p. 207).

Por sua vez, o Realismo Neoclássico nos permitirá refletir sobre a incorporação das variáveis domésticas no processo decisório dos Estados, que ainda assim permanecem sendo filtradas pelas pressões sistêmicas (ROSE, 1998). Mesmo tangenciada como uma agenda emergente nas Relações Internacionais e pouco estudada devido sua atualidade, essa orientação teórica contribuirá para a análise das variáveis domésticas de Israel enfatizadas na capacidade de mobilização dos seus recursos econômicos, militares e identitários (TALIAFERO, 2009, p. 196) na determinação de sua política de defesa.

Por meio da moldura conceitual do Novo Regionalismo e das abordagens supracitadas, a pesquisa feita tem o intuito de analisar o comportamento de Israel, evidenciado no seu documento da política declaratória de defesa. A partir do contexto contínuo de beligerância árabe-israelense, objetivamos identificar os elementos condicionantes da política de defesa israelense pela dimensão regional – a partir da característica do entorno regional em termos de polarização e polaridade, e pela dimensão doméstica – a partir da inclusão da variável identidade estatal como narrativa de percepção. Como um fator inédito, recentemente em 2015 o governo israelense divulgou ao público a primeira versão oficial da sua doutrina nacional de defesa com o documento, *The Israel Defense Forces Strategy (IDF Strategy)*.

Para o cumprimento da análise, a dissertação se propõe como um estudo do tipo explicativo, que adota o método de abordagem hipotético dedutivo e o método de procedimento de estudo de caso. As etapas da pesquisa foram norteadas conforme a lógica de Popper (2005) que

consiste na elaboração de um problema; solução proposta; e testes de falseamento desta solução (POPPER, 2005), conforme veremos a seguir. De acordo com Van Evera (1997, p. 50), os estudos de caso são investigações empíricas que investigam um fenômeno dentro do seu contexto e denotam sua relevância por ter a capacidade de identificar novas hipóteses através da combinação de dedução e indução. Neste mesmo seguimento, observamos que os estudos explicativos podem ser compostos de relações causais e/ou hipóteses, as quais – em sua maioria – são compostas por variáveis (VAN EVERA, 1997, p. 8).

A variável dependente é a política de defesa de Israel. A hipótese construída a partir da proposição do nosso arcabouço teórico considera que a política de defesa de Israel é condicionada por elementos estruturais que caracterizam o entorno regional o qual o Estado se insere. Esses elementos são traduzidos nos aspectos de polarização do Sistema Regional do Oriente Médio (SROM) e da balança regional árabe-israelense. No entanto, o epicentro de crise que afeta a política de defesa israelense – o conflito com a palestina – compreende um cenário de complexidade cujas narrativas de percepção e identidade, assumem relevância. Neste sentido, compreendemos que os incentivos estruturais do SROM são uma condição necessária, mas não suficiente na explicação da política de defesa israelense. Nesta relação causal, consideramos a identidade nacional judaica, como uma força subjetiva, não abertamente declarada, como variável interveniente, no processo de condução da política de defesa de Israel como ofensiva.

Para realização de nosso estudo, estabelecemos como recorte temporal o período de 1948 a 2006. Iniciamos nossa análise com a proclamação do Estado Judeu – momento o qual Israel se define institucionalmente na Assembleia Geral das Nações Unidas (ASGNU) como Estado e consolida suas Forças de Defesa. A periodização histórica inclui um *continuum* de conflitos árabes-israelenses decisivos para avaliarmos a polarização da região. Nosso recorte temporal se encerra na Guerra do Líbano de 2006, visto que o conflito se constituiu como um propulsor para o desenvolvimento militar de Israel. Do ponto de vista metodológico, salientamos que o recorte temporal encerrado na Guerra do Líbano, também se evidencia devido a disponibilidade de fontes de pesquisa. Trabalhar com períodos muito atuais implica na carência de fontes de pesquisa, embora, salientamos com nosso estudo exploratório, que a investigação do documento da doutrina nacional de defesa israelense se configura como incipiente a ser realizada no âmbito da academia brasileira.

A pesquisa será operacionalizada por técnica de pesquisa documental (fontes primárias) e técnica de pesquisa bibliográfica (fontes secundárias). Quanto a primeira, as fontes adotadas serão documentos governamentais, documento da Declaração de Independência de Israel (disponível em língua inglesa), Documento da Política de Defesa Nacional das Forças de Defesa Israelense, (disponível na língua inglesa), pronunciamentos dos Primeiros Ministros disponíveis online, relatórios e memorandos amplamente atuais disponibilizados no sítio online das Forças de Defesa de Israel². Quanto a segunda, Lakatos e Marconi (2003, p. 181) observam que a finalidade da pesquisa bibliográfica “é colocar o pesquisador em contato com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive em conferências seguidas de debates”. Portanto, as fontes partirão de estudos empíricos e analíticos (concluídos e em desenvolvimento) centrados nos conceitos abordados. Tendo em vista a atualidade do recorte temporal, artigos jornalísticos de síntese de análise de conjuntura também serão utilizados, dado a recente divulgação do documento de defesa nacional.

Conforme mencionado, os documentos oficiais de defesa do Estado representam a posição assumida pelo Estado frente à comunidade internacional em situações de perigo. Dado que a literatura da Escola de Copenhague, por exemplo, encara as temáticas da segurança por meio de atos discursivos, os documentos oficiais tornam-se relevantes em qualquer nível analítico.

Não obstante, serão utilizados ao longo da pesquisa dados quantitativos para avaliar capacidades materiais, reaparelhamento militar, quantidade/tipo de Operações das Forças Armadas (entre outros) de ambos os países retirados de banco de dados, sendo a principal fonte o *Center for Strategic and International Studies* (CSIS), com o *Middle East Program*³. Também serão consultados outros sítios online como o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI)⁴ e o *Correlates of War* (COW)⁵.

Ademais, os estudos de defesa têm assumido protagonismo tardio no continente Sul-Americano nos últimos anos. Embora a situação esteja sendo revertida, na América do Sul houve uma separação artificial na área de Relações Internacionais em que a Defesa passou a ser

² A saber: < <https://www.idf.il/en/>>

³ Disponível em: < <https://www.csis.org/programs/middle-east-program/>>

⁴ Disponível em: < <https://www.sipri.org/>>

⁵ Disponível em: < <http://www.correlatesofwar.org/>>

estudada como uma temática interna ao Estado. Para Saint-Pierre e Vitelli (2018) essa separação privou a defesa de importantes análises que poderiam ter sido feitas com reflexões internacionalistas.

A pesquisa importa ao caso brasileiro, devido ao fato de que Brasil e Israel possuem inúmeros incentivos de cooperação técnica, acadêmica e militar. Cabe destaque aos editais lançados em 2007, os quais foram renovados até 2018, de Cooperação Bilateral em Pesquisa e Desenvolvimento Industrial no Setor Privado entre os dois países, com financiamento do BNDES por parte do Brasil e do Escritório do Cientista-Chefe (OCS) de Israel, além dos contratos bilaterais de cooperação e assistência militar⁶.

Além disso, nos termos da utilização teórica utilizada, Brasil se inclui na categoria de potência regional com capacidade suficiente de exercer agência no entorno regional da América do Sul. Ao se propor em avaliar os elementos que definem o comportamento de uma potência regional por meio da estrutura do seu entorno, esse estudo importa para a aplicabilidade de pesquisas futuras de comparação entre potências regionais. Nos quais, se insere o caso do Brasil.

Quanto a estrutura textual, propõem-se a organização dos capítulos por meio dos objetivos específicos. Adotamos um modelo tradicional de pesquisa dividido em três partes: análise teórica, análise histórica e análise do caso. Assim, no primeiro capítulo serão apresentadas as fundamentações teóricas supracitadas que auxiliarão na compreensão do problema de pesquisa, mencionadas anteriormente.

No segundo capítulo, com caráter histórico será abordado o cenário das relações de segurança do SROM no período de 1948 a 2006. Primeiramente apresentaremos a definição do SROM em seus aspectos de polaridade e polarização; no segundo momento introduziremos nossa abordagem da balança regional árabe-israelense no período de 1948 – 1973, com enfoque nos quatro conflitos: Guerra de Independência (1948); Crise Suzez (1956); Guerra dos Seis Dias (1967) e Guerra do *Yom Kippur* (1973). Posteriormente, avançaremos nossa abordagem quanto aos reflexos trazidos pela Guerra Fria e pelo onze de setembro na balança-regional. Por fim, analisaremos dois estudos de caso, de conflitos protagonizados por Israel inseridos na nova perspectiva de segurança do período: a Operação Escudo Defensivo (2002) e a segunda guerra do Líbano (2006).

⁶ Recentemente (Jan, 2019), Israel enviou uma delegação de soldados ao Brasil para auxílio às comunidades vítimas do crime ambiental do rompimento de uma barragem, na cidade de Brumadinho, em Minas Gerais.

No terceiro seguimento, uma vez contextualizado o entorno regional de Israel, bem como suas relações de inimizade, avaliam-se as questões domésticas condicionantes da sua política de defesa. No primeiro momento abordaremos a variável identidade, a partir do projeto sionista de construção do Estado, apresentando suas três fases: sionismo estatal, sionismo tardio e pós-sionismo. No segundo momento, nossa análise do entorno regional será verificada por meio da leitura e interpretação israelense quanto a doutrina de segurança; definição do inimigo; papel da defesa e situações de emprego da Força, inseridas na política declaratória.

Por fim, nas considerações finais apresentaremos os resultados obtidos da pesquisa, com a verificação da relação de variáveis e teste da hipótese. Salientamos que o caráter exploratório-explicativo dessa pesquisa não visa mais do que contribuir para o estabelecimento do debate sobre as causas da política de defesa israelense no âmbito brasileiro, especialmente dado as relações bilaterais dos dois países, bem como sua importância na inserção do debate de busca pela paz no conflito israelo-palestino. Além do mais, ressaltamos nossa responsabilidade na condição de pesquisadoras em registrarmos solidariedade ao povo palestino, diretamente afetado pelas ações da política de defesa israelense aqui trabalhada.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: SISTEMAS REGIONAIS E SEGURANÇA ESTATAL

“The image of a ‘new world’ disorder began to dominate perceptions of the future, bringing with, a new security agenda.”

(BUZAN, 1997, p .8)⁷

1.1 PREÂMBULO AO CAPÍTULO

A mudança na conjuntura internacional com o fim da Guerra Fria refletiu no avanço do estudo do Regionalismo. Regiões tornaram-se objetos delimitados de estudo, caracterizadas como sistemas regionais, que se encontravam entre o nível sistêmico, composto pelo sistema internacional, e o nível das unidades, composto pelos Estados. Este capítulo buscará apresentar a moldura conceitual dos estudos regionais e o desenvolvimento de sua agenda, para posteriormente apresentar o conceito da unidade de análise desta pesquisa: as potências regionais. A partir disso, na primeira seção serão apresentados os debates do Regionalismo, caracterizados como o velho Regionalismo, cujo enfoque centrava-se nos processos de integração na Europa no século XX a partir da década de sessenta e seu avanço na década de noventa. Na segunda seção será feita uma análise teórica sobre o conceito de potências regionais avaliando suas limitações conceituais. No terceiro seguimento será feita uma análise acerca dos padrões de comportamento desta categoria de análise em termos de segurança e defesa. Considerando-os como instituições compostas por forças constitutivas e subjetivas, serão analisadas as contribuições teóricas do Construtivismo e do Realismo Neoclássico para o auxílio do nosso problema de pesquisa. Por fim, abordaremos o caso de Israel neste universo analítico ao apresentar uma breve introdução acerca dos elementos que o definem como uma potência regional, os quais conduzirão nossa análise nos capítulos seguintes.

⁷ A epígrafe versa sobre a nova agenda de segurança no período Pós Guerra Fria. Compreendemos por “desordem”, um sistema unipolar – em seu primeiro momento – que recém emergira no Sistema Internacional, com o desmantelamento da URSS. Essa mudança estrutural foi fundamental para o aprimoramento do conceito de potências regionais, a ser tratado neste capítulo.

1.2 REGIONALISMOS E O NÍVEL DE ANÁLISE REGIONAL

1.2.1 O velho regionalismo: regiões como subsistemas

De acordo com o dicionário de Ciência Política, Regionalismo define-se como uma “*tendência política dos que são favoráveis às autonomias regionais*” (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p.1084). Partindo desta definição, pode-se afirmar que o regionalismo consiste em processos, seja de cunho econômico, político, militar e social que ocorrem em uma região delimitada geograficamente no globo⁸. Desse modo, no campo de estudo de Segurança Regional, trata-se de uma abordagem cuja premissa principal é a ênfase no nível de análise regional, situado entre o nível estatal (unidades) e o nível sistêmico os quais compõe o sistema internacional. As teorias regionalistas foram fundamentais para o desenvolvimento da área, na medida em que pautaram aspectos sobre um novo conceito de segurança na organização do sistema internacional Pós-Westfaliano ao longo da história. Conforme apontado por Hurrell (1995) cabe ressaltar que as definições de regiões e regionalismos são amplas e com consenso limitado. Nesta subseção busca-se, portanto, apresentar as contribuições do regionalismo, pautadas pela intensidade dos processos históricos e fenômenos ocorridos nas regiões.

As primeiras abordagens caracterizadas como regionalistas surgiram no final da década de 1960 e início dos anos 1970, enquadradas no período da Guerra Fria e inferidas pela literatura como o “velho” Regionalismo. Trata-se de abordagens cujo objetivo era a compreensão, dada pela observação, do dinamismo dos processos políticos que ocorriam na Europa. Em síntese, a agenda no velho regionalismo foi desencadeada pelos seguintes fatores: 1) no âmbito do mundo desenvolvido, a ênfase nos processos de integração regional, iniciados com a criação da Comunidade Europeia no final da década de 1950 e 2) no âmbito do Terceiro Mundo os processos de descolonização junto ao surgimento de novos Estados independentes. Mediante esses acontecimentos, Soederbaum (2015) afirma que uma gama de autores estava focada particularmente na definição de integração regional e nas organizações regionais, enquanto outro conjunto de autores focava-se

⁸⁸ Algumas abordagens regionalistas não consideram a delimitação geográfica como importante, mas sim as noções de “consciência regional” e “identidade regional” que são imprecisas, por natureza. Exemplo: cooperação sul-sul no âmbito dos BRICS. Esta temática será retomada ao longo do desenvolvimento deste capítulo.

em desenvolver um aparato teórico para pensar o regionalismo a partir da formulação do conceito de subsistemas regionais (SEDERBAUM, 2007, p. 13).

Parte do primeiro conjunto de autores, Hurrel (1995), aponta que essa análise “convencional” do regionalismo, foi inicialmente dominada por teóricos liberais que buscaram identificar as características das relações intra-regionais possíveis para um processo de integração econômica por um lado e aprofundamento de uma comunidade política por outro (HURREL, 1995, p. 30). Tratava-se de se pensar as regiões e seus processos de integração do ponto de vista econômico e político, porém, com primazia na dimensão econômica. No âmbito eurocêntrico, a agenda de pesquisa estava embasada em teorias como federalismo, funcionalismo, transnacionalismo e intergovernamentalismo, as quais buscavam explicar o processo de integração regional e as motivações dos Estados em aderi-la⁹. Conforme aponta Soederbaum (2015), o estudo da integração regional preocupava-se em explicar *como e por que* os Estados poderiam assumir sua “perda de soberania” ao fundirem-se com seus vizinhos em prol de um processo de cunho integracional maior (SOEDERBAUM, 2007, p.11).

Neste contexto, a integração era tida como uma ferramenta para o encerramento dos conflitos estatais, portanto, o regionalismo não tratava apenas de processos que visavam estabilidade econômica, mas sim, um projeto de construção de uma nova ordem no mundo: a regionalização. Essa regionalização seria possível por meio de organizações regionais, vistas a exemplo do modelo da Comunidade Europeia, identificada como o motor ideal de integração da época, caracterizada por uma abordagem institucionalista do processo de integração (KELLY, 2007, p. 203). Além disso, cabe ressaltar que na época também se desenvolviam teorias que abordavam a ideia de consciência e identidade regional, acrescentando uma variável subjetiva para a compreensão das regiões, formulada pelas percepções dos atores envolvidos (HURREL, 1995, p. 27)¹⁰.

Em paralelo, o desenvolvimento das teorias regionalistas no Terceiro Mundo¹¹ em contraste com o debate europeu focado

⁹ Teoria Funcionalista de Ernest Haas (1964).

¹⁰ Cabe destacar a obra de Karl Deutsh (1957) “*Political Community at the International Level: Problems of Definition and Measurement*”.

¹¹ O termo “Terceiro Mundo” foi cunhado pelo Ocidente com caráter político e econômico. Trata-se de uma categoria de análise nos estudos de segurança regional. Por vulnerabilidade, entende-se que questões vinculadas a esfera militar têm menos importância nesses países – temática que permeia a agenda das grandes potências. No

centralmente na integração regional, tinha como enfoque o âmbito econômico a partir da promoção de industrialização, de medidas de desenvolvimento contra o protecionismo e o avanço no processo de substituição de importações. Buscava-se uma “transformação estrutural” da conjectura econômica de subdesenvolvimento dessas regiões, por meio dos processos regionais de cooperação e integração como mecanismo para o desenvolvimento e formação do Estado. Exemplos na prática desta condução do regionalismo ocorreram no subcontinente da América do Sul, e nos continentes da África e Ásia (SOEDERBAUM, 2015, p. 14- 15).¹²

Tais eventos históricos colocaram na agenda dos Estados o interesse primordial em processos de integração regional. Por isso neste contexto, conforme mencionado, emerge o debate epistemológico e teórico de categorizar as regiões como objeto autônomo de estudo, com a noção de que as regiões seriam categorizadas como “subsistemas”, participantes de um sistema primário de nível global (KELLY, 2007, p.202).

A noção de um subsistema, inserido dentro de um sistema maior¹³, permite que não somente os constrangimentos sistêmicos sejam analisados como condicionantes das ações estatais, mas sim que especificidades locais e características sócio-históricas compartilhadas em outro âmbito analítico sejam consideradas (KELLY, 2007, p. 202 – 203). Neste contexto e para compreensão da necessidade de inferência do nível de análise regional e a forma com que esse fato pautou a nova dimensão dos estudos de segurança, cabe remeter primeiramente as teorias sistêmicas de análise para a compreensão da política mundial, tais quais, abordadas nesse período por Singer (1961) e Waltz (1979)¹⁴.

Tradicionalmente as contribuições sistêmicas adotaram a inferência primordial ao nível de análise global para compreensão do sistema internacional. Tanto Singer (1961) quanto Waltz (1959, 1979)

Terceiro Mundo são as vulnerabilidades política, econômica e social que se destacam na agenda de segurança. Torna-se necessária outra lente de análise no estudo dessas regiões e Estados por isso, este trabalho abordará este conceito. Embora alguns autores apontem como uma nomenclatura não atual considera-se sua aplicabilidade nesta pesquisa por meio da metodologia de estudos das regiões, na atual configuração internacional. Para mais informações do termo em perspectiva atualizada, ver Raju (2003) *“What is the Third World Security?”*.

¹² Tais quais: criação do LAFTA (Latin American American Free Trade Association), em 1960, da Organização da União Africana e da ASEAN.

¹³ Chamado de sistema primário, Waltz (1979); Buzan e Weaver (2003); Kelly (2007); Schweller (2011).

¹⁴ Cabe inferir importância a contribuição de Kaplan (1957).

propõem teorias sistêmicas que consideram o nível internacional e o nacional como elementos distintos de análise¹⁵. Singer (1961) aponta que o nível sistêmico de análise é o mais abrangente dos níveis disponíveis, pois inclui a totalidade das interações que ocorrem dentro do sistema e do ambiente. Ao focar no sistema, é possível generalizar sobre fenômenos mais específicos como coalizações e a frequência ou duração de conflitos. O autor elabora sua abordagem sistêmica avaliando o sistema internacional e os sistemas nacionais a partir dos Estados como atores centrais.

A contribuição de Singer (1961) foi significativa no exercício e na importância de estabelecerem-se níveis analíticos para compreensão dos fenômenos internacionais, que ao fim e ao cabo, são amplamente interligados. Nas palavras do autor: “a abordagem sistêmica é a maneira mais eficiente para compreenderem-se os padrões de coalizões e dissoluções de alianças no sistema bem como específicas configurações de poder e sua duração, pois permite analisar as relações internacionais como um todo” (SINGER, 1961, p.80).

Em sua contribuição sistêmica, Waltz (1979), propôs uma teoria estrutural cujo objetivo consistiu em definir separadamente o conceito de sistemas, estrutura e a relação presente entre unidade-estrutura (WALTZ, 1979, p. 63). Nesta definição, um sistema político externo é composto por: estrutura (nível global) e unidades em interação (nível local), e seu princípio ordenador é a anarquia. O princípio ordenador do Sistema Internacional é a anarquia e a distribuição de capacidades das unidades em interação é o que caracteriza a estrutura deste sistema, a exemplo: bipolar na Guerra Fria e unipolar no pós Guerra Fria. Nas palavras do autor:

Um sistema é então definido como um conjunto de unidades em interação. Num primeiro plano, um sistema consiste numa estrutura, sendo a estrutura o nível sistêmico propriamente dito que torna possível pensar nas unidades como formando um conjunto, algo mais do que uma mera coleção. Noutra plano, o sistema consiste em unidades em interação. O objetivo da teoria sistêmica é mostrar como os dois níveis operam e interagem e isso requer a demarcação um do outro. Só podemos perguntar

¹⁵ Relembra-se aqui a Teoria do Jogo de Dois Níveis, de Putnam (1988) utilizada para a Análise de Política Externa.

como *A* e *B* se afetam mutuamente, e continuar para procurar uma resposta, se *A* e *B* puderem ser mantidos distintos (WALTZ, 1979, p. 63).

Inserida no contexto de bipolaridade, a contribuição da teoria sistêmica do Realismo Estrutural formulada por Waltz (1979) representou o avanço no estudo das Relações Internacionais, ao passo que forneceu um modelo analítico capaz de proporcionar a definição do que seria o *status quo* do Sistema Internacional, a partir da distribuição de capacidades e comportamento dos Estados. No nível de análise regional, inseridos nesse arcabouço teórico e em face da própria conjuntura bipolar, primeiramente compreendia-se que os subsistemas regionais não possuíam padrões autônomos de comportamento com suas unidades¹⁶, mas sim eram subordinados e dominados ao sistema primário com intervenção externa (KELLY, 2007, p. 202).

A noção de subsistemas regionais também foi desenvolvida por Thompson (1973). Segundo o autor “um subsistema é simplesmente um componente de um sistema maior com propriedades sistêmicas próprias” (THOMPSON, 1973, p. 96, Tradução nossa). Embora afirme que essa categoria é provida de sentido ambíguo, os termos “região” e “regional” se formulam pela possibilidade de estabelecerem-se “limites identificáveis” e, portanto, a interação entre estes limites – os quais são as fronteiras estatais – que determinam a região. O autor elenca vinte e uma categorias que são atribuídas para um sistema regional, conforme aponta a Figura 1, a seguir:

¹⁶ Aqui ainda referidos somente como os Estados.

Figura 1 - Atributos dos Subsistemas Regionais de Thompsom

TABLE 2
REGIONAL SUBSYSTEM ATTRIBUTE LIST

-
-
- (1) Proximity or primary stress on a geographic region.
 - (2) Actors' pattern of relations or interactions exhibit a particular degree of regularity and intensity.
 - (3) Intrarelatedness—a condition wherein a change at one point in the system affects other points.
 - (4) Internal recognition as distinctive area.
 - (5) External recognition as distinctive area.
 - (6) One or more actors.
 - (7) At least two actors.
 - (8) At least three actors.
 - (9) Small powers only.
 - (10) Units of power are relatively inferior to units in the dominant system.
 - (11) Subordination in the sense that a change in the dominant system will have a greater effect on the subsystem than the reverse and there is more intensive and influential penetration of the subsystem by the dominant system than the reverse.
 - (12) Geographical—historical zone.
 - (13) Some degree of shared ethnic, linguistic, cultural, social, and historical bonds.
 - (14) A relatively integrated and unified area.
 - (15) Some evidence of integration or a professed policy of achieving further economic, political, and social integration.
 - (16) Functionally diffuse.
 - (17) Explicit institutional relations or subsystem organization.
 - (18) Autonomy—intrasystem actions and responses predominate over external influences.
 - (19) A distinctive configuration of military forces.
 - (20) A regional equilibrium of local forces.
 - (21) Common developmental status.

Fonte: Retirado de *Regional Subsystem: attribute list*. (THOMPSON, 1973, p.93)

Por meio da análise destas vinte e uma características, Thompsom (1973) marcou a centralidade do nível de análise regional na dimensão da segurança ao apontar quatro variáveis que são condicionantes para a existência de um subsistema regional, tais quais: 1) os padrões de interações regulares e intensas entre os atores; 2) proximidade geográfica; 3) reconhecimento por parte dos atores internos e externos da região como um “teatro de operação” e 4) qualquer subsistema deve integrar logicamente pelo menos dois atores (THOMPSON, 1973, p.101).

A contribuição sofisticada de Thompsom (1973) serviu como base para autores posteriores identificarem e inferirem generalizações

quanto ao comportamento de um subsistema regional. Conforme aponta Kelly (2007), por muito tempo a noção das regiões como subsistemas foi considerada especialmente no período da bipolaridade dado que a intervenção externa das duas potências demonstrou claramente essa subordinação.

Somado a isso os pressupostos realistas de Waltz com ênfase na análise sistêmica, tornaram-se enfraquecidos com o declínio das questões estritamente político-militares no centro dos estudos de segurança no contexto do fim da Guerra Fria: a Guerra não era mais a possibilidade prioritária das grandes potências. Isso ocasionou o surgimento de novos atores internacionais, novos tipos de guerras, fortalecimento de países em seus contextos regionais, novos processos de integração, entre outros. Com o fim da bipolaridade, o paradoxo da disciplina se concentrou em compreender a nova configuração que emergia acompanhada de diferentes processos ocorrendo simultaneamente em todas as regiões do mundo.

Conforme abordado anteriormente, a teoria neorrealista contribuiu para a ideia de “subsistemas”, ao passo que elevou o nível sistêmico como primário com total preponderância. Entretanto, o colapso da bipolaridade alterou a forma de pensar o Regionalismo: este passou a ser identificado como uma medida de autonomia regional, elevando assim o nível de análise regional para o enfoque central. Conforme apontado por Prys (2010), o fim da Guerra Fria acarretou na transferência de responsabilidade do nível global para o nível regional. Com a queda do muro de Berlim as regiões passaram a assumir protagonismo e adquirir autonomia, e a teoria acompanhou esse processo (KELLY, 2007, p. 204). Emergem então, as teorias de Segurança Regional pautadas na construção das regiões como objetos protagonistas de análise. Tais abordagens chamadas pela literatura como Novo Regionalismo ou Regionalismo Contemporâneo serão abordadas na próxima subseção.

1.2.2 Novo Regionalismo: A Escola de Copenhague e os Complexos Regionais de Segurança

Com o fim da Guerra Fria, a expansão dos processos transnacionais e o surgimento de novos atores internacionais, dentro de um contexto de globalização, resultaram na composição do que hoje forma o sistema internacional contemporâneo. Essa mudança teve impacto importante na reconfiguração da pesquisa dos estudos regionais. Era preciso a inclusão de novas abordagens para além das

tradicionais abordagens sistêmicas na explicação dos fenômenos que perpassavam as grandes potências e impactavam as regiões ao redor do mundo. As regiões não mais pertenciam intrinsecamente ao guarda chuva das grandes potências, mas sim passaram a enfrentar processos que as tornavam cada vez mais autônomas em suas dinâmicas de segurança. Esta seção tem como objetivo apresentar a contribuição da Escola de Copenhague, no que tange a reformulação da agenda de pesquisa nos estudos de Segurança Internacional.

Conforme supracitado, Buzan (1997), no período Pós Guerra Fria afirma que “a imagem de uma desordem do ‘novo mundo’ começou a dominar as percepções do futuro, trazendo consigo uma nova agenda de segurança” (BUZAN, 1997, p. 8. Tradução Nossa). A Escola de Copenhague, cujo nome foi dado por ser composta por um grupo de pesquisadores da *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), emerge na agenda de pesquisa dos estudos de segurança como uma vertente abrangente, onde deixa clara a interpretação de que o Estado não era mais o ator intrinsecamente importante. A escolha em adotar a COPRI de forma aprofundada justifica-se por tratar-se de uma perspectiva que norteou o avanço dos estudos regionais, em sua grande maioria¹⁷.

Buzan (1991) buscou explorar as raízes mais profundas do processo de securitização dos objetos e das ameaças. Em síntese, o Estado ainda permanece como ator central dos problemas de segurança, entretanto, não mais na posição de ator dominante e objeto único de referência para as ameaças conforme tratado nas abordagens tradicionais (BUZAN, 1997, p. 11). A contribuição significativa que tange o plano de fundo desta abordagem, a qual justifica sua escolha nesta pesquisa, é a de que a conceitualização da segurança é dada como um processo constitutivo e não mais pautado na objetividade, que perpassa além da esfera militar, mas nas esferas política, econômica, ambiental e societal (BUZAN, 1991, p.75).

Neste sentido, tornar um tema como uma questão de segurança consiste na *securitização* deste tema. As ameaças, consideradas como vulnerabilidades, podem emergir de diferentes áreas, militares ou não militares, mas para serem determinadas como um problema de segurança torna-se necessário haver um critério estabelecido para as distinguirem da normalidade (BUZAN, 1997, p. 13). Para a compreensão deste processo, a Escola utiliza o “ato de fala” em que os

¹⁷ Tais quais os estudos de Katzenstein (2011), Prys (2010), Stewart Ingersoll e Frazier (2011), Cepik (2009).

temas passam a ser securitizados por meio do processo comunicativo onde os líderes (sejam líderes políticos, da sociedade ou intelectuais) começam a falar sobre esses temas e são ouvidos pelo público (BUZAN, 1997, p. 14). Nota-se aqui o poder dado a linguagem como instrumento do processo de formação de ameaças, o qual na abordagem tradicional era concebido somente com o uso da força.

A securitização é estabelecida quando um problema é apresentado como uma ameaça existente e requer medidas emergenciais e ações justificadas para sua resolução. Portanto, se difere de um simples ato de “politizar” uma questão. A diferença está no fato de que no discurso da segurança um tema é apresentado como um problema com suprema prioridade, o qual visa à necessidade de medidas. Neste ponto chega-se a preocupação da Escola de Copenhague em compreender o processo de construção de um entendimento compartilhado sobre o que deve ser considerada uma ameaça, e a resposta coletiva de aceitação desta ameaça (BUZAN, 1997, p. 14). Os questionamentos levantados giram em torno do que constitui uma ameaça existencial, e quais seriam as medidas emergenciais adotadas para contenção dessa ameaça. Para respondê-los são elencados tipos de setores: militar, político, ambiental, econômico e societal (BUZAN, 1991, p. 75).

No setor militar o objeto referente normalmente é o Estado. No setor político as ameaças existentes tradicionalmente são definidas em termos de princípios constitucionais, tais como soberania ou a ideologia daquele Estado, sua legitimidade ou autoridade. No setor econômico, as ameaças permeiam entre as firmas e o mercado. No setor ambiental as ameaças giram em torno do perigo das mudanças climáticas do planeta até a extinção de espécies de animais. O que destaca a Escola de Copenhague na escolha da abordagem tratada neste artigo está na identificação do setor societal, onde o objeto referente de ameaça são as identidades coletivas que funcionam independentemente do Estado (BUZAN, 1997, p. 16).

No setor societal, como mencionado, o objeto de referência da ameaça são as identidades coletivas, tais quais: nações e religiões. Dado a peculiaridade da natureza deste tipo de objeto elas tornam-se difíceis de serem mensuradas como existenciais, por envolverem identidades que naturalmente estão em mudança. Entretanto, são aceitas como existenciais, na medida em que são aceitas coletivamente como ameaças. Um exemplo dado ocorre quando identidades rivais são securitizadas por outras (o que pode ocorrer no caso da migração). Esse processo depende de como essas identidades se entendem coletivamente

e visam manter e reproduzir seus aspectos que podem se tornar ameaçadores para outras, como a linguagem, os costumes culturais ou a concepção de etnia (BUZAN, 1997, p. 17).

Percebe-se aqui a ligação da Escola de Copenhague com a epistemologia construtivista, pois em ambas o fator da intersubjetividade está presente nos processos de socialização. Nesse sentido, a securitização é intersubjetiva e socialmente construída: ou seja, um agente securitizador procura estabelecer socialmente a existência de uma ameaça à sobrevivência de uma unidade (BUZAN, 1998, p. 31).

Com este novo arcabouço sobre o processo de securitização, o marco chave dos estudos regionais veio com a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança. Os autores apontam que desde a descolonização, o nível de segurança regional se tornou mais autônomo e mais proeminente na política internacional, o que foi refletido no período pós Guerra Fria. A reformulação do padrão de relações de segurança internacional que havia na estrutura bipolar abriu espaço para a atuação de potências locais. Obtém-se, portanto, o rompimento com a perspectiva do velho regionalismo que adotava as regiões como subsistemas do nível global primário. De acordo com os autores, as ameaças aos Estados “chegam mais facilmente por distâncias curtas do que por longas e a interdependência da segurança é normalmente padronizada em um agrupamento, definido como complexo de segurança” (BUZAN, WEAVER, 2003, p. 4).

Para a definição de um Complexo Regional de Segurança (CRS), parte-se do pressuposto do Estado como divisão geopolítica. De acordo com os autores sua estrutura se define por: 1) distribuição de poder entre os Estados da região (polaridade regional); 2) os padrões de amizade-inimizade entre os atores relevantes ao longo dos setores militares, político, societal, econômico e ambiental (polarização); 3) relações de poder com atores externos à região, especialmente as grandes potências e superpotências (penetração extra regional) (BUZAN, WEAVER, 2003, p. 44)¹⁸.

O primeiro, polaridade regional, usualmente refere-se à distribuição de poder militar dentro do CRS; o segundo refere-se a polarização da região, que pode variar quanto ao seu grau de conflito ou

¹⁸ Em sua obra, os autores categorizam os CRS de todas as regiões do mundo: CRS da Ásia, CRS do Oriente Médio e África, CRS das Américas e CRS das Europas.

cooperação¹⁹. O terceiro critério refere-se à penetração extra regional de atores externos nas dinâmicas de segurança da região²⁰. Aqui cabe ressaltar que a teoria dos CRS não sobrepõe o nível regional ao global ou vice versa, mas sim compete o necessário grau de autonomia às regiões para compreendê-las.

Para os autores: “O nível regional pode ou não dominar, mas estará quase sempre sendo significativo e por isso não pode ser descartado da análise” (BUZAN, WEAVER, 2003, p. 52. Tradução Nossa)²¹. Neste sentido, os autores desenvolvem as noções de penetração e sobreposição (chamado de “*overlay*”). A penetração ocorre quando um poder externo forma alianças com os Estados do CRS, o que faz com que os padrões de amizade e inimizade do CRS sejam interligados com o padrão em nível global, entretanto as dinâmicas próprias regionais permanecem²². Por outro lado, o *overlay* ocorre quando o interesse da grande potência transcende apenas a penetração, mas sim quando a grande potência passa a ter a dominação das dinâmicas da região de maneira tão assertiva de modo que os poderes locais não consigam operar de maneira autônoma²³ ocorrendo, portanto, uma sobreposição às demais dinâmicas da região. O modelo descritivo analítico da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, que envolve tais critérios e características mencionadas pode ser visualizado conforme a Figura 2, proposta por Kelly (2007).

¹⁹ Exemplo: América Latina possui um alto grau de polarização, mas não significa que seja desprovida de conflitos, conforme aponta Mares (2001).

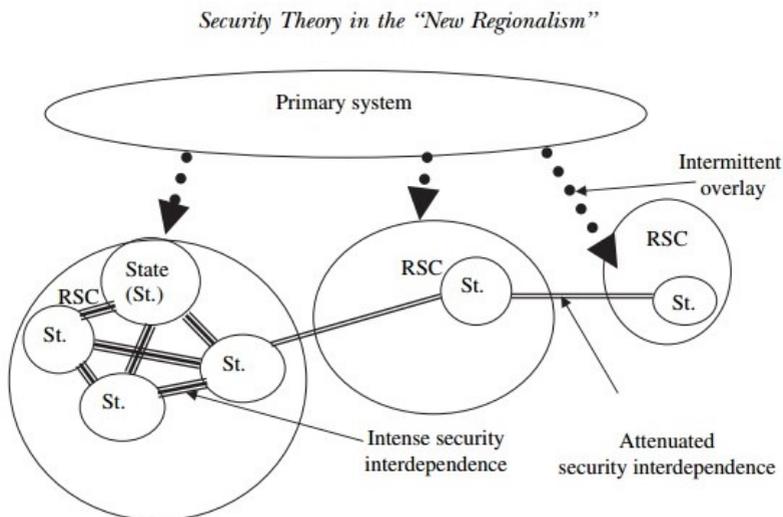
²⁰ Essa penetração será explorada no Capítulo 2, a partir da região do Oriente Médio.

²¹ No original: “*The regional level may or may not dominate, but it will nearly Always be in play in some significant sense, and cannot be dropped out of the analysis*”.

²² Como exemplo, menciona-se o caso de Índia e Paquistão na Guerra Fria, tendo Índia alinhada com URSS e Paquistão com Estados Unidos e China. Para mais informações, ver Buzan e Weaver (2003, p. 46).

²³ Como exemplos de *overlay* na história os autores citam os períodos de colonização da Europa nos continentes africano, asiático e sul-americano. Cabe ressaltar que este não pode ser aplicado durante a Guerra Fria nessas regiões, dado que as regiões não estavam sucumbidas ao poder externo, pois havia dinâmicas significativas no nível regional. Para mais informações, ver citação de Buzan e Weaver (2003), p. 62.

Figura 2 - Complexos Regionais de Segurança de Buzan e Weaver



Fonte: *Buzan's Regional Security Complex (RSC)*, elaborado por Kelly, retirado de (KELLY, 2007, p. 208).

Dentro dos CRS, existe outro nível de análise: os subcomplexos. Os subcomplexos nas palavras dos autores consistem em um “meio nível”, dentro do nível regional, que podem representar diferentes padrões interdependentes de segurança que não necessariamente estão presos aos padrões do CRS em geral e por isso podem ser analisados de maneira diferente (BUZAN, WEAVER, 2003, p. 51).

Tendo como base tais características os autores delimitam as tipologias dos CRS, que podem ser categorizados em dois tipos: padrão ou centrado. No tipo padrão, a polaridade é definida pela presença das potências regionais. No tipo centrado pode haver três tipos: 1) unipolares centrados em uma superpotência; 2) unipolares centrados em uma grande potência; 3) centrados em torno de um conjunto de instituições; e uma quarta opção, que corresponde aos unipolares centrados em uma potência regional (BUZAN, WEAVER, 2003, p.62)²⁴.

Em síntese, a abordagem dos CRS trata-se de um modelo descritivo de análise que permite o trabalho empírico para as regiões do

²⁴ Para mais informações, ver *Table 1: Summary of types of security complex* em (BUZAN e WEAVER, 2003 p. 62).

globo. Conforme aponta Cepik (2013), a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança nos fornece ferramentas analíticas que permitem a compreensão de dinâmicas regionais e suas relações com os demais níveis de análise. Para Pagliari (2009, p. 56), “compreender as dinâmicas regionais permite entender os diversos efeitos nas diferentes regiões que as causas globais de securitização provocam. Quer dizer, mesmo que as ameaças sejam definidas em nível global, os seus efeitos não são uniformes, podendo, por vezes, gerar fragmentação e conflito ou cooperação.”

Kelly (2007, p. 207, Tradução Nossa), por sua vez afirma que: “A história do trabalho de Buzan quanto aos níveis de análise, culmina na afirmação de que as regiões são realmente o nível de análise mais importante entre os quatro demais: doméstico, regional, inter-regional e global”.²⁵. Nesta seção, foi apresentada a moldura conceitual do Regionalismo, a partir de sua agenda. Objetivamos apresentar a emergência do debate do novo regionalismo com a sofisticação analítica formulada por Buzan e Weaver (1997, 2003)²⁶. Este arcabouço servirá como base para a análise aprofundada da nova categoria hierárquica presente no sistema internacional, poderes locais capazes de definir as dinâmicas e tipologias dos seus CRS’s, desenvolvidas propriamente a partir do século XXI no conceito de “potências regionais”.

1.3 NOVAS UNIDADES DE ANÁLISE: AS POTÊNCIAS REGIONAIS

Conforme abordado na seção anterior, o avanço dos estudos regionalistas foi moldado conforme as mudanças conjunturais do sistema internacional. O término da Guerra Fria na década de noventa representou esse momento de mudança. Com o fim da bipolaridade a discussão sobre a nova categorização da estrutura²⁷ do Sistema Internacional estava em pauta. Durante este período, essa categorização passou a ser utilizada como uma definição sobre a estrutura política e

²⁵ No original: “*The history of Buzan’s work on the level of analysis question culminates in the assertion that regions are actually the most important level among four levels — domestic, region, inter-regional, and global*”.

²⁶ Presente anteriormente também em People, States and Fear (1983).

²⁷ “Categorização da Estrutura refere-se ao método sistêmico da Teoria Estrutural de Waltz (1979), a qual refere-se a característica do Sistema Internacional em termos de distribuição de capacidades. Alguns autores utilizam “Ordem” do Sistema. Nesta pesquisa não será utilizada a terminologia “ordem”, dado que isso implica arcabouços teóricos específicos que não serão abarcados.

militar do Sistema Internacional contemporâneo (BUZAN, WEAVER, 2003, p. 32). Assim, caberá no primeiro momento desta seção apresentar as diferentes interpretações fornecidas pelos autores a partir da década de noventa sobre as mudanças estruturais do Sistema Internacional, para então, no segundo momento apresentar a unidade de análise utilizada nesta pesquisa, o conceito de Potências Regionais.

1.3.1 Período Pós Guerra Fria: mudanças estruturais

Polaridade refere-se à estrutura distributiva do sistema (BUZAN, JONES, LITLLE, 1993, p 30). Nesta pesquisa este conceito será utilizado para inferir a estrutura do sistema global e do subsistema regional tratado, o CRS do Oriente Médio. O debate sobre qual a caracterização da estrutura do sistema internacional contemporâneo é vasto e atual. Segundo Villa e Ostos (2005), as visões de caracterização dessa estrutura variam de unipolaridade à multipolaridade a até mesmo ao hibridismo (VILLA, OSTOS, 2005, p. 1). Entretanto, assume-se que o advento da unipolaridade como nova distribuição de capacidades no sistema com primazia dos Estados Unidos, abriu um leque de discussões tendo como objetivo a compreensão desse fenômeno singular na história.

Não há como tratar de polaridade global sem mencionar a teoria de Waltz (1979), tratada anteriormente. Sua abordagem representou o avanço na disciplina ao fornecer um modelo capaz de proporcionar a definição do status quo do sistema internacional, a partir da distribuição de capacidades e comportamento dos Estados. Para Rezende (2016), “Incontáveis são, depois dele, os estudos a favor ou contra as pressões estruturais como ferramenta analítica, o que as faz permanecer, ainda, no *mainstream* das Relações Internacionais” (REZENDE, 2016, p. 275).

O contexto da década de 1990 pautou-se no fim de um sistema hegemônico e sua correspondente distribuição de poder. O mapa dos Estados foi redesenhado e cerca de vinte novos Estados soberanos foram criados (HALLIDAY, 2005, p. 238). Segundo Pecequilo (2003), a possibilidade de expansão do comunismo dada pela Guerra Fria trouxe para os Estados Unidos a necessidade da construção de redes de proteção contra os soviéticos regional e globalmente, contendo a sua disseminação. O país visava a construção de uma nova configuração internacional estável e duradoura que pudesse prevenir a consolidação e aumento da influência do poder soviético (PECEQUILO, 2003, p. 128).

Dado esse contexto, um grande número de autores estadunidenses passaram a dedicar suas pesquisas na configuração unipolar com a

centralidade dos Estados Unidos. Autores como Wolforth (1999), Ikenberry (2009), Walt (2009), Mastanduno (2009) e Monteiro (2011), determinam essa categorização primordialmente de acordo com a distribuição de capacidades e recursos materiais, sendo o adjetivo “unipolar” referente a um único polo no Sistema Internacional que atende aos requisitos: 1) comanda uma parcela grande dos recursos ou capacidades que os estados podem usar para alcançar seus fins; 2) se destaca em todos os elementos componentes de capacidade estatais, convencionalmente definidos com: tamanho de população e território, dotação de recursos, capacidade econômica, poder militar e "competência organizacional-institucional" (IKENBERRY, MASTANDUNO, WOLFORTH, 2009, p. 4).²⁸

Wolforth (1999) desenvolveu, e permanece desenvolvendo, estudos que mesclam os métodos quantitativos e qualitativos. Segundo o autor, são muitas as vantagens qualitativas e quantitativas que colocam o país nessa posição, os Estados Unidos além de possuir uma economia de alta tecnologia, também têm a maior concentração na fabricação de alta tecnologia em comparação com as outras potências. Essa superioridade provém de uma política de décadas de investimento em tecnologia para a geração de poderio militar. Em termos geopolíticos outra vantagem é sua localização *off shore* com saída para os dois maiores oceanos do mundo e a presença não ameaçadora de vizinhos continentais (WOLFORTH, 1999, p. 17). São essas vantagens comparativas que somadas ao declínio da URSS colocaram o país como unipolo do sistema internacional, com superioridade as demais potências como China e Rússia atualmente²⁹.

Monteiro (2011) afirma que “dizer que o mundo é unipolar significa descrever a distribuição sistêmica de poder e não somente a estratégia da Grande Potência” (MONTEIRO, 2011, p. 14). Para descrever essa distribuição sistêmica, o autor elenca outras categorias para os Estados: *grandes poderes*³⁰ e *poderes menores*³¹: a primeira são os Estados que possuem capacidades suficientes para deter qualquer outro no sistema, sendo esses os que detêm capacidade nuclear³² e a

²⁸ Importa ressaltar que a unipolaridade não é sinônimo de hegemonia global. Mas sim, um estágio anterior a ele, no qual há grande dominação de um único ator. Segundo Monteiro (2011), a hegemonia global é impossível de ser alcançada dado que existem mais de um estado com capacidade nuclear.

²⁹ Para mais informações sobre essa relação, ver Brooks e Wolforth (2015).

³⁰ No original: *major powers*.

³¹ No original: *minor powers*.

³² Atualmente: China, França, Israel, Coreia do Norte, Paquistão, Rússia e Reino Unido.

segunda categoria refere-se aos Estados que não dispõem de capacidades suficientes para deter o unipolo e os demais (MONTEIRO, 2011, p. 15).

Outra preocupação desta literatura nas últimas décadas foi a avaliação dos riscos e benefícios desta configuração em termos de estabilidade. Wolforth (2011) sustenta essa estrutura como um sistema pacífico e duradouro que favorece a ausência de guerras entre as outras potências, *minor e major power*, por dois motivos: a vantagem de poder do *great power* elimina o problema de rivalidade hegemônica e também reduz as apostas de equilíbrio de poder entre as demais.

Já Monteiro (2011), em posição contrária, afirma que este é justamente o sistema mais propenso ao conflito, podendo gerar até dois tipos de guerra: 1) a que coloca a Grande Potência contra outro Estado e 2) gerar conflitos que envolvem exclusivamente os outros tipos de Estados. Neste sentido, Monteiro (2011) identifica as possibilidades de conflito em um sistema unipolar, que são gerados pela estratégia da grande potência (que pode estar sempre em variação), sendo ela: ofensiva, defensiva ou de desengajamento. A utilização de uma estratégia defensiva de preservação dos status quo, com a manutenção das fronteiras, dos alinhamentos e o congelamento da distribuição de poder no sistema vai gerar uma reação por parte dos demais estados em uma guerra preventiva. A estratégia defensiva deixa os demais estados em situação de vulnerabilidade, o que vai ocasionar a busca pela auto-ajuda. Essa busca por auto-ajuda abre espaço para um cenário de revisionismo do status quo permitindo que os demais Estados testem seus limites com a conquista de novos territórios e alteração de alinhamentos regionais (MONTEIRO, 2011, p. 16).³³

Buzan e Weaver, em *Regions and Powers* (2003) apontaram a ordem como unipolar com primazia dos Estados Unidos. No entanto Buzan (2011) publicou uma revisão do seu diagnóstico sobre a ordem do Sistema Internacional, onde apresenta a hipótese da emergência de uma “nova ordem mundial pós-colonial” livre da presença de uma superpotência, a qual chama de “globalismo descentrado” (BUZAN, 2011, p. 16).

³³ As interpretações sobre a estabilidade da ordem unipolar são diversas. Trata-se do pilar central que contorna os estudos de segurança na atualidade, principalmente no que tange a segurança em perspectiva regional. A atual primazia dos Estados Unidos é um fato. Além do aspecto de capacidade estatal (coerção e capacidade militar), a relação hegemônica apresentada em suas bases culturais e ideológicas são traduzidas pelo “*excepcionalismo norte americano*”. Os conflitos que o mundo tem vivenciado comprovam a interpretação de que a unipolaridade não é um sistema pacífico, embora seja duradouro.

Segundo o autor, tal configuração mundial sem a presença de uma superpotência é possível, dado que este conceito é sujeito a mudanças históricas, as quais são exemplificadas pela gradual e atual perda de legitimidade dos Estados Unidos³⁴.

Para entender a hipótese do autor, é preciso compreender sua linguagem analítica. Ao tratar de superpotência³⁵ o autor refere-se a uma política de Estado cujo alcance político, militar, cultural e econômico se estende ao longo de todo o Sistema Internacional em grande escala, ao passo que nas grandes potências³⁶ esses processos se estendem apenas para mais de uma região (BUZAN, 2011, p. 4). Este novo cenário seria composto por um mundo sem superpotências, mas sim apenas com grandes potências como se a configuração global fosse sem precedentes como “0 + x” (BUZAN, 2011, p. 4)³⁷. Portando a tendência para a política internacional é tornar-se uma ordem cada vez mais regionalizada, o que leva ao estudo do universo de casos tratado nesta pesquisa, as potências regionais.

1.3.2 Potências Regionais: definindo o conceito

Difícil de ser mensurado, o conceito de potências regionais tem ganhado notoriedade na literatura renascente do Regionalismo, especialmente a partir do século XXI. Conforme os estudos regionais avançam, a tentativa em definir esta categoria, central para o nível de análise regional, torna-se desafiadora e atual para a compreensão da nova distribuição de poder sistêmica, abordada na seção anterior. Diante deste desafio atual, essa seção tem como objetivo apresentar as principais definições conceituais de potências regionais, tal qual corresponde ao universo do estudo de caso desta pesquisa.

Em primeiro lugar, obtém-se que para um Estado ser determinado como Potência Regional, este precisa estar localizado dentro de um espaço delimitado geograficamente, uma região. Partimos então da definição de Buzan e Weaver (2003), de que “as potências regionais

³⁴ O autor aponta três aspectos para a perda da legitimidade estadunidense: o declínio da aceitabilidade da política externa estadunidense na Sociedade Internacional (ex. intervenção no Iraque); os Estados Unidos estão perdendo sua posição de modelo ocidental para o mundo e ilegitimidade da hegemonia na Sociedade Internacional. Para mais informações, ver Buzan, (2011, p. 7 – 11).

³⁵ No original: *Superpower*.

³⁶ No original: *Great Power*.

³⁷ Outros autores, como Acharya (2007), também passam a identificar a ordem global como uma “Arquitetura Regional da Política Mundial”. Para mais informações, ver Acharya (2007).

fazem parte do nível de análise regional e se caracterizam por Estados que definem a polaridade da região, ou seja, a distribuição de poder” (BUZAN, WEAVER, 2003. p. 37).

Compreendemos que as suas capacidades são grandes em suas regiões, mas não se registram em uma larga escala de alcance no nível global. Segundo os autores no pós Guerra Fria, os países incluídos nesta categoria são: “no outro extremo, havia um grande número de potências regionais, como *Israel*, Irã, Brasil, Indonésia, Índia, Paquistão e Turquia.” (BUZAN, WEAVER, 2003, p. 31. Tradução Nossa)³⁸.

Do ponto de vista de poder material, na Figura 3, é possível identificar determinadas potências regionais, no estudo proporcionado pelo SIPRI em 2014, com os indicadores de: média porcentagem com gastos militares, e média de porcentagens do PIB. Esses indicadores variam de acordo com a abordagem utilizada para inferir uma potência regional, conforme será abordado ao longo deste seguimento. Observamos que no SROM (Sistema Regional do Oriente Médio), há um número significativo de potências regionais, como Irã, Israel – nosso objeto de estudo, Arábia Saudita e Turquia.

Figura 3 - Indicadores de Potências Regionais

País	Região	Média Porcentagens (1990-2013) - Gastos Militares	Média Porcentagens (1990-2013) – PIB
Índia	Sul da Ásia	77,74	78,59
Paquistão	Sul da Ásia	15,23	10,99
Argentina	América do Sul	5,7	13,58
Brasil	América do Sul	56,7	52,17
Colômbia	América do Sul	14,6	2,7
Venezuela	América do Sul	6,7	8,95
Irã	Oriente Médio	7,6	10,05
Israel	Oriente Médio	13,11	7,48
Arábia Saudita	Oriente Médio	27,2	18,23
Turquia	Oriente Médio	15,25	25,25
Costa do Marfim	Oeste da África	12,91	11,78
Nigéria	Oeste da África	51,18	60,7
Angola	África Austral	24,39	7,24
África do Sul	África Austral	52,45	67,36

Fonte: Retirado de ACÁCIO, 2015, p.6, com base em SIPRI, 2014, World Bank, 2014.

³⁸ No original: “*At the other extreme, there were a large number of regional powers, such as Israel, Iran, Brazil, Indonesia, India, Pakistan and Turkey*”.

Nolte (2010) buscou definir o conceito e o estabelecimento de possíveis padrões de comparação entre as potências regionais que passaram a fazer parte da nova ordem internacional regionalizada, conforme abordado na seção anterior. Para o autor, as potências regionais constituem “os nós entre as hierarquias de poderes global e regional” (NOLTE, 2010, p. 883). Assim, o autor parte do princípio de que as Potências Regionais agregam duas categorias: região e poder, os quais são interpretados de formas diferentes nas Relações Internacionais – o que torna este conceito “complexo e multifacetado” (NOLTE, 2010, p. 883). Ao combinar estas características, Nolte (2010) infere uma sistematização de onze categorias para definir uma potência regional. São elas:

- (i) articula uma posição de liderança em uma região delimitada geográfica, econômica e politicamente;
- (ii) possui os recursos materiais (militares, econômicos e demográficos), organizacionais (políticos) e ideológicos para projeção de poder regional;
- (iii) possui grande influência nas relações e nos resultados dos processos regionais;
- (iv) possui interdependência econômica, política e cultural na região;
- (v) influencia de forma significativa a delimitação geográfica e a construção política e ideacional da região;
- (vi) exerce influência por meio de estruturas de governança regional;
- (vii) articula e define uma identidade e um projeto regional;
- (viii) provê bens coletivos para a região ou participa de forma significativa da provisão desses bens;
- (ix) influencia fortemente a definição da agenda de segurança regional;
- (x) tem uma posição de liderança reconhecida ou respeitada pelos demais atores regionais e extrarregionais;
- (xi) participa de fóruns inter-regionais e globais, representando não apenas seus interesses, mas também, ao menos de forma limitada, os

interesses regionais (NOLTE, 2010, p. 893, Tradução Nossa).³⁹

Ao observá-las, obtém-se que a categorização de Nolte (2010) baseada nos dois termos mencionados – região e poder – implicam em variáveis que dialogam com as perspectivas teóricas da disciplina de Relações Internacionais. Sob a ótica do Realismo, pode-se identificar o poder como uma variável qualitativa de recursos materiais, tal qual o poder militar. Já a segunda aplica-se a uma perspectiva construtivista que abarca recursos ideacionais, tais quais o papel de liderança do Estado em sua região, sua percepção acerca de si próprio na região, bem como a percepção de aceitação deste papel pelos demais vizinhos. Neste aspecto, o autor salienta novamente a dificuldade na definição do termo, dado que, conforme abordado nessas duas perspectivas o poder consiste não somente em uma combinação direta de *hard power* e *soft power*, mas além disso, inclui as percepções que o Estado pode ter de si mesmo quanto a uma Potência Regional.

Assim, estabelecemos que o conceito de potências regionais é heterogêneo, dado que não há uma corrente teórica aplicada a essa definição. Para Nolte e Prys (2018), enquanto alguns autores incluem a vontade de liderar e liderança regional na definição, outros a utilizam como uma categoria analítica que não é exclusiva à outras classificações, como *great power*. Ou seja, nem sempre as potências regionais são capazes e estão dispostas a representar suas regiões (NOLTE, PRYS, 2018, p. 7), e esse elemento é variante de acordo com a análise a ser adotada.

³⁹ No original: “(i) which articulates the pretension (self-conception) of a leading position in a region that is geographically, economically and political-ideationally delimited; (ii) which displays the material(military, economic, demographic), organizational (political) and ideological resources for regional power projection; (iii) which truly has great influence in regional affairs (activities and results). In addition, it is expected that a regional power is a state; (iv) which is economically, politically and culturally interconnected with the region; (v) which influences in a significant way the geopolitical delimitation and the political-ideational construction of the region; (vi) which exerts this influence by means of regional governance structures; (vii) which defines and articulates a common regional identity or project; (viii) which provides a collective good for the region or participates in a significant way in the provision of such a collective good; (ix) which defines the regional security agenda in a significant way; (x) whose leading position in the region is recognized or at least respected by other states inside and outside of the region, especially by other regional powers; (xi) which is integrated in interregional and global forums and institutions where it articulates not only its own interests but acts as well, at least in a rudimentary way, as a representative of regional interests”.

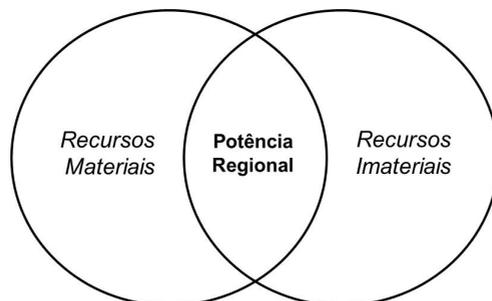
Flemes (2007) por sua vez, identifica que as potências regionais são consideradas detentoras de poder no seu contexto regional, independente de suas relações serem de amizade ou inimizade. O que importa é a agência que este Estado tem na região (FLEMES, 2007, p.9). Neste sentido, cabe ressaltar que o “papel de liderança” assumido pelo Estado pode ser tanto em padrões de cooperação, quanto em padrões de conflito no seu complexo regional. Ao tratar do poder, o autor elenca duas variáveis: os recursos materiais e os recursos ideacionais.

Os recursos materiais correspondem ao poder latente de um Estado, apontados em linhas gerais como sua economia e recursos demográficos. O poder material traduzido nestes recursos pode ser investigado por meio da análise da infraestrutura deste Estado, sua capacidade tecnológica, competitividade na região, geografia, recursos energéticos e de agricultura, meio ambiente e desenvolvimento humano. Por outro lado, os recursos ideacionais estão relacionados com a dimensão simbólica, psicológica e subjetiva. Esses recursos são traduzidos em poder por meio da cultura da nação, suas normas e valores, os quais são refletidos na condução de Política Externa, por exemplo (FLEMES 2007, p. 12-13).

Observa-se que tanto na definição de Nolte (2010) quanto em Flemes (2007), a categorização de uma potência regional não somente considera recursos de poder materiais, mas também recursos imateriais, que somados, levam o Estado a exercer a agência em uma região. O que leva ao questionamento: é a região que produz a sua potência regional, ou é a potência regional que produz a ordem regional? Em uma esfera ampliada: a potência regional tem condições de exercer uma função na ordem internacional a ou em nível global?⁴⁰ A figura 4 a seguir, sintetiza tais abordagens:

⁴⁰ Tal questionamento será aplicado para o estudo de caso proposto nesta pesquisa, Israel.

Figura 4 - Correlação de Recursos: Potências Regionais



Fonte: Elaboração própria.

Stewart-Ingersoll e Frazier (2011), no entanto, afirmam que além de capacidade material, as potências regionais são Estados que possuem capacidades suficientes para projetar poder e influenciar decisivamente a dinâmica de segurança dentro de um Complexo Regional de Segurança (STEWART INGERSOLL, FRAZIER, 2011 p. 7). Ou seja, a dimensão material é condição necessária para categorizar um Estado como potência regional, mas não suficiente. Os autores afirmam que as potências regionais precisam atestar seu interesse em envolverem-se no desenvolvimento da ordem regional de suas regiões, que serão traduzidos nos padrões de atitude e comportamento deste Estado. Nas palavras dos autores “Estamos convencidos de que capacidade por si só não determina as ordens de segurança” (STEWART INGERSOLL, FRAZIER, 2011 p. 7. Tradução Nossa)⁴¹.

Por sua vez, a ordem de um complexo regional não é definida pelas capacidades dos Estados ou pela anarquia em nível sistêmico, mas sim foi construída de acordo com o comportamento dos Estados que a compõe. Nesse sentido, uma região com alto grau de polarização, tende a fazer com que os Estados ajam de maneira agressiva, defensiva ou de balanceamento. Ao contrário, em uma região com baixo grau de polarização a tendência é que os Estados ajam em busca de cooperação e medidas de confiança. Em síntese:

Essa faixa de identidade de estado é baseada no processo de interação entre estados e faz parte da estrutura do ambiente dos estados. Essa estrutura, no entanto, é diferente da materializada pelos

⁴¹ No original: “We are convinced that capability alone does not determine security orders”.

neorealistas. Como Wendt (1987) afirma, é social no qual os estados compartilham conhecimento, entendimentos de recursos materiais e práticas consistentes. Assim, a identidade pode mudar à medida que a estrutura social e as interações mudam com o tempo. Ao vincular essa abordagem aos CRS's, a estrutura social fornece o contexto no qual as identidades e os papéis dos estados são construídos. (STEWART INGERSOL, FRAZIER, 2011 p. 10).⁴²

O comportamento das potências regionais, também possui interferência externa. Em outra interpretação, Prys (2010), afirma que “as regiões são sistemas abertos, os quais são, portanto vulneráveis aos impactos externos e cujas unidades componentes podem interagir com o seu ambiente externo por uma variedade de maneiras” (PRYS, 2010, p. 6)⁴³. Ou seja, ao trazer sua definição de regiões como “sistemas abertos *per se*” Prys (2010) busca enfatizar que os subsistemas regionais não são livres de interesse externo, o qual é traduzido na atuação das potências regionais, principalmente em regiões do Terceiro Mundo⁴⁴.

Ayoob (1995), no livro “*The Third World Security Predicament*” (1995), estabelece um recorte no estudo dos dilemas enfrentados por regiões que categoriza de Terceiro Mundo. O Terceiro Mundo “nasceu da bipolaridade da Guerra Fria” e trata-se de uma categoria de países não incluídos na categoria dos países industrializados avançados e foram moldados de acordo com a competição e estratégia das superpotências (AYOUB, 1995, p. 3). Por isso o autor propõe uma definição de segurança nessas regiões dada por meio de uma leitura de

⁴² No original: “*This range of state identity is based on the process of interaction between states and is a part of the structure of states’ environment. This structure, however, is different from the material one posited by neo-realists. As Wendt (1987) contends, it is a social one in which states share knowledge, understandings of material resources and consistent practices. Thus, identity can change as the social structure and interactions change over time. In linking this approach to RSCs, the social structure provides the context in which states’ identities and roles are constructed*”.

⁴³ Ao identificar como as potências regionais relacionam-se nos seus CRS's, Prys (2010) propõe diferentes tipologias dentro desse universo de casos. Sendo assim, existem três tipologias que podem ser incluídas dentro do grande universo conceitual das “Potências Regionais”, são elas: Poderes Regionais destacados; Hegemons Regionais e os Dominadores Regionais. Regional Detached Powers; “Regional Hegemons” e os “Regional Dominators”. Para mais informações sobre tais categorias ver Prys (2010), “*The variability of regional powers*”.

vulnerabilidade ao invés de ameaça, que considere as especificidades estruturais para além do fator geográfico. Dentre essas vulnerabilidades estão incluídos os conflitos próprios das regiões, dado pela influência das colônias, a falta de capacidade estatal e a necessidade de desenvolvimento desses países como ação prioritária (AYOOB, 1991, p.260).

Nesta seção foram apresentadas as novas unidades de análise provenientes da literatura do Novo Regionalismo. Enquanto no primeiro momento objetivamos introduzir o debate sobre as mudanças estruturais, em termos de capacidades, do período pós Guerra Fria, no segundo momento abordamos o conceito de potências regionais que emerge nesse contexto, a partir das contribuições dos autores predominantes neste estudo, Nolte (2010), Flemes (2007) e Stewart-Ingersoll e Frazier (2011). Em consonância com o avanço do estudo de potências regionais, na próxima seção abordaremos o comportamento dessas unidades nos seus CRS's. Para este feito, utilizaremos duas lentes teóricas das Relações Internacionais, que nos auxiliarão na compreensão do processo de interação dessas potências nos seus entornos regionais, sendo elas o Construtivismo e as contribuições do Realismo Neoclássico.

1.4 ESTABELECENDO O COMPORTAMENTO DE POTÊNCIAS REGIONAIS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

1.4.1 Segurança Estatal e Identidade: contribuições do construtivismo Positivista⁴⁵

Conforme se abordou em Nolte (2010), a categorização das potências regionais é um conceito multifacetado (NOLTE, 2010, p.883). Ao trabalhar com poder, compreendemos que elementos como: papel de

⁴⁵ A abordagem construtivista abrange um leque de interpretações. Alguns autores a consideram como uma teoria, outros uma metateoria, e outros como uma metateoria reflexivista, por isso há dificuldade em termos de categorização desta abordagem. Para Adler (1999) isso se dá por que “há pouca clareza e menos ainda consenso sobre sua natureza e substância, pois é imperativo que se tente juntar as peças e estabelecer uma explicação sintética da abordagem construtivista” (ADLER, 1999, p.202). O Construtivismo dado como Positivista vai em encontro com a divisão apresentada por Faearon e Wendt (2002), os quais a classificam em positivista, interpretativista e pós-moderno. Sua crítica construtivista ao *mainstream* da disciplina de Relações Internacionais é oferecida com a publicação da obra em 1992, “*Anarchy is What States Make of It: the social construction of power politics*”. Após esta publicação a referência para esta abordagem foi a obra finalizada “*Social Theory of International Politics*”, publicada em 1999.

liderança do Estado em sua região, sua percepção acerca de si próprio, e a percepção de aceitação deste papel por parte dos demais vizinhos são processos inseridos na prática social dos Estados, que rompem a rígida relação de agente e estrutura. Essa prática se insere na dimensão simbólica e subjetiva e é traduzida, segundo o construtivismo, no compartilhamento de normas, cultura e valores.

O Regionalismo é caro ao Construtivismo, pois não é percebido somente como uma questão de auto interesse racionalmente definido. Beck (2010) observa que a ideia de potências regionais se tornou atrativa para os construtivistas, dado que as “regiões do mundo são moldadas por um grau mais ou menos significativo de homogeneidade em termos de cultura” (BECK, 2010, p. 133). As preferências dos atores são moldadas de identidades. Neste sentido “as regiões e o papel da liderança parece estar intimamente ligada à identidade dos políticos que a compõe”. (BECK, 2010, p. 133).

O estudo do processo de socialização dos Estados remete a contribuição de Wendt (1999), estimulada pelo debate entre racionalistas e reflexivistas⁴⁶. No contexto do final da década de oitenta, o debate dos neorealistas e neoliberais estava embasado no racionalismo e na relação de agente e estrutura. Essas abordagens tinham como base os pressupostos da filosofia da ciência positivista e exclusivamente materialista, não havendo o engajamento com objeções ontológicas e epistemológicas. Por outro lado, emergiriam neste contexto as abordagens que buscavam construir uma filosofia da ciência com caráter reflexivista e interpretativista do conhecimento, com o propósito de alargar a discussão sobre a natureza das relações do mundo social (LAPID, 1989, p. 236)⁴⁷.

A contextualização deste debate, centralizador na disciplina, serve como indicador para situar onde se encontra a abordagem construtivista, interpretada de diferentes maneiras pelos autores. De acordo com Addler (1997) é no meio termo entre essas abordagens que está situada a perspectiva do Construtivismo (ADDLER, 1997, p. 473). A sua contribuição é mostrar que mesmo nossas instituições mais duradouras, neste caso o Estado, são baseadas em entendimentos coletivos, os quais foram construídos, difundidos e consolidados (ADDLER, 1997, p. 206).

⁴⁶ Debate posto na disciplina de Relações Internacionais em meados da década de oitenta.

⁴⁷ Não cabe ao objetivo deste trabalho o debate sobre estas abordagens e suas contribuições na disciplina. Para mais informações, ver Lapid (1989) *The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post Positive Era*.

Mesmo estabelecida como uma abordagem estrutural, dado que seu recorte é sistêmico e incluído na natureza da estrutura (REIS, 2007, p. 9), o construtivismo, por meio de Wendt (1992) na década de noventa, considera os elementos ideacionais e de cultura na formação desta estrutura. O que contrapõe a análise estrutural de Waltz (1979, p.94), que de uma maneira sucinta, considera que o comportamento dos Estados é formulado de acordo com a posição que estes ocupam uns em relação aos outros na estrutura do sistema, ou seja, é a estrutura que condiciona a ação do Estado. Como mencionado pelo autor, “as definições de estrutura devem deixar de lado, ou pelo menos abstrair-se das características das unidades, do seu comportamento e das suas interações” (WALTZ, 1979, p, 114).

O argumento construtivista envolve uma forma de teoria sistêmica “sociológica social psicológica”, na qual as identidades e os interesses são tratados como as variáveis dependentes (WENDT, 1992, p. 425). A partir desse argumento desconsiderado pelos racionalistas, a contribuição de Wendt (1992) foi a de oferecer uma nova interpretação a respeito da estrutura anárquica do sistema, elencando a possibilidade de múltiplos significados a partir de múltiplos atores, ambas baseadas nas suas próprias concepções intersubjetivas de entendimento e prática (HOPF, 1998, p. 5).

Segundo Faeron e Wendt (2002), assim como no racionalismo, o Construtivismo também pode ser entendido como uma abordagem empírica em termos analíticos, entretanto, não pode ser confundida como uma teoria substantiva de Relações Internacionais, mas sim em uma perspectiva constitutiva. O Construtivismo está interessado em como os objetos e práticas da vida social são construídos, especialmente nas sociedades que os têm como “natural”. Esta naturalização se torna problemática na medida em que obscurece a possibilidade de transformação progressiva destas práticas (FAERON, WENDT, 2002, p.57).

Não há como tratar de apenas um construtivismo. Dado que essa abordagem possui diferentes interpretações no campo das Ciências Sociais e das Relações Internacionais, por isso optou-se pela utilização da abordagem do Construtivismo Positivista elaborado por Wendt (1992). Segundo os autores, em todas as subdivisões epistemológicas do Construtivismo as preocupações estabelecidas giram em torno de dois pontos: 1) compreender onde e como as ideias importam na política internacional e 2) compreender a relação entre os atores e a estrutura a qual eles estão inseridos (FAERON, WENDT, 2002, p. 53).

Para Hopf, as identidades são definidas por um conjunto de interesses que implicam nas preferências e ações deste Estado, pois um Estado só pode compreender o outro de acordo com a identidade que lhe é atribuída (HOPF, 1998, p.175). Ao passo que o Neorealismo admite que todos os Estados possuem uma identidade em comum, o Construtivismo assume que essas identidades mudam no decorrer do tempo pois são influenciadas por fatores históricos, culturais e sociais. Conforme será verificado no caso de Israel.

Com o enfoque no processo de interação entre os Estados e outros grupos, que leva a construção social das identidades coletivas, o estudo do conceito de identidade é fundamental para analisar as preferências e interesses dos Estados, pois estes dois se formam através da construção destas identidades em suas sociedades. Ou seja, trata-se da análise das motivações efetivas, não abertamente declaradas, que fazem parte do processo de formulação de interesse estatal, refletido no seu comportamento perante os demais, desconsideradas até então pela perspectiva do Realismo Estrutural dominante na disciplina. De acordo com Hopf (1998):

Enquanto o construtivismo trata a identidade como uma questão empírica a ser teorizada dentro de um contexto histórico, o neo-realismo pressupõe que todas as unidades na política global têm apenas uma identidade: a de Estados com interesses próprios. Dessa forma, o Construtivismo salienta que esta proposta isenta da teorização os próprios fundamentos da vida política internacional e a natureza da definição dos atores. Em outras palavras, o neo-realismo considera que o Estado na política internacional, através do tempo e espaço possui um único significado. Em contrapartida, o Construtivismo assume que as identidades dos estados são uma variável, que depende do contexto histórico, cultural, política e social. (HOPF, 1998, p.175, tradução nossa)⁴⁸

⁴⁸ No original: *Whereas constructivism treats identity as an empirical question to be theorized within a historical context, neorealism assumes that all units in global politics have only meaningful identity, that of self-interested states. Constructivism stresses that this proposition exempts from theorization the very fundamentals of international political life, the nature and definition of the actors. In other words, the state in international politics, across time and space, is assumed to have a single eternal*

Para a compreensão do conceito de identidade, Wendt (2013) desenvolve uma “estrutura de identidade e interesse”. Parte da ideia de que as pessoas agem relativamente aos objetos com base no significado que esses objetos têm pra elas. Ao levar esta perspectiva ao nível macro, obtém-se que os Estados agem de forma diferente em relação aos inimigos e aos amigos porque os inimigos são ameaçadores e os amigos não: essa identificação que depende da compreensão intersubjetiva e das expectativas acerca de si próprio e dos outros que constitui a *identidade*. Portanto, as identidades são entendimentos e expectativas que fazem parte de um mundo específico e socialmente construído, no qual a estrutura é insuficiente em dizer qual é qual (WENDT, 2013, p. 429).

Quanto ao elemento da estrutura, ela é caracterizada pelo autor como uma ”distribuição de ideias” e “estoques de conhecimento” (WENDT, 1999, p, 249). Desse modo, a principal diferença com os racionalistas está no fato de que estes compreendem a estrutura em termos materiais, ao passo que o objetivo aqui é compreender esta estrutura em termos sociais.

Neste sentido a estrutura não é um elemento pré-determinado o qual os Estados estão subordinados, mas sim uma construção social, por isso, não existe a “lógica da anarquia” considerada pelo Realismo Estrutural como um sistema de autoajuda que tende a produzir competição, balança de poder e guerra. Esse argumento se torna insuficiente para explicar as relações dos estados, porque estas dependem do processo de socialização, o qual se define pela compreensão e expectativas que os Estados têm acerca de si próprios e dos outros. Por isso de acordo com Wendt (2013) “é aquilo que os estados fazem que determina a qualidade das suas interações sob a anarquia” ou seja “a anarquia é o que os Estados fazem dela” (WENDT, 2013, p. 447).

Os entendimentos coletivos, construídos e difundidos, as expectativas acerca de si próprio e dos outros – o que caracterizamos como identidade – são aplicáveis ao caso da região aqui estudada. Segundo a variante construtivista, não é na geografia ou na interdependência que repousam as formulações sobre regiões, mas sim na “ideia cognitiva de região, gerada por meio de processos de socialização, conduzidos por *regions-builders*” – ou potências regionais (REIS, 2007, p. 4). Observar a região do SROM não implica somente na análise dos fatores explícitos, como geografia, mas sim no processo de

meaning. Constructivism instead assumes that the selves, or identities of states are a variable; they likely depend on historical, cultural, political, and social context”.

interação social das unidades que a compõe, levando em consideração a linguagem, a cultura e a religião.

Na próxima seção, retomaremos a análise estrutural do cerne da Teoria Realista de Waltz (1979). No entanto, por meio da contribuição do Realismo Neoclássico, estabeleceremos que o componente doméstico de formulação de política externa dos Estados, sujeito a preferências é considerado uma variável dependente no processo de comportamento estatal, somado a estrutura. Assim como os pressupostos do Contrutivismo, tal contribuição do Realismo Neoclássico nos servirá de fundamentação teórica para a inferência do peso dos condicionantes domésticos de Israel utilizados nesta pesquisa, neste caso, a identidade estatal trabalhadas no nível das percepções.

1.4.2 Contribuições do Realismo Neoclássico

Outra abordagem que auxiliará a verificação da hipótese desta pesquisa relaciona-se à abordagem do Realismo Neoclássico⁴⁹. Em síntese, diferente do Realismo Estrutural e do Neorealismo, o Realismo Neoclássico se trata de um constructo teórico emergente na disciplina que incorpora variáveis domésticas, promovendo uma atualização do pensamento das demais.

Em aproximação com o Realismo Estrutural de Waltz (1979), o Realismo Neoclássico permanece com a análise da variável sistêmica no processo de tomada de decisão estatal, entretanto, incorpora a variável doméstica como fundamental no processo de comportamento dos Estados⁵⁰. Essa abordagem busca “desenvolver um conceito de Estado mais aprimorado que o conceito tradicional da segurança, que anteriormente apenas tratava dos *out comes* do Estado” (TALIAFERO, 2009, p. 5).

Neste sentido, no âmbito externo, o Sistema Internacional, dotado de sua configuração anárquica, permanece inferindo constrangimentos aos Estados, os quais permanecem moldando seu comportamento a esta

⁴⁹ Ao longo do seu desenvolvimento a abordagem do Realismo foi categorizada visando a melhor compreensão das suas agendas no campo de pesquisa da disciplina. Inferem-se como Realismo Clássico os escritos de Morgenthau (1948); como Realismo Estrutural a teoria sistêmica de Waltz (1979); como Neorealismo as abordagens do Realismo Defensivo também de Waltz (1979) e do Realismo Ofensivo de Mearsheimer (2001) e a abordagem do Realismo Neoclássico com os escritos de Rose (1998) Schweller (2003), Taliafero (2009), Kytchen (2010). Para mais informações, ver “*Table 1 Classical Realism, Neorealism and Neoclassical Realism*” em Taliafero (2009), p. 20.

⁵⁰ Aqui comportamento é considerado como as ações de Política Externa e de Política de Defesa, conforme apontado por Taliafero (2009).

estrutura – por isso são realistas. Entretanto, no âmbito de análise unitário as pressões sistêmicas são filtradas por variáveis domésticas durante o processo decisório. Assim, conforme apontou Rose (1998), as pressões sistêmicas devem ser traduzidas por variáveis intervenientes ao nível da unidade. É neste sentido que o Realismo Neoclássico contribuirá para esta pesquisa na medida em que adota como explicação causal as variáveis da esfera domésticas entre a relação agente e estrutura, tal qual considerada como a identidade israelense é aqui considerada.

Em suma, é justamente o papel exercido por essas variáveis domésticas que o Realismo Neoclássico busca explicar. Schweller (2003) sintetiza essa agenda de pesquisa ao elencar os principais questionamentos postos, tais quais:

Sob que condições as nações expandem os seus interesses políticos? Qual é a relação entre o comportamento externo de uma nação e a sua mobilização doméstica? Como as elites políticas percebem e pensam sobre o seu poder na política mundial? Como Estados avaliam e adaptam-se às mudanças do seu poder relativo? Como Estados respondem a desafios e oportunidades na sua esfera externa? Diferentes tipos de Estados respondem de diferentes formas? O que explica a variação em estratégias de alianças entre os Estados, se eles preferem balancear, buck-pass, bandwagon, chain-gang, ou evitar as alianças por completo? (SCHWELLER, 2003, p. 318, Tradução Nossa)⁵¹

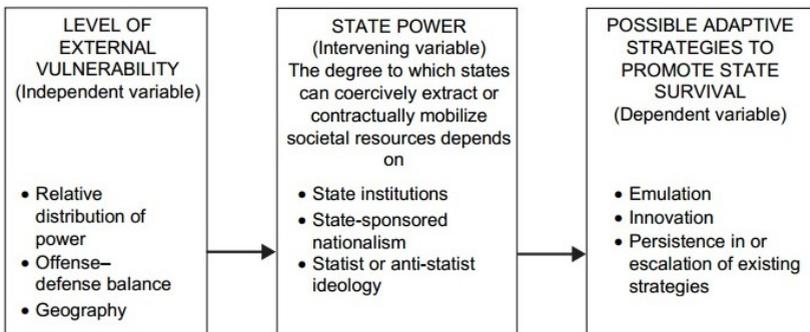
As variáveis domésticas, segundo Taliafero (2009), variam de acordo com a capacidade do Estado em mobilizar seus recursos, sendo esses de cunho econômico, militar ou identitário. O comportamento dos Estados é moldado, portanto, pelas variáveis intervenientes que se

⁵¹ No original: “*A partial list of theoretical questions explored by neoclassical realism includes: Under what conditions do nations expand their political interests abroad? What is the relationship between a nation’s external behavior and its domestic mobilization? How do political elites perceive and think about power in world politics? How do states assess and adapt to changes in their relative power? How do states respond to threats and opportunities in their external environment, and do different kinds of states respond in different ways? What explains variation in state alliance strategies, whether they choose to balance, buck-pass, bandwagon, chain gang, or avoid alliances altogether?*”?

encontram entre os incentivos sistêmicos e as responsabilidades políticas, encontradas no nível doméstico. Portanto, para o autor importa saber: “Como os Estados mobilizam seus recursos necessários para obter suas escolhas em questões de segurança?” (TALIAFERRO, 2009, p.196).

O autor propõe como hipótese um modelo de extração de recursos do Estado. Junto as às pressões sistêmicas o autor inclui como variável interveniente o poder do Estado, que é definido pela sua habilidade de extrair ou mobilizar recursos, seja por meio de instituições, do nacionalismo ou da ideologia. O autor propõe o nível sistêmico como a variável independente, o qual conforme a leitura realista é anárquico e vulnerável; como variável interveniente está o poder do Estado, com suas atribuições mencionadas anteriormente e por fim como variável dependente estão os tipos de estratégias que o Estado passará a adotar no seu comportamento (TALIAFERRO, 2009, p. 215). Essa relação é sintetizada pelo autor, como mostra a Figura 5:

Figura 5 - “O modelo Realista Neoclássico de extração de recurso do Estado”



Fonte: Taliaferro (2009, p. 214)

Conforme apresentado neste modelo, observa-se que no Realismo Neoclássico as variáveis domésticas não operam de forma independente das variáveis estruturais. Os Estados respondem suas demandas, de acordo com as vulnerabilidades externas. Essa ligação pode ser exemplificada no caso dos Sistemas Regionais, que ainda que sejam um universo independente de análise, não operam sem a interferência de agentes externos, conforme apontou Prys (2010).

Segundo Taliaferro (2009), para compreender o tipo de estratégia que o Estado vai adotar em seu comportamento, é preciso compreender

de que forma as variáveis sistêmicas serão filtradas pela variável interveniente: o poder do Estado. Neste sentido, o poder do Estado, conforme abordou-se na Figura 5 é dado pela junção de recursos materiais e imateriais (ou subjetivos) os quais incluem as instituições, o nacionalismo e a ideologia.

Com a contribuição do Realismo Neoclássico é possível observar que entre a relação agente (Estado) e estrutura (sistema), existem variáveis intervenientes que definem o comportamento estatal. Nessa abordagem tais variáveis encontram-se no nível doméstico e são traduzidas no poder do Estado⁵².

Abordarmos o universo do novo Regionalismo, com a inferência das regiões como sistemas regionais e apresentamos no segundo momento a categoria de análise das potências regionais e as diretrizes teóricas das Relações Internacionais que nos auxiliam em compreender seu comportamento no entorno regional. Uma vez apresentada essa matriz teórica, na próxima seção introduziremos nosso objeto de estudo, apresentado, de forma introdutória neste primeiro momento, as características que inserem Israel neste universo analítico.

1.4.3 O caso de Israel

Situado geograficamente na região do Oriente Médio, a qual de acordo a orientação de nossa pesquisa será referida como sistema regional do Oriente Médio (SROM)⁵³, estrategicamente composto por ampla extensão marítima para o Mar mediterrâneo, encontra-se Israel, um Estado auto declarado judeu que faz fronteira ao sul com Egito e Jordânia e ao norte com Líbano, Síria e Autoridade Palestina⁵⁴.

O Sistema Regional do Oriente Médio (SROM) se trata de uma região com um número considerável de potências regionais com capacidades suficientes de exercer agência na região. Conforme aponta Zahreddine e Teixeira (2015, p. 75), “no caso do Oriente Médio em vários momentos não é possível destacar uma única potência regional em virtude do embate constante entre dois ou três atores regionais, com característica de poder e atores semelhantes”. Esta pesquisa não objetiva o levantamento de todas as potências regionais do SROM, dado que os indicadores variam de acordo com os conflitos e processos

⁵² Em encontro com os atores de Análise de Política Externa, o Realismo Neoclássico aborda o papel de grupos de interesse e de elites.

⁵³ Cuja delimitação é relativa à interpretação utilizada, conforme veremos no capítulo 2.

⁵⁴ Na seção “anexos” do trabalho, há o mapa de Israel para consulta.

domésticos dos Estados ao longo do tempo. Por meio da literatura trabalhada, adotamos como elemento primordial de nossa pesquisa que Israel se caracteriza como uma potência regional. Nesse sentido, buscamos nesta seção não mais que uma introdução sobre o caso israelense, para nos próximos seguimentos conduzirmos a nossa análise do problema de pesquisa.

Nos termos de Buzan e Weaver (2003, p. 37), Israel é identificado como uma potência regional, resultado das mudanças estruturais no nível global no período Pós Guerra Fria. Trata-se de um Estado com capacidades militares, econômicas e políticas capazes de definir a polaridade da região. Conforme abordamos em Flandes (2007), as potências regionais são mensuradas por duas principais variáveis que o autor distingue: recursos materiais (economia e recursos demográficos) e recursos ideacionais (dimensão simbólica, ideológica e subjetiva traduzida na cultura, normas e valores). Além dessas características de mensuração, Flandes (2007, p. 10) aponta que as potências regionais, em sua maioria, exercem agência no seu entorno regional com o suporte de algum *great power*.

Quanto a primeira é imperativo afirmar o poder relativo de Israel na região. Kappel (2014, p. 149), mensurou a capacidade de Israel em termos de economia de mercado e dinamismo tecnológico. Trata-se do único país do SROM que obteve capacidade de transformar uma economia agrária em uma economia de alta tecnologia⁵⁵. Desde a década de cinquenta, Israel se manteve no topo como país líder em inovação do SROM. No ano do relatório, o autor apontou que Israel possui vantagem competitiva - em termos de progresso tecnológico, crescimento econômico e renda per capita, com maior atuação que a Turquia, país que possui uma significativa economia de inovação. Todas as características de desenvolvimento do país o colocam em uma situação de “uma economia altamente desenvolvida, estagnada em uma região movida pela crise” (KAPPEL, 2014, p. 149). Sua transformação de uma economia agrária para uma economia moderna e industrializada torna o Estado judeu como um modelo econômico atrativo.

Outro indicador que qualifica Israel como potência regional é seu programa nuclear. O Estado exerce uma política pouco transparente em relação ao seu arsenal nuclear, e muitas fontes são restritas. Cohen, historiador israelense que será utilizado ao longo de nossa análise, apresentou um estudo sobre o programa nuclear israelense, onde afirmou que o projeto nuclear de Israel se inicia já em 1949, com Ben-

⁵⁵ Na linguagem econômica: *Hight-Tech-Society*.

Gurion (COHEN, 2008). Algumas estimativas elaboradas pelo SIPRI, em 2012 apontaram que Israel possuía 80 ogivas nucleares (instaladas ou não) (SIPRI, 2012).

No que tange o segundo indicador, recursos ideacionais – subjetivos em sua mensuração – Fletes (2007, p. 9) aborda que uma potência regional é definida por exercer agência em seu entorno regional, independente se suas relações forem de amizade ou inimizade. Ao observarmos, com o enfoque construtivista, que as preferências dos Estados são moldadas pelo compartilhamento de suas identidades, normas e valores, Israel é um caso que merece relevância.

Auto declarado como Estado Judeu, Israel trata-se de um caso cuja identidade nacional esteve presente no ideal de sua construção, a partir dos fundamentos do sionismo⁵⁶. Nas primeiras duas décadas de sua existência, a elite israelense, apoiada pela maioria da população, se utilizou do discurso sionista para assegurar a defesa da nação e proteção aos judeus imigrantes que o Estado recebia (BECK, 2010, p. 140). Nesse momento, surge a consolidação das Forças de Defesa de Israel (FDI), que segundo projeto de Ben-Gurion ultrapassavam os limites de restringir-se apenas a defesa do território, mas sim eram responsáveis por atividades das esferas de saúde, educação e reforma agrária do país.

Para Beck (2014, p. 136) não há dúvidas de que Israel define a agenda de segurança regional do seu CRS, desde sua criação. Trata-se de um caso de importância extrema dado que sua agência na região é protagonizada pelo fruto de relações de inimizade e conflito presentes na sua história. A afirmação de Beck (2014), vai em encontro com o proposto por Stewart-Ingersoll e Frazier (2011, p. 7), que consideram que capacidades suficientes para projetar poder e alteração de ordem dentro do CRS, já é condição necessária para o protagonismo deste Estado.

Beck (2014, p. 135) por sua vez, conclui que existe uma relação dual antagonica no caso israelense. Se por um lado, o país demonstra características que o classificam como potência regional, como as mencionadas por Kappel (2014), e seu arsenal nuclear. Por outro lado, o Estado detém de uma população pequena e de uma reputação regional extremamente baixa, o que o impede assumir qualquer posicionamento de liderança na região (BECK, 2014, p. 129).

Outro fator condicionante é sua relação com os Estados Unidos. O início do envolvimento dos dois países foi evidente desde a administração Truman, que no fim da década de 40 apoiou a criação

⁵⁶ A ser trabalho no capítulo 3.

do Estado. Posteriormente a aliança manteve-se consistente com o governo Kennedy, ainda que os Estados Unidos tenham se aproximado do Egito. Mas consolidou-se na década de 1960, com o Governo Johnson onde começou o fornecimento de armas a Israel. Para Feldberg (2008, p. 20), a aliança entre EUA e Israel foi fruto de uma inevitável polarização no contexto da Guerra Fria e surgiu como consequência da radicalização do Egito, do envolvimento deste com a União Soviética e da impossibilidade de os Estados Unidos engajarem a maioria dos países árabes no esforço de contenção (FELDBERG, 2008:20). No entanto, essa relação privilegiada não se trata apenas da existência de incentivos estruturais. Conforme identificou Walt (1987, p. 12) a aliança de Estados Unidos e Israel nunca teve um acordo formal, mas jamais foi questionada quanto ao seu nível de comprometimento por ambas as partes (WALT, 1987, p. 12).

1.5 CONCLUSÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo buscamos apresentar a moldura conceitual dos estudos regionais e o desenvolvimento desta agenda. Constatou-se que a abordagem do Regionalismo teve diferentes enfoques, conforme seu desenvolvimento. Constatamos que o velho Regionalismo, a partir da análise de Thompson (1973) aqui exposta, compreendia as regiões como subsistemas subordinados a um sistema primário, o sistema internacional. Tal qual esteve em concordância com a abordagem de Waltz (1979) a qual permaneceu por muito tempo no enfoque da disciplina especialmente na configuração de bipolaridade. Foi a partir do colapso da bipolaridade com a nova conjuntura que se desenhou que a análise das regiões como primária foi favorecida. O Regionalismo passou a ser pensado como uma esfera autônoma em processos políticos, econômicos e de segurança, o que tangenciou o enfoque dos estudos regionais, dando luz a abordagem do novo Regionalismo.

A partir desse contexto, analisamos o universo conceitual dos sistemas regionais. Compreendidas como sistemas regionais complexos, portanto, detentores de características próprias de interdependência, as regiões não mais pertenciam intrinsecamente ao guarda-chuva das grandes potências. A abordagem dos CRS fornecida pela Escola de Copenhague buscou padronizar de maneira apurada os aspectos interdependentes de Segurança entre os Estados. Ao abordar essa moldura conceitual, no segundo momento, conduzimos nossa análise ao conceito de potências regionais a partir da literatura trabalhada.

Observamos que o conceito de potências regionais abrange uma categoria de países com capacidades suficientes para dominar os processos de segurança em sua dimensão regional, mas não em dimensão global. Observamos segundo abordagem de Flemes (2007), que dentre essas capacidades se inserem as capacidades materiais e imateriais, traduzidas em recursos de poder do Estado. A primeira tangenciada por aspectos materiais de indicadores de força, como poder militar e índices econômicos, e a segunda tangenciada por aspectos subjetivos, não abertamente declarados, como identidade, normas e valores.

Com o intuito de explorarmos o comportamento destes Estados em seus Sistemas Regionais, utilizamos duas contribuições teóricas das Relações Internacionais para embasar nossa análise. Com as contribuições do Construtivismo e do Realismo Neoclássico, constatamos que dentro do contexto doméstico destes Estados – com capacidade de produzir poder em seu entorno regional – existe um conjunto de variáveis que atuam em seu padrão de comportamento.

No último momento apresentamos o caso de Israel na moldura analítica o justificando como objeto de estudo. Inserido no universo de análise dos Sistemas Regionais, detentor de requisitos de poder material e imaterial, identificamos que Israel trata-se de uma potência regional com capacidade de agência no SROM, sendo um caso específico cujo protagonismo e agência na região é tangenciado pelas suas relações de inimizade.

Neste capítulo, tivemos como objetivo estabelecer nosso universo analítico quanto à moldura conceitual dos Sistemas Regionais e as perspectivas teóricas que auxiliarão na análise das variáveis que explicam a política de defesa de Israel: estrutura regional de polarização e ordem e identidade. A partir da moldura aqui trabalhada, importa saber que a utilização de tais ferramentas teóricas consiste na tentativa de estabelecer-se uma abordagem holística acerca da compreensão do fenômeno tratado nesta pesquisa. No capítulo a seguir, analisaremos nosso primeiro condicionante: as características do entorno regional de Israel e seus núcleos de interação na balança-regional árabe-israelense, no período de 1948 – 2006.

2 ISRAEL: CONTEXTO REGIONAL E NÚCLEOS DE INTERAÇÃO de 1948 a 2006

“The state is something more than individual rulers and its advisers.”
(HALLIDAY, 2005, p. 54)⁵⁷.

2.1 PREÂMBULO AO CAPÍTULO

No capítulo anterior abordamos a agenda dos Regionalismos para compreendermos a moldura conceitual dos sistemas regionais que emerge na agenda de segurança no pós Guerra Fria. Observamos que os dilemas de segurança são padronizados em um Complexo Regional e protagonizados por determinados Estados que em sua condição de potências regionais tem a capacidade de conduzir os padrões de segurança deste complexo. Padrões que podem ser determinados a partir das relações de amizade ou inimizade, que incluem o elemento da percepção construída de ameaças e a influência das variáveis do nível doméstico. Referido como o berço da humanidade, geograficamente situado entre três continentes, encontra-se o sistema regional do Oriente Médio (SROM). O objetivo geral deste capítulo consiste em analisar e caracterizar o entorno regional de Israel, considerado nesta pesquisa como um dos elementos a condicionar sua política de defesa. Trata-se de uma análise histórica, onde buscaremos apresentar nossa compreensão do SROM, para posteriormente trabalharmos com os núcleos de interação protagonizados por Israel no período de 1948 a 2015. A estrutura do capítulo terá o seguinte seguimento: na primeira seção apresentaremos a definição do SROM em seus aspectos de polaridade e polarização; na segunda seção abordaremos a balança regional árabe-israelense no período de 1948 – 1973, com enfoque nos quatro conflitos protagonizados por Israel (1948, 1956, 1967 e 1973); na terceira seção avançaremos e abordaremos os reflexos trazidos pela Guerra Fria e 11 de setembro na balança-regional. E por fim, analisaremos dois estudos de caso, de conflitos protagonizados por Israel inseridos na nova

⁵⁷ A epígrafe apresentada, de autoria de Frederick Halliday, historiador e cientista político que dedicou grande parte de sua vida aos estudos orientalistas retrata em poucas palavras o que representa o Estado no Oriente Médio. Ao longo da seção, com a análise dos processos históricos abordados, deixaremos ilustrado que pesquisar Oriente Médio implica na valorização de forças profundas subjetivas, imbricadas secularmente no cerne das população que a habita e que lutam por sua manutenção.

perspectiva de segurança do período: a Operação Escudo Defensivo e a segunda guerra do Líbano de 2006.

2.2 SISTEMA REGIONAL DO ORIENTE MÉDIO: INTRODUÇÃO

2.2.1 Definindo o SROM

Na intersecção entre três continentes, Europa, Ásia e África, situa-se o chamado Oriente Médio⁵⁸, detentor de uma vasta cultura histórica, étnica, religiosa e artística, durante sua história a região foi cenário do imperialismo e colonialismo das potências industrializadas do Atlântico Norte em um jogo de disputa econômica, geopolítica, social e ideológica. Foi após quase quatro séculos de dominação turco-otomana, que a região emergiu como realidade geopolítica, na passagem do século XIX ao XX (VISENTINI, 2014, p. xix)⁵⁹.

Em primeiro lugar ressaltamos que tratar de Oriente Médio, termo inferido pelo Ocidente no final da Segunda Guerra Mundial, ou do *Grande Oriente Médio*, remete a um campo vasto de interpretações, as quais estão sujeitas ao entendimento do pesquisador que a aborda. Conforme aponta Zaherddine e Teixeira (2014, p. 75) “para iniciar qualquer empreitada em direção à definição do que vêm a ser o Oriente Médio, desde sua constituição geográfica até suas características étnico-religiosas, há de ressaltar-se que as visões acerca dessa parte do mundo são diversas frente a multiplicidade de autores que a tentam avaliar, cada um à sua maneira”.

Fawcett (2016) aponta que é justamente tal ausência homogênea e clara de interpretação que demonstra a dificuldade em se trabalhar com a região. Nesse estudo, de acordo com a moldura teórica aqui

⁵⁸ Partimos do pressuposto de que o termo Oriente Médio deve ser utilizado com ressalva. Ferabolli (2007), aponta que “o conceito de Oriente Médio” é um termo imperialista por natureza, na medida em que a delimitação dessa região é definida pelos interesses dos grandes poderes, neste caso, os Estados Unidos.

⁵⁹ O SROM foi o berço das primeiras civilizações registradas (Egito, Suméria e Babilônia) e das religiões monoteístas (cristianismo, judaísmo e islamismo). Em suma, os Estados fizeram parte das últimas três grandes civilizações muçulmanas, os Impérios Turco Otomano, Persa e a Índia Mogul (além dos Canatos Mongóis e mais tarde do Império Russo) (VISENTINI, 2014, p. i). Não cabe no escopo metodológico deste estudo tratar dos processos de descolonização e formação dos Estados do SROM, processo que ocasionou suas fraturas políticas atuais refletidas nas dinâmicas regionais aqui tratadas. Nesse estudo parte-se da configuração de Estados que hoje compõem o Moderno Oriente Médio. Para mais informações, ver Anderson (1987) “*The State in the Middle East and North Africa*”.

trabalhada, partiremos da premissa de que a região se constitui como um Sistema Regional complexo, dotado de uma realidade com características próprias, por isso utilizaremos a sigla SROM⁶⁰.

Hinnebusch (2003) a define como uma região constituída em volta de um núcleo árabe com uma identidade fragmentada em múltiplos territórios; sendo este núcleo flanqueado por uma periferia de estados não árabes, tais quais, Turquia, Irã e Israel (HINNEBUSCH, 2003 p. 3). Roche (2012) baseia sua definição a partir da matéria-prima fundamental que moldou a região no cenário global, o petróleo. O historiador divide a região em três partes: i) Golfo Pérsico, *centro petrolífero primordial*; ii) Oceano Índico e o chifre da África Oriental, ou seja a *zona de transporte* e iii) mar Vermelho, Canal de Suez e o Mediterrâneo Oriental, também como uma *zona de transporte*. Ao estabelecer esses eixos, parte-se para a delimitação das porções de terra que o incluem e os países que a compõe, conforme apresenta Roche (2003, p. 18):

Uma vez estabelecidos esses três eixos, seria conveniente traçar as porções de terra que os encerram, quer dizer, que os protegem ou que os ameaçam [...]. Utilizemos, então, uma imagem cotidiana para melhor definir o Oriente Médio geográfico e geopolítico – uma casa: um teto (Turquia, Cáspio, Irã, Afeganistão e Paquistão); um corpo da construção, indo da Líbia ao Paquistão, compreendendo a Líbia, o Egito, Israel, o Líbano, a Síria, a Jordânia, o Iraque, o Irã, o Kuwait, os Emirados e os Principados do Golfo Pérsico, a Arábia Saudita, Omã e Iêmen; um pátio, em parte terrestre, desde o Sudão até a África do Sul, acentuando-se sobre o “chifre” africano (Eritreia, Djibuti e Somália), e em parte marítimo, o Golfo Pérsico, ele próprio, o Oceano Índico, o mar Vermelho, o Canal de Suez e o Mediterrâneo oriental. (ROCHE, 2003, p. 18- 19).

⁶⁰ Castellano (2016) apresenta que sistemas internacionais regionais, assim como sistemas internacionais globais, são sistemas complexos “que geram desafios e oportunidades para a compreensão dos sistemas internacionais”. Os desafios envolvem entender as implicações de sua complexidade e as oportunidades relacionam-se com a relevância dos sistemas regionais na observação de fenômenos fundamentais para as RI (CASTELLANO, 2016, p. 65).

No campo da pesquisa, em suma, argumenta-se que a interpretação da região está associada ao tipo de pesquisa a ser feita e os condicionantes a serem considerados, pois se trata de uma região cujas fronteiras não são definidas tradicionalmente a partir de uma visão positivista, mas sim incluem elementos de identidade e pertencimento⁶¹.

Nossa interpretação geográfica abordará a configuração de Estados que hoje compõe o Moderno Oriente Médio, conforme utilizado por Fawcett (2016). Entendemos que este sistema regional abrange os Estados Árabes do oeste da Ásia e norte da África (membros da Liga Árabe) e os Estados não-árabes de Israel, Irã e Turquia. Portanto incluem-se: Mauritânia, Marrocos, Argélia, Líbia, Tunísia, Egito, Sudão, Sudão do Sul; Turquia, Israel, Líbano, Jordânia, Síria, Iraque; Ira, Arábia Saudita, Oman, República do Iêmem, Emirados Árabes, Catar, Djibouti, Somália, os quais elucidados na Figura 6.

Além disso, consideraremos em parte a abordagem proposta por Buzan e Weaver (2003) ao dividir a região em subcomplexos, padronizados pelos seus dilemas de segurança. Esta definição se estende de Marrocos até Irã, incluindo todos os Estados árabes mais Israel e Irã⁶². Após o processo de colonização na região (1945 – 1948) muitos estados tornaram-se independentes. Por isso essa definição parte de 1948 e é dividida em subcomplexos, tais quais: subcomplexo do *Maghreb*⁶³, do Levante e do Golfo Pérsico. O primeiro inclui Marrocos, Saara Ocidental, Argélia, Tunísia e Líbia; o segundo também chamado de mediterrâneo inclui Israel, Jordânia, Líbano, Estado da Palestina, Síria e Egito, e o terceiro incluem Emirados Árabes, Arábia Saudita, Catar, Bahrein, Kuwait, Iraque e Irã, conforme aponta a Figura 7 (BUZAN, WEAVER, 2003, p. 188)⁶⁴.

Cordesman (1999) apresenta a balança militar do Oriente Médio e Norte da África a partir de uma metodologia de coleta de dados quantitativos e entrevistas com oficiais militares e pesquisadores da região⁶⁵. O autor parte da premissa de que o Oriente Médio é dividido em uma ampla gama de diferentes “equilíbrios militares” que envolvem

⁶¹ Hinnebusch e Halliday apontam que a utilização desse pressuposto é fundamental para qualquer estudo que compreenda o Oriente Médio.

⁶² Cabe ressaltar que os autores não consideraram até então Chipre, Sudão, Afeganistão e Turquia como partes deste CRS.

⁶³ Em português “onde o sol de põe”.

⁶⁴ Para mais informações, ver mapa ilustrativo em Buzan e Weaver (2003), p. 189.

⁶⁵ O relatório do equilíbrio militar do Oriente Médio feito por Cordesman (1999) trata-se de um projeto conjunto que inclui Agência de Desarmamento e Controle de Armas dos EUA (ACDA), o Instituto sobre Conflito Global e Cooperação (IGCC) da Universidade da Califórnia. A versão completa do relatório foi publicada em 2003.

tipos diversos de disputas fronteiriças e conflitos locais (CORDESMANN, 1999, p. 4). A partir disso, o autor estabelece três “sub-regiões militares”: norte da África, balança militar árabe-israelense e Golfo⁶⁶.

Alicerçado a um *continuum* histórico de conflito, no campo das Relações Internacionais historicamente a região é associada como um exemplo de aplicabilidade das prerrogativas da teoria Realista⁶⁷. Um espaço composto por um sistema de Estados, dotado pelas características da anarquia e insegurança⁶⁸, que traduz “o epicentro da crise mundial e o local dos conflitos mais prolongados do mundo” (HINNEBUSCH, 2003, p. 1). Tal aplicabilidade torna-se um tanto reducionista, dado que a consolidação da característica de ambiente hobbesiano inferida ao SROM é fruto da construção histórica e social a qual a região foi submetida. Essa característica é o produto da imposição externa e das interações coletivas e conflituosas que os Estados contestam e defendem ao longo da história. E é partir dessa configuração regional que o comportamento dos Estados é moldado e não o contrário.

Nesse sentido, o comportamento dos Estados está enraizado na maneira como o sistema regional foi construído a partir de fatores culturais e identitários. Segundo Halliday (2005, p. 4) essa região não pode ser compreendida se não assumirmos que entidades como cultura, religião e essência linguística são variáveis independentes na sua explicação. Nesse sentido, compreendemos que para entender as dinâmicas regionais deste sistema, que incluem o comportamento dos Estados traduzido na sua Política Externa e Política de Defesa, é preciso compreender suas formações considerando os conceitos de identidade, soberania, nação e Estado. Por isso utilizamos da abordagem Construtivista, ao partimos do pressuposto do Estado como uma instituição composta por forças constitutivas, inseridas em sub-níveis domésticos tão significativos quantos o nível regional e sistêmico⁶⁹. O que pode ser elucidado com as palavras de Hinnebusch (2003):

No Oriente Médio, no entanto, a imposição arbitrária de limites de Estado impostas pelo imperialismo produziu uma incongruência

⁶⁶ Na seção “anexos”, há o mapa da balança militar árabe-israelense para consulta.

⁶⁷ Menção a Waltz (1979) e Mearsheimer (2007).

⁶⁸ Aqui se remete a característica de um sistema regional Hobbesiano, conforme aponta Prys (2010).

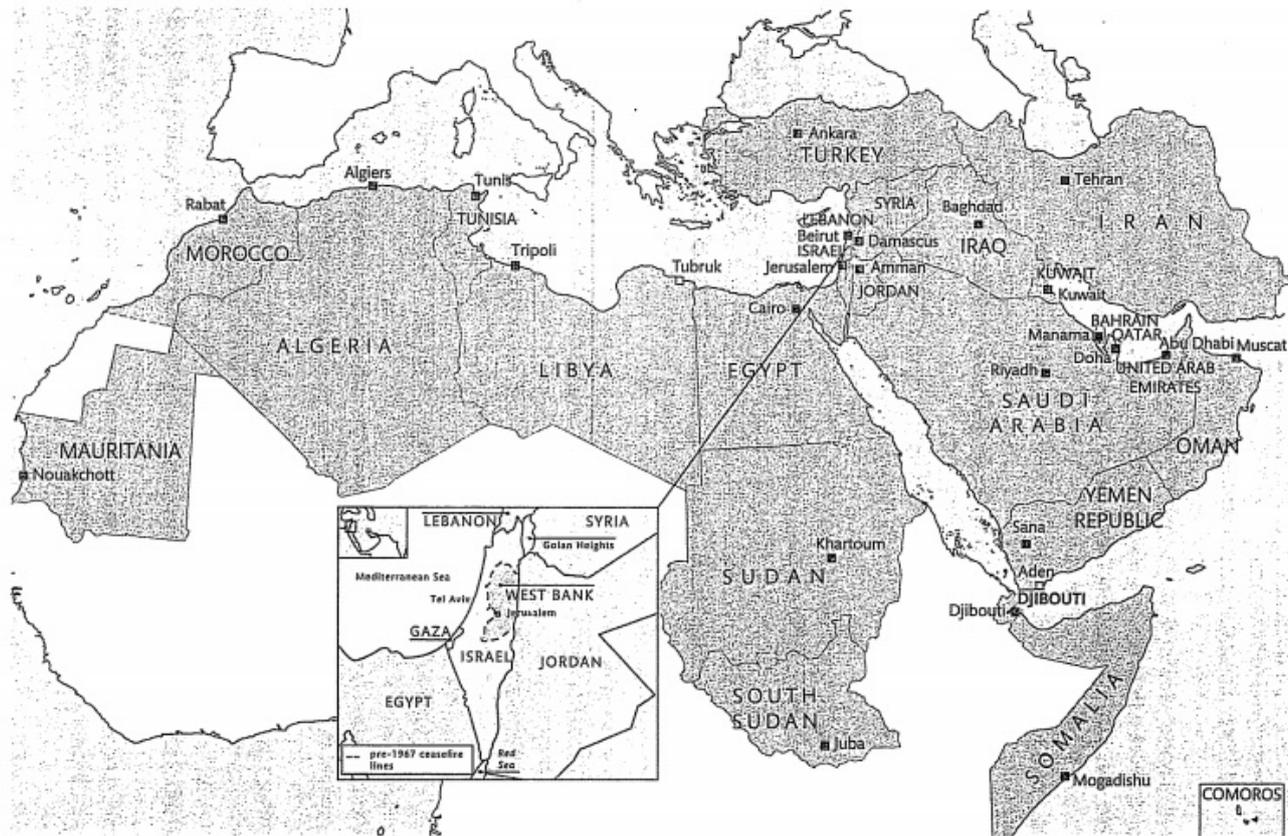
⁶⁹ Hinnebusch refere essa abordagem como “Pluralista”.

substancial entre território e identidade, com o resultado de que a lealdade ao Estado era contestada por identidades subestatais e supra-estatais. Isso construiu o irredentismo na estrutura do sistema: em muitos estados, as conexões trans-estatais dos grupos sub-estatais e a insatisfação com as fronteiras geraram conflitos prolongados que se espalharam nas guerras estaduais sub-estaduais ou interestaduais, por exemplo. o papel dos curdos nos conflitos entre a Turquia e a Síria, Irã e Iraque. Além disso, como mostra a análise construtivista, as normas pan-árabes derivadas de uma identidade supra-estatal compartilhada tornaram-se tão importantes na formação do comportamento estatal árabe quanto a distribuição do poder material enfatizado pelo realismo (HINNEBUSCH, 2003, p. 5. Tradução Nossa).⁷⁰

Após essa introdução, nas seções seguintes para a análise das dinâmicas de segurança que compõe a região a partir das variáveis inferidas por Buzan e Weaver (2003), i) penetração extraregional; ii) polaridade e iii) polarização. Ressaltamos que não existe uma interpretação universalizada do SROM e concordamos que esta região dispensa generalizações ocidentais devido às particularidades dos aspectos que a envolvem. No entanto, ao escolhê-la como ferramenta de pesquisa, inferimos aspectos para identificar nossa interpretação, de acordo com a literatura aqui trabalhada (CORDESMANN 1999; BUZAN e WEAVER 2003; HINNEBUCH 2003; FAWCCET 2016).

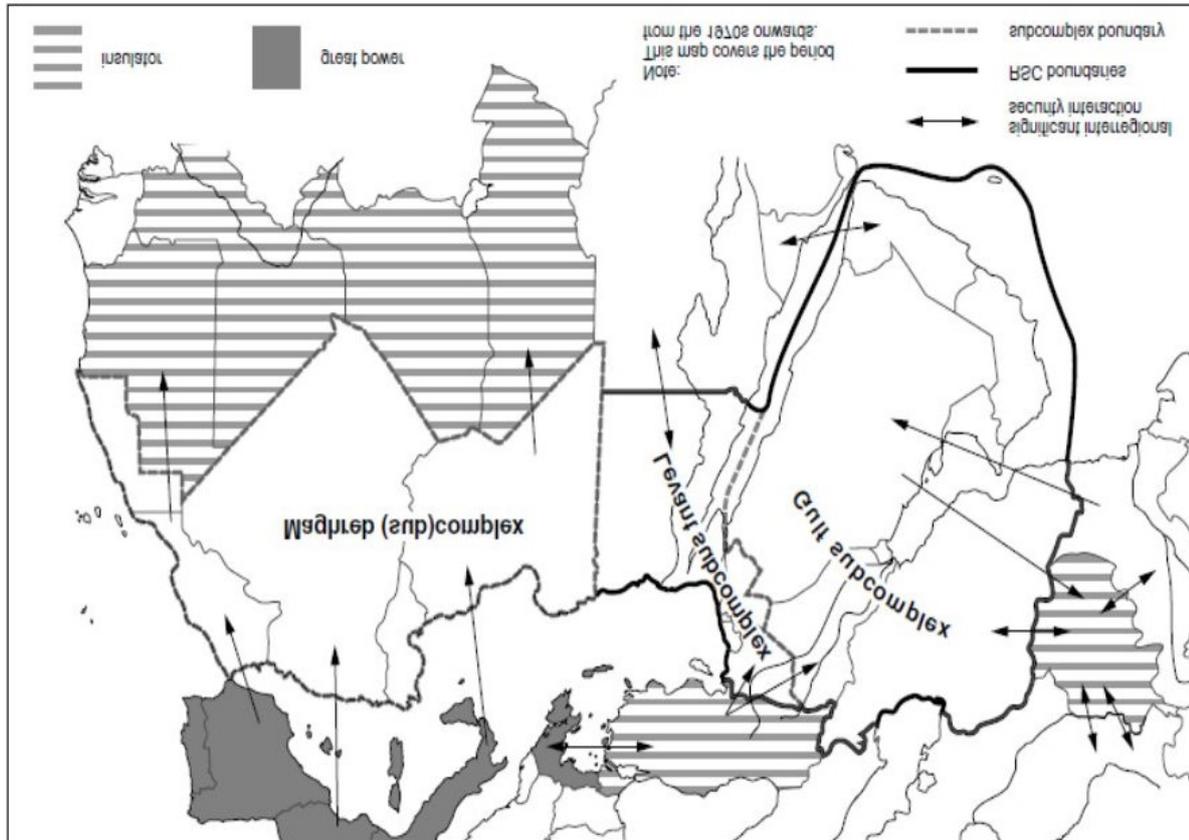
⁷⁰ No original: “*In the Middle East, however, imperialism’s arbitrary imposition of state boundaries produced a substantial incongruence between territory and identity, with the result that loyalty to the state was contested by sub-state and supra-state identities. This built irredentism into the fabric of the system: in many states, the trans-state connections of sub-state groups and dissatisfaction with borders generated protracted conflicts which spilled over in state-sub-state or inter-state wars, e.g. the role of the Kurds in conflicts between Turkey and Syria, Iran and Iraq. Additionally, as constructivist analysis shows, Pan-Arab norms deriving from a shared supra-state identity became as important in shaping Arab state behaviour as the distribution of material power stressed by realism*”.

Figura 6 - Moderno Oriente Médio



Fonte: The Modern Middle East (Fawcett, 2016, p. 4).

Figura 7 - Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio



Fonte: The Middle Eastern RSC (Buzan, Weaver, 2003, p. 189).

2.2.2 Polaridade e Polarização

Na contribuição dos Complexos Regionais de Segurança, parte-se do pressuposto de que os dilemas de segurança são compartilhados a partir de uma interdependência normalmente padronizada em um agrupamento definido como CRS (BUZAN, WEAVER, 2003, p.4). Esse complexo é dotado de uma estrutura e dentre as variáveis que a moldam, estão a polaridade e polarização. Nesta seção abordaremos os aspectos que tornam o SROM como a região mais militarizada do mundo, para no segundo momento conduzirmos nossa análise nos aspectos da balança regional árabe-israelense, composta por Israel, Egito, Síria, Líbano e Autoridade Palestina.

Polaridade refere-se “a medida relativa de poder que faz da sua distribuição um aspecto estrutural ao invés de uma característica do nível das unidades” (BUZAN; JONES; LITTLE. 1993, p.31). Ou seja, a polaridade de uma estrutura depende das capacidades das unidades que a compõe, sendo essa análise feita sob uma estrutura tanto em nível global como regional.

O fim da bipolaridade da Guerra Fria proporcionou a expansão do estudo de polaridades regionais, visto que uma variedade de poderes em várias escalas emergiu. Conforme aponta Cepik (2009), como as regiões não são atores *per se* a função analítica da Teoria dos CRS é mediar a passagem da análise da polaridade global no sistema à análise do comportamento dos Estados, levando em conta a diferenciação política entre as regiões (CEPIK, 2009, p. 71). Com essa análise é possível avaliar a presença ou eminência de potências regionais nos determinados contextos em que a tais regiões são estudadas.

Quanto a polaridade, Buzan e Weaver (2003) classificam os complexos regionais de segurança em dois tipos principais: padrão e centrado. O SROM segundo a interpretação dos autores se classifica como um complexo regional do tipo padrão, onde a distribuição de poder pauta-se pela multipolaridade, definida pela presença de mais de uma potência regional (BUZAN, WEAVER, 2003, p. 55). Na tipologia dos autores são consideradas como potências regionais Arábia Saudita e Irã (subcomplexo do Golfo) e Egito e Israel (no subcomplexo do Levante)⁷¹.

⁷¹ Atualmente, a literatura aponta a Turquia como uma nova potência regional, para mais informações ver Zahreddine e Teixeira (2015). Conforme abordou-se no capítulo 1 avalia-se uma potência regional por meio de suas capacidades materiais e imateriais sendo a primeira uma condição necessária para categorizar o Estado como potência (FLEMES 2007; STEWART INGERSOL, FRAZIER, 2011).

Já a polarização de um Sistema Regional se refere às relações de amizade e inimizade das unidades que o compõe. Conforme aponta Castellano (2016, p. 83), a polarização “diz respeito ao fenômeno em que há identificação e aproximação entre unidades de um mesmo grupo e diferenciação e distanciamento entre unidades de grupos diferentes, [...] trata-se do nível mais estruturado da esfera interacional dos Estados”. Na tipologia dos CRS, a polarização é a variável que define as relações históricas de amizade e inimizade, interdependentes entre os Estados do complexo.

Essas relações entre as unidades de um CRS são analisadas no nível regional e se constituem por fatores históricos presentes na região. Tal análise deve partir de uma amplitude que inclua fatores domésticos específicos de cada Estado⁷² e também que considere o nível global (BUZAN, WEAVER, 2003, p. 47). O grau de polarização de um CRS, em muitos casos, importa mais para os poderes globais substantivamente do que para os poderes regionais, trata-se de uma autonomia relativa dos padrões de segurança do CRS representada pela penetração extraregional de um CRS, conforme os autores apontam:

Os CRS's também fornecem alguma lógica estrutural, mais notavelmente a hipótese de que os padrões regionais de conflito moldam as linhas de intervenção pelos poderes de nível global. A expectativa é que as potências externas sejam atraídas para uma região ao longo das linhas de rivalidade existentes dentro dela. Desta forma, os padrões regionais de rivalidade podem se alinhar e ser reforçados pelos de poder global, mesmo que os padrões de poder global possam ter pouco ou nada a ver com a formação do padrão regional (BUZAN, WEAVER, 2003, p. 52. Tradução Nossa).⁷³

Ao tratar de polarização, Buzan e Weaver (2003) por sua vez, dividem os CRS's em três tipos: “formações conflituais”, regimes de

⁷² Aqui menção ao Realismo Neoclássico tratado no capítulo 1.

⁷³ No original: “It also provides some structural logic, most notably the hypothesis that regional patterns of conflict shape the lines of intervention by global level powers. Other things being equal, the expectation is that outside powers will be drawn into a region along the lines of rivalry existing within it. In this way regional patterns of rivalry may line up with, and be reinforced by, global power ones, even though the global power patterns may have had little or nothing to do with the formation of the regional pattern”.

segurança e comunidades de segurança⁷⁴. Em cada tipo, a polarização da região é definida pelos seus padrões de rivalidades e alianças (BUZAN WEAVER, 2003, p. 55).

Cepik (2009) considera a polarização como uma variável ordinal crescente, e a simplifica em termos normativos com o grau de polarização em baixo, médio e alto. Sendo os indicadores utilizados: número de guerra interestatais, número de guerras civis, número de disputas diplomáticas militarizadas e a taxa de homicídio por cem mil habitantes (CEPIK, 2009, p. 73).

Trata-se de um exemplo de CRS pautado por formações conflituais, portanto a polarização é tangenciada pela rivalidade que é dividida nos seguintes padrões desde a Primeira Guerra Mundial: i) rivalidade inter árabe, ii) conflito árabe-israelense; iii) emergência do nacionalismo árabe.

No entanto, Fawcett (2009), em crítica a abordagem do SROM como intrinsecamente composto por formações conflituais, aponta que o SROM têm demonstrado esforços de cooperação, especialmente entre os Estados árabes que compartilham de uma identidade em comum. Ainda que pautado por um regime de dilemas de insegurança, esse fato demonstra um potencial por cooperação na região. Fawcett (2009, p.217) compartilha da ideia que as teorias realistas que associam a região ao conflito, bem como a denominação de Buzan e Weaver (2003) são pautadas em um modelo eurocêntrico que reduz a capacidade de repensar a região sob a ótica de um regionalismo de cooperação, o qual teve um importante ponto de partida com a Primavera Árabe⁷⁵.

Conforme já mencionamos, Cordesman (1999) apresenta a balança militar do Oriente Médio e Norte da África e o divide em uma gama de diferentes “equilíbrios militares” que envolvem tipos diversos de disputas fronteiriças e conflitos locais, tais quais: balança militar árabe-israelense, Norte da África e o Golfo. O autor aponta quatro fatores que ressaltam a dificuldade em mensurar tais balanças de poder militar.

O primeiro se trata dos distintos tipos de conflito interno presentes na região como terrorismo⁷⁶ e revoluções de Estado que tomam forma de uma guerra assimétrica; o segundo fator é o alto grau

⁷⁴ Addler e Barnnet (1998).

⁷⁵ Fawcett (2009) menciona que essa discussão impede que possamos pensar no SROM como uma possível comunidade de segurança nas conjunturas futuras (FAWCETT, 2009, p. 217).

⁷⁶ Abordaremos mais propriamente a definição de terrorismo e sua prática discursiva por Israel na seção 2.4.2.

de penetração extra regional presente na região; como abordamos no caso da Guerra Fria e do pós 11 de setembro e o terceiro fator é que os conflitos facilmente se permeiam pelas demais sub-regiões, ou seja, o efeito cadeia do conflito de uma sub-região do SROM afetar outra. E por fim, o problema da proliferação nuclear, dado que a região detém Estados com armamento nuclear (CORDESMAN, 1999, p. 4).

Em concordância com tal afirmação, o relatório SIPRI de 2015 aponta que os colapsos que se sucederam com Iraque, Líbia e Síria promoveram uma maior relutância de envolvimento por parte das potências extra regionais. Esse período foi marcado pelo declínio de uma “governança global” nos temas de Segurança Internacional, especialmente no que tange o Oriente Médio (SIPRI 2015 p. 1). Frente a inatividade das potências externas em lidar com a situação da região, a tendência dos Estados foi o crescimento e desenvolvimento no setor militar.

O relatório, que estabelece uma comparação de todas as regiões do globo, apontou que as despesas militares aumentaram em 2014 de maneira muito rápida no Norte da África, Oriente Médio e na Europa oriental. A conjuntura que se desenhava, pautada pelo aumento do barril do petróleo somado ao crescimento dos conflitos regionais favoreceram o aumento severo nas despesas militares, conforme aponta a Figura 6.

Outro fator mensurado no relatório é o volume de produção e transferência de armamentos pesados nos países que deixa a região em uma posição de destaque protagonizada pela Arábia Saudita e Emirados Árabes. A Arábia Saudita entre 2010 e 2014, se tornou o segundo maior importador de armamento pesado em nível global, conforme aponta a Figura 7⁷⁷. Outro aspecto importante trata-se da presença de Estados com armamento nuclear conforme aponta a Figura 8, com destaque para Israel e Paquistão⁷⁸.

⁷⁷ A Arábia Saudita permaneceu ocupando essa posição, conforme aponta o relatório SIPRI de 2018. Para mais informações ver, “*SIPRI Yearbook*” (2018).

⁷⁸ Paquistão é considerado como parte do Oriente Médio pelo SIPRI 2015. Cabe ressaltar que o Irã também é detentor de armamento nuclear e signatário do TNP, que permite a utilização da tecnologia nuclear somente para fins pacíficos.

Figura 8 - “World Military Spending” (2014)

WORLD MILITARY SPENDING, 2014		
Region	Spending (\$ b.)	Change (%)
Africa	(50)	5.9
North Africa	20.1	7.6
Sub-Saharan Africa	(30.1)	4.8
Americas	705	-5.7
Central America and the Caribbean	10.4	9.1
North America	627	-6.4
South America	67.3	-1.3
Asia and Oceania	439	5.0
Central and South Asia	65.9	2.0
East Asia	309	6.2
Oceania	28.0	6.9
South East Asia	35.9	-0.4
Europe	386	0.6
Eastern Europe	93.9	8.4
Western and Central	292	-1.9
Middle East	(196)	5.2
World total	1 776	-0.4

() = uncertain estimate. Spending figures are in current (2014) US\$. All changes are in real terms.

Fonte: SIPRI *Yearbook* 201

Figura 9 - The Main Exporters and Importers of Major Weapons (2010-14)

THE MAIN EXPORTERS AND IMPORTERS OF MAJOR WEAPONS, 2010-14			
Exporter	Global share (%)	Importer	Global share (%)
1. USA	31	1. India	15
2. Russia	27	2. Saudi Arabia	5
3. China	5	3. China	5
4. Germany	5	4. UAE	4
5. France	5	5. Pakistan	4
6. UK	4	6. Australia	4
7. Spain	3	7. Turkey	3
8. Italy	3	8. USA	3
9. Ukraine	3	9. South Korea	3
10. Israel	2	10. Singapore	3

Fonte: SIPRI *Yearbook* 2015.

Figura 10 - Forças nucleares no mundo.

WORLD NUCLEAR FORCES, 2014			
Country	Deployed warheads	Other warheads	Total inventory
USA	~2 080	5 180	~7 260
Russia	~1 780	~5 720	~7 500
UK	150	~65	~215
France	~290	~10	~300
China	-	~260	~260
India	-	90-110	90-110
Pakistan	-	100-120	100-120
Israel	-	~80	~80
North Korea	6-8
Total	~4 300	~11 545	~15 850

All estimates are approximate and are as of January 2015.

Fonte: SIPRI Year Book 2015

Como todas as regiões do mundo, o SROM foi e permanece sendo afetado pelas mudanças da guerra. Ainda no relatório apresentado em 2003, Cordesman (2003) apontou que o SROM é afetado pelos seguintes fatores: proliferação nuclear, guerra assimétrica, guerra proxy, atores não estatais, coalizões externas e regionais e guerra da informação (CORDESMAN, 2003, p. 15). No que tange a balança regional árabe-israelense, algumas características em comum definem as dinâmicas dos Estados que a compõe: problemas políticos internos e problemas de manutenção de equipamentos, este último salvo o caso de Israel (CORDESMAN, 1999, p. 23). Nas palavras do autor:

- Israel trata-se do único Estado que sustenta altas despesas gerais suficientes para manter e prover qualidade para seu nível de força;
- Egito possui altos índices em termos de armamento e importação de tecnológica, no entanto não apresenta financiamentos para aumentar a qualidade de força (em termos de treinamento de mão-de-obra);
- Síria ao perder o apoio do antigo bloco soviético tem problemas de modernização de forças⁷⁹;
- Jordânia após a Guerra do Golfo também refletiu na perda de ajuda e enfrenta problemas de modernização e tem qualidade de mão-de-obra não financiada;
- Líbano reflete o impacto de anos de Guerra Civil. Também possui capitalização maciça e problemas de modernização de mão-de-obra não financiada. (CORDESMAN, 1999, p. 23. Tradução Nossa)⁸⁰.

⁷⁹ O relatório data de 1999. Atualmente o Estado Sírio é um Estado fragilizado devido a correlação de forças e polarização da Guerra Civil, travada em 2011.

⁸⁰ No original: *The region is deeply divided, however, into "haves" and "have nots."* • *Israel is the only state to sustain high enough overall expenditures to maintain most force levels and improve quality.* • *Egypt is well off in terms of arms and technology imports but has not funded manpower quality or the other aspects of force quality.* • *Syria has lost the Soviet Bloc as a patron and has massive capitalization and force modernization problems and has not funded manpower quality or the other aspects of force quality.* • *Jordan reflects the loss of aid after the Gulf War. It too has massive capitalization and force modernization problems and has not funded manpower quality or the other aspects of force quality.* • *Lebanon reflects the impact of years of civil war. It too has massive capitalization and force modernization problems and has not funded manpower quality or the other aspects of force quality.*

Dentre os indicadores apontados por Cepik (2005) na avaliação da polarização de uma região, encontram-se o número de Guerras Intraestatais e o número de guerras Civis. Segundo a subdivisão apresentada no documento de defesa de Israel, a leitura do Estado quanto as ameaças regionais são dívidas em forças estatais, forças sub-estatais e organizações terroristas não-estatais (IDF, 2015, p. 4). Apresentaremos a seguir, um quadro descritivo com o levantamento das organizações presentes no entorno israelense. Buscamos com essas informações contemplar nossa análise, ao elucidar o contexto de militarização e de assimetrias e seu impacto no preparo e atuação das forças de defesa israelense.

Quadro 1 - Forças Militarizadas: Balança regional árabe-israelense

FORÇAS MILITARIZADAS		
ESTATAIS	SUB ESTATAIS	ORGANIZAÇÕES NÃO ESTATAIS
<i>Israel Defense Forces</i>		<i>Kach an Kahane Chai Tanzim Jewish Defense League⁸¹</i>
<i>Egyptian Armed Forces</i>		<i>Ajnad Misr (Soldiers of Egypt) Ansar Bait al-Maqdis International Union of Muslim Scholars Muslim Brotherhood Saraya Al-Mukhtar (Muktar Army)</i>
<i>Jordan Armed Forces</i>		<i>Takfiri-Salafi Group (Abu Sayyaf Group)</i>
<i>Lebanese Armed Forces</i>	<i>Hezbollah</i>	
<i>Syrian Arab Armed Forces</i>		<i>Al-Nusra Front Jaish al-Islam Failaq al-Rahman Free Syrian Army (Exército Livre Sírio) Shabiha Islamic State of Iraq and the Levant (ISIS) Al-Qaeda</i>

⁸¹ Diferente das demais de origem árabes, essas duas organizações são grupos ultra-ortodoxos judeus. Podem ser identificadas como uma ameaça para o Estado de Israel, dado que são contra o progressismo do governo a partir da década de 1960. Seus pressupostos são a restauração do Estado Bíblico de Israel, segundo os princípios da *Torah*.

FORÇAS MILITARIZADAS		
ESTATAIS	SUB ESTATAIS	ORGANIZAÇÕES NÃO ESTATAIS
<i>Palestinian Security Services</i>	<i>Hamas</i>	<i>Palestine Islamic Jihad</i> <i>Al-Aqsa Martyrs Brigade</i> <i>Popular Resistance Committees (PRC)</i> <i>Democratic Front for the Liberation of Palestine (DFLP)</i> <i>Frente Popular de Liberação da Palestina (PFLP)</i> <i>Frente Popular de Liberação da Palestina - Comando Geral (PFLP – GC)</i> <i>Organização para Libertação da Palestina (OLP)</i> <i>Harakat al-Sabireen</i>

Observações: Este quadro apresenta um levantamento das organizações presentes na balança regional árabe-israelense detentoras de armamento. A divisão do quadro estabelece as organizações de acordo com seus Estados sede (na ordem: Israel, Egito, Jordânia, Líbano, Síria e Autoridade Palestina). Com exceção do ISIS e Al-Qaeda que possuem sede no Iraque, mas atuam em fronts nesses territórios. A terminologia “terrorista” está sendo utilizada conforme interpretação dada pelo governo israelense no seu documento de Defesa.

Legenda: Estatais (Exércitos Nacionais). Sub-estatais (organizações terroristas com ligação direta a Estados particulares), Não-estatais (Organizações terroristas sem ligação com Estados particulares ou comunidades). (IDF, 2016, p. 3)

Fonte: Elaboração própria, baseada em IDF 2016, Cordesman (1999, 2003) e Jewish Virtual Library.

Observamos que a correlação de forças militarizadas neste entorno é significativa. Em sua grande parte, essas organizações muçulmanas, diversas em sua interpretação religiosa e em suas pautas, surgiram a partir do contexto sistêmico do fim da Segunda Guerra Mundial e a partir da criação de Israel que se sucedeu. Em 1964, a Liga Árabe criou uma entidade separada para os palestinos, a Organização para Libertação da Palestina (OLP), que estava sob controle do Egito. A OLP foi o ponto de partida para o surgimento das demais organizações. A partir disso, começaram a surgir divergências dentre do movimento palestino: a Fatah, que buscava manter-se independente dentro dos regimes árabes e outros pequenos movimentos nacionalistas pró-nasser que acreditavam que o caminho para a recuperação da Palestina estava em uma revolução fundamental nos países árabes (HOURANI, 2006, p.538). O que viria a ser influenciado mais tarde pela Revolução iraniana.

Somado ao contexto conjuntural, Hourani (2006, p. 461) aponta que a ideia de nacionalismo árabe, e busca por justiça social foram as forças capazes de dar às populações desenraizadas a busca de uma base sólida para suas vidas e costumes, o que gerou uma aversão às novas ideias e costumes que vinham do mundo ocidental – muito influenciadas pela Revolução Iraniana (1979), a qual abordaremos posteriormente. Foi um contexto de “rápido crescimento de sentimentos e lealdades islâmicas”, (HOURANI, 2006, p. 461).

A amplitude de forças com suprimento militar, proveniente do apoio de potências extraregionais, recursos naturais escassos, características de identidade e territorialidade e divergências indentitárias, resultaram e resultam na prática em conflito armado. Na perspectiva do Ocidente, tal qual mencionada no SIPRI 2018, o SROM é caracterizado como uma das regiões mais militarizadas do mundo. No entanto, o autor aponta “que esta afirmação disfarça tendências importantes nas forças armadas regionais com gastos e esforços armamentistas” (CORDESMAN, 1999, p. 10). Essa tendência é cíclica e está relacionada ao conflito iminente da conjuntura em que os dados são analisados:

O Oriente Médio continua sendo a região mais militarizada do mundo em praticamente todas as medidas de esforço. [...] Essas tendências, no entanto, são cíclicas e estão relacionadas as guerras. As principais aquisições geralmente levam a aumentos de curto prazo nos pedidos de armas, seguidos de cortes, à medida que as nações pagam pelos pedidos anteriores. Uma queda constante ocorreu na porcentagem da população total sob os armamentos. O domínio do governo sobre as economias regionais e a má administração maciça dos gastos civis - o estatismo - é o principal problema. (CORDESMAN, 1999, p. 8 Tradução Nossa)⁸²

⁸² No original: “*The Middle East remains the most militarized region in the world by virtually every measure of effort. [...] Trends, however, are cyclical. Wars lead to major increases and then decreases. Major acquisitions often lead to short-term increases in arms orders followed by cuts as nations pay for previous orders. A steady drop has taken place in the percent of the total population under arms. Government domination of regional economies and the massive mismanagement of civil spending—statism—is the key problem*”.

A balança regional árabe-israelense é definida pela constância do conflito árabe-israelense. O termo se refere a condição de beligerância entre Israel e os Estados Árabes desde sua proclamação em 1948 iniciada imediatamente com uma ofensiva liderada pelos vizinhos árabes. Desde então subseqüentes guerras foram travadas da década de cinquenta até a década de 2000, incluindo alguns tratados de paz, os quais nunca foram cumpridos pelo lado israelense. A partir dos conflitos árabes-israelenses a questão palestina foi viabilizada e se tornou o principal fator da rivalidade dos países árabes com Israel, trazendo a tona o ponto de vista identitário já mencionado.

Ademais, a análise feita por Cordesman (1999) corrobora com a atual situação da região. Segundo dados do relatório do SIPRI de 2018⁸³, há atualmente no Oriente Médio e Norte da África sete conflitos armados ativos: no Egito, Iraque, Israel e Palestina, Líbia, Síria, Turquia e Iêmen, todos com a presença de atores não estatais e com presença de potências extra regionais. O relatório destaca que neste período as principais dinâmicas regionais se dão pelas consequências da Primavera Árabe, pela rivalidade entre Irã e Arábia Saudita e pelas perdas territoriais do Estado Islâmico (SIPRI, 2018, p. 2-3).

Esta seção apresentou a interpretação adotada do SROM e as limitações da literatura quanto a sua definição. Observamos que para além dos aspectos materiais, para melhor compreensão das dinâmicas de segurança da região é preciso considerar o papel de forças subjetivas e identitárias, conforme posto por Halliday e Hinnebusch. No segundo momento abordamos de forma introdutória, o contexto de polaridade e polarização do SROM, não cabendo ao escopo desta pesquisa o levantamento quantitativo das forças militarizadas da região na sua avaliação como um todo. Por isso, nossa análise foi direcionada a balança militar árabe-israelense, e suas características em termos de polarização e correlação de forças militarizadas, sediadas nos países que fazem fronteira direta com Israel.

Nosso objetivo em abordar esta contextualização regional foi o de elucidar as características do contexto regional em que Israel está inserido. Dada essa introdução, nos próximos seguimentos analisaremos os conflitos protagonizados por Israel a serem divididos em dois períodos: Durante a Guerra Fria, 1948 (guerra de independência), até 1973 (guerra do Yom Kippur); Pós Guerra Fria (1990 – 2015), data de divulgação da política declaratória de defesa.

2.3 BALANÇA REGIONAL ÁRABE- ISRAELENSE (1948 – 1973)

2.3.1 Da Guerra de Independência à Guerra dos Seis Dias (1948 – 1967)

Uma terra de dois povos. O território da Palestina, considerado como terra santa para três religiões, durante décadas de história foi e permanece sendo o epicentro da crise nessa sub-região. Sob o mandato britânico, no período dos Impérios no SROM, a ausência de equilíbrio viável de interesses entre os dois povos, árabes e judeus, sempre existiu. Conforme aponta Hourani (2006, p. 435), desde o início de sua administração, para os britânicos ficava claro que seria difícil a criação de qualquer tipo de estrutura de governo local capaz de acomodar os interesses dos habitantes árabes nativos e dos sionistas que ali se instalavam.

Enquanto os judeus sionistas buscavam a ênfase na imigração, os árabes tentavam impedi-la para proteger sua existência enquanto comunidade. O resultado foi um constante desequilíbrio, que raciaia para a Grã-Bretanha administrar naquele momento. Antes do desfecho da Segunda Guerra Mundial, com a chegada do partido nazista ao poder na Alemanha, a comunidade judia da Inglaterra passou a pressionar o país para permitir e apoiar a imigração. Em 1936 já se instalavam pequenas organizações sionistas com liderança política e militar no território. Era uma questão de tempo para que a criação de Israel fosse posta em prática.

Após algumas tentativas durante a década de trinta de solucionar o problema de desequilíbrio, as quais foram falhas⁸⁴, em 1939 eclodia a grande guerra. Nesse momento, ao mesmo tempo em que aumentavam as pressões sistêmicas para a Grã-Bretanha agir, bem como sua dependência econômica dos Estados Unidos, a resistência armada judia também aumentava conforme a *Shoa* se desencadeava (HOURANI, 2006, p. 469). As tentativas seguiram até 1946. Vários acordos sobre uma possível política conjunta foram debatidos com as autoridades árabes e judias, mas nunca houve uma conclusão, dado que nenhuma política era aprovada por ambos ao mesmo tempo.

⁸⁴ Em 1937 foi apresentado um Plano para dividir a Palestina em estado árabe e judeu, após uma investigação da Comissão Peel. Não houve consenso. Em 1939 Grã-Bretanha estabeleceu o documento branco que determinava o estabelecimento último de um governo de maioria árabe e limitação à imigração judia. Não foi aceita pelos judeus.

Em novembro de 1947, a Grã-Bretanha passou a responsabilidade para a ONU, já formada. Uma comissão especial foi montada na AGNU, presidida pelo diplomata brasileiro Osvaldo Aranha, a qual votou na resolução 181 sobre a partilha do território da Palestina, estabelecendo a criação de um Estado judeu ao lado de um Estado Palestino, incluindo o estatuto internacional de Jerusalém, sob tutela da ONU⁸⁵. Seguiu-se a declaração de Israel pela comunidade judia, proclamado em 14 de maio de 1948, sendo imediatamente reconhecido por Estados Unidos e pela URSS, com o conflito árabe-israelense iniciado no dia seguinte (MAGNOLI, 2001, p. 431).

Segundo a literatura judaica, desencadeava-se a Guerra de Independência ou Guerra da Liberação – muito utilizada nos discursos de Ben-Gurion para auto determinação do nacionalismo judaico e defesa da nação. Do lado árabe iniciava-se a *Al-Nakba*, com tradução aproximada de “catástrofe”, período o qual um montante de palestinos foram literalmente expulsos de seu território. Aqui iniciaria a própria diáspora palestina, constante na história desse povo, que perpassa até a atualidade.

A guerra se desencadeou por uma luta entre o novo exército israelense, e os exércitos nacionais do Egito, Síria, Jordânia, Iraque e Líbano, que compunham a recente Liga Árabe (1945). O ataque iniciou com o bombardeio de Tel-Aviv por aviões egípcios já no dia 14 de maio. Posteriormente houve ataques por parte das tropas sírias e libanesas ao norte e ao sul de Israel. As forças do Iraque atacaram o sudoeste, buscando dominar o deserto de Negev. Após sucessivos combates entre os dois lados, em 1949, as FDI's (não mais como Haganah, mas sim como um exército consolidado, conforme será abordado no capítulo 3) lançaram uma ofensiva ao sul, ocupando a Faixa de Gaza e o deserto do Sinai (MAGNOLLI, 2001, p. 434). No mesmo ano, sob supervisão da ONU fez-se uma série de armistícios entre os dois lados. No entanto as fronteiras foram estabelecidas ao longo das linhas que marcavam as posições dos exércitos, nesse momento Israel havia expandido consideravelmente seu território.

A primeira Guerra árabe Israelense terminou oficialmente em 20 de julho de 1949, quando foi assinado o último acordo entre Israel e Síria. [...] Israel tinha expandido muito seu território: de 55%

⁸⁵ No plano de partilha, Jerusalém foi estabelecida sob controle Internacional, ou seja, uma entidade separada dos territórios destinados a Israel e Palestina. No entanto, nas leis básicas israelenses Jerusalém é proclamada como capital de Israel.

da Palestina que lhe tinham sido atribuídos pelo plano de partilha da ONU, conquistou 79% dela pelas armas. Essas terras tornaram-se de fato território de Israel. [...]O governo proclamou Jerusalém como capital, decisão que violava a resolução 181 das Nações Unidas que recomendava o status internacional para a cidade. A parte oriental da cidade foi anexada pela TRansjordânia agora renomeada Reino Hachemita da Jordânia. (MAGNOLI, 2001, p. 434).

A primeira guerra árabe-israelense foi fundamental para a história e consolidação de Israel no seu entorno. Do ponto de vista israelense, as consequências foram de grande valia: aumento do seu território; capacidade dissuasória dada pela sua atuação na Guerra frente aos árabes; alteração da estrutura de Estado promovida pela leva de migração dos judeus dos países árabes e da Europa.

Tais práticas muito bem gerenciadas pelo projeto de assentamentos do estadista Ben-Gurion – figura central para o desenvolvimento bem sucedido do projeto de Estado de Israel. Grande parte das terras dos árabes foi tomada para assentamento judeu. Na geração pós 1948, as antigas comunidades judias dos países árabes provenientes de Iêmen, Iraque, Síria e Egito praticamente deixaram de existir (HOURANI, 2006, p. 472). Também neste contexto, em 1950 o governo aderiu a Lei do Retorno, adotada pelo Knesset, a qual permitia o regresso de judeus exilados ao redor do mundo como habitantes de Israel.

Do ponto de vista palestino, não há melhor palavra para definir o desfecho da guerra, do que “catástrofe”. Expulsos de sua localidade, os palestinos se tornaram refugiados ao seu próprio destino. A ONU por sua vez, concedeu o direito de refúgio e retorno a seus lares com indenização por parte de Israel. O que nunca foi cumprido.

Do ponto de vista sistêmico, as transformações conjunturais no SROM na década de sessenta e setenta foram fundamentais para os desdobramentos das relações de poder da Guerra Fria. Neste período em meio a instabilidade ideológica da região, Israel era a peça chave, mas ideologicamente fora do tabuleiro do mundo árabe, e seu incomparável suporte econômico e político fornecido pelos Estados Unidos manteria sua sobrevivência. Enquanto isso, a URSS continuava a reposição e modernização dos arsenais de Síria e Iraque e desenvolvia cada vez mais sua aproximação com Gamal Abdel Nasser, do Egito, que surgia nesse

contexto e posteriormente tomaria como pauta a causa palestina, que até então não havia desempenhado papel sobre seu destino.

Em 1956, Nasser nacionalizou a Companhia do Canal de Suez, em resposta a recusa dos Estados Unidos no fornecimento de financiamento de construção da represa. A nacionalização implicava negativamente para os países que ali comerciavam, como a França e Grã-Bretanha. Nesse momento Israel viu nessa situação uma oportunidade para abater Nasser e enfraquecer o Egito. Em outubro, as FDI invadiram o Egito em direção ao Canal de Suez. Enquanto os egípcios mobilizaram suas tropas, França e Grã-Bretanha solicitaram a retirada das tropas do Canal, sob recusa de Nasser (MAGNOLI, 2001, p.438).

Em uma conjuntura de Guerra Fria, os Estados Unidos não poderiam permitir que seus aliados, França e Grã-Bretanha, pudessem iniciar um conflito com URSS – aliada ao Egito. Diante da hostilidade de bipolaridade, as três forças retiraram-se. A crise de Suez, como ficou conhecida apresentou sem pudores a importância do SROM para o mundo e a capacidade de gerência na região por parte das duas superpotências. Aqui iniciava-se o que alguns autores ocidentais chamaram de Guerra Fria do Oriente Médio.

De 1967 a 1973, a Guerra dos “Seis dias” e a Guerra do *Yom Kippur* mostraram um Israel temível. Os regimes nacionalistas baasista e nasserista começavam a tomar proporções maiores e que preocupavam a segurança de Estado judeu. Para Visentini (2012, p. 39), “Israel sentia-se militar e economicamente forte, mas necessitava e desejava a guerra, antes que a correlação de forças pudesse se alterar a favor dos árabes. Era preciso, acima de tudo, destruir o nasserismo e a capacidade ofensiva do Egito”. E esse cenário claramente foi muito favorável pelo desejo de contenção de Nasser. Israel necessitava contrabalancear o equilíbrio de poder na região e isso seria feito com a destruição do projeto pan-árabe de Nasser.

Em maio de 1967 Nasser enviou suas tropas para o deserto do Sinai, expulsando as forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) que policiavam o local. No dia 5 de junho de 1967, em resposta, Israel iniciou um ataque às três frentes com ênfase às bases aéreas egípcias. Durante os dias que se seguiram, a Força Aérea Israelense destruiu no solo um grande contingente de aviões egípcios e manteve o domínio da Faixa da Gaza e Sinai. Como consequência do conflito, o Conselho de Segurança da ONU votou com a Resolução 242, que pedia a retirada completa das Forças de Defesa Israelenses (FDI) dos territórios ocupados (MAGNOLLI, 2006, p. 441).

Entre 1967 e 1973, o sucesso de Israel na tomada dos territórios árabes e a construção dos assentamentos na Palestina representaram não só o plano de alargamento do seu território, mas também apresentaram para o mundo seu objetivo desde a proclamação: destruir uma população palestina fragilizada política e economicamente que ali se encontrava e sem representatividade perante a comunidade internacional.

O fracasso da diplomacia para resolver a dupla questão do fortalecimento de Israel e do conflito com os palestinos convenceu os governantes árabes de que uma ação militar conjunta era necessária para recuperar não apenas as terras perdidas, mas principalmente a “honra” árabe que estava fragilizada (FERABOLLI, 2007, p.76). Neste contexto, viria a se desencadear a Guerra do *Yom Kippur*.

2.3.2 Guerra do *Yom Kippur* (1973)

Em 1970, a morte de Nasser e a substituição por Anuar Sadat simbolizou a disposição do país em assinar um tratado de paz com Israel nos termos da Resolução 242, que não obteve êxito. A preocupação de Sadat estava em chamar a atenção estadunidense para o Egito e reconquistar os territórios perdidos no governo anterior. Após a falha tentativa de acordo, as tropas egípcias e sírias arquitetaram uma ofensiva militar. No dia seis de Outubro de 1973, sábado de *Yom Kippur*, data sagrada para o povo judeu, ambos exércitos iniciariam um ataque conjunto a Israel, primeiramente no Sinai e no Canal de Suez e depois nas Colinas de Golã.

Em face de uma possível derrota a urgência israelense na reposição do seu armamento por parte dos Estados Unidos foi imediata. Em nove de outubro o embaixador israelense em Washington, Simcha Dinitz, transmitiu a Kissinger uma mensagem declarando a urgência na reposição de armamento e munição perdida. Conforme apontado por Feldberg (2003, p. 203), neste contexto Kissinger havia sido informado que os mísseis Jericó de Israel haviam sido armados com ogivas nucleares e postos em alerta. O imediato abastecimento dos Estados Unidos a Israel foi acima de tudo, uma iniciativa de evitar “o rompimento da nítida linha que separa um conflito convencional de um conflito nuclear”.⁸⁶

Na impossibilidade de vencer, a estratégia dos egípcios era deixar Israel amedrontado. Embora Israel tenha vencido a guerra e mantido

⁸⁶ Cabe mencionar que nas décadas de 1970 e 1980, outros países conseguiram adquirir a capacidade de fazer armas nucleares, Israel, África do Sul e Índia.

suas possessões, Síria e Egito saíram fortalecidos quanto à questão ideológica nacionalista. Israel desocupou o canal de Suez e o devolveu ao controle egípcio. O governo foi exonerado da responsabilidade de conflito, por não tê-lo iniciado, porém a insatisfação popular israelense diante das baixas sofridas, fez com que a Primeira-Ministra Golda Meir, primeira estadista mulher no comando do Estado, declarasse sua renúncia em abril de 1974.

Paralelo a isso, o sucesso da diplomacia de Kissinger, sob a Doutrina Nixon, resultou nos acordos de paz de Egito e Israel, concretizado em 1978 nos acordos de Camp David. Frente a um Irã, Iraque e Líbano enfraquecidos e fechados sobre si mesmos, além da relação com a maior potência militar da região, os Estados Unidos com histórico de aliança com a Arábia Saudita, alia-se ao Egito. Foi o ponto crucial para mais tarde os Estados Unidos assumirem seu posto de hegemona na região (ROCHE, 2012, p. 22).

Neste momento, o SROM foi a região que mais preocupou Washington, a qual Brzezinski denominou como “Arco das Crises” (VISENTINI, 2014, p. 43). Sendo o epicentro deste arco o Irã, pautado pela Revolução Iraniana, a qual nos cabe atenção. Com um equipado e bem treinado exército sob comando da monarquia do Xá Reza Pahlevi, no início de 1978 o regime repressivo de Xá que duraria quase 25 anos foi deposto por meio de uma revolta popular com profundo carácter islâmico nacionalista contra a cultura ocidental. Nesse momento, Reza Pahlevi fugiu do país enquanto o fundamentalista islâmico Aiatolá Khomeini assumiria o poder.

No plano ideológico a revolução Iraniana seria um divisor de águas para a presença dos Estados Unidos na região. Possuía expressivo conteúdo anti-imperialista e exercia pressão para que povos islâmicos impedissem que seus líderes se aliassem a governos pró-estadunidenses. Esse fator fortaleceu a presença dos Estados Unidos na região, pois mais do que nunca seus aliados, Israel, Arábia Saudita e Egito de Sadat negavam a possibilidade de uma unidade árabe (FERABOLLI, 2007, p.81).

As décadas de setenta e oitenta representaram um cenário de confronto de forças do ocidente com o sentimento nacionalista árabe. Essa configuração foi favorável para a repercussão da questão palestina no mundo. A população palestina dos territórios ocupados, vivendo sob subordinação judaica fortalecia um movimento de resistência, que tinha ligação tanto com a OLP quanto com outras organizações. Esse movimento ficou conhecido como *intifada*, sendo a primeira delas em

1988. O episódio ganhou repercussão internacional como Guerra das Pedras, dado que a forma de proteção dos palestinos nas manifestações era por meio de pedras, contra os desiguais e elevados níveis do exército israelense. Para Hourani (2006, p. 563), o movimento revelou a existência de um povo palestino unido, e reestabeleceu a divisão entre os territórios sob ocupação israelense.

No plano sistêmico, a configuração de bipolaridade chegava ao fim. A URSS e sua correspondente distribuição de poder desmoronou. Para Israel a nova configuração inicial com supremacia dos Estados Unidos era favorável. Desde a proclamação do Estado de Israel em 1948 até a metade da década de 1970, com todos os conflitos que seguiram-se na Guerra Fria, os Estados Unidos, na condição de super potência, utilizou Israel como assegurador de seus interesses no Oriente Médio. E da mesma forma, Israel utilizou os Estados Unidos para proteção.

Nesta seção, buscamos tratar das dinâmicas regionais da balança-regional árabe-israelense, protagonizadas por Israel. Paara este feito, nossa análise incluiu a Guerra de Independência (1948), Guerra de Suez de 1956, Guerra dos Seis Dias e a Guerra do *Yom Kippur*. Dado que nosa análise é pautada por uma visão sistêmica em que os níveis de análise estão interligados, não há dúvidas do impacto das mudanças estruturais do fim da Guerra Fria para a região, tratamos na próxima seção. .

2.4 BALANÇA REGIONAL ÁRABE-ISRAELENSE (1990 - 2006)

2.4.1 Reflexos da Guerra Fria

Para Roche (2012, p. 20) durante a Guerra Fria, “é possível antecipar que em nenhuma parte do mundo o confronto entre os dois blocos antagonistas foi tão vivo quanto no Oriente Médio”. Nesse período, conforme analisamos na seção anterior, a região foi palco da aplicação das políticas desenvolvidas pela URSS e Estados Unidos, as quais resultaram nos processos de conflitos que se seguiram. Os condicionantes do nível sistêmico, dominado pelas duas grandes potências, refletiram no cenário de disputa de poder que configuraria a região. A configuração da “Guerra Fria do Oriente Médio” estava dada:

Na realidade, o que pode-se perceber é que nos anos que sucederam a crise de Suez até a Guerra dos Seis Dias, as tensões ideológicas na região do Oriente Médio não mais diziam respeito aos

vestígios de domínio imperial francês e britânico, mas sim ao conflito bipolar no nível sistêmico internacional e suas repercussões no nível subsistêmico árabe. Ou seja, entre os Estados governados por grupos comprometidos com uma rápida mudança ou revolução – e que eram identificados como pró soviéticos – e os governados por dinastias ou grupos mais cautelosos com a mudança política e social, e mais hostis à propagação da influência nasserista – e portanto, vistos como pró- Ocidente (FERABOLLI, 2005, p.41).

Na década de noventa, na dimensão global o fim desse período resultou no fim da ordem bipolar, o que aumentou o grau de incerteza, que se encontrava na bipolaridade. Um sistema hegemônico e sua correspondente distribuição de poder desmoronaram. O mapa dos Estados foi redesenhado e cerca de vinte novos Estados soberanos foram criados (HALLIDAY, 2005, p. 238).

A fragmentação da URSS teve forte impacto na região: pela primeira vez em dois séculos a Rússia não tinha mais fronteiras com o Oriente Médio. Em poucas semanas Gorbachev reverteu todos os ganhos anteriores. A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, a reavaliação de suas alianças com Líbia, Síria e Iraque prejudicou o acesso marítimo e resultou na predominância – quase absoluta – dos Estados Unidos e da Europa Ocidental sobre a região (ROCHE, 2012, p.20).

Nestes termos, pode-se afirmar que a estratégia estadunidense de projeto de controle da região foi pautada por duas estratégias: 1) intervenção/direcionamento dos conflitos em nível regional, com profundas motivações geopolíticas e interesses privados do setor petrolífero, e 2) sua aliança com Israel.

Conforme aponta Zaherddine e Teixeira (2014, p.80), as transformações da Guerra Fria permitiram que mudanças profundas ocorressem no Oriente Médio. A possibilidade de imersão de uma ordem unipolar gerou impacto na região, tais quais o fim da Guerra Irã Iraque em 1988, o que levou, na interpretação do autor, Saddam Hussein “a iniciar um contencioso sério com o seu país vizinho, Kuwait”⁸⁷.

⁸⁷ A primeira Guerra do Golfo é fundamental para compreender a ordem regional do Oriente Médio na era pós Guerra fria, pois seus resultados geram mudanças importantes nas relações internacionais da região. Até então, o papel iraquiano como nova liderança do mundo árabe, após a retração egípcia em seu engajamento regional, será transformado,

Em termos econômicos e geopolíticos para o geógrafo Harvey (2005, p. 25), a condição geopolítica do Oriente Médio sempre esteve interligada ao capitalismo global. Nas palavras do autor “quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global pelo menos no futuro próximo”. Essa afirmação corrobora os reflexos da Guerra Fria na região⁸⁸.

Segundo Halliday (2005, p. 128), não importa tratar do que a Guerra Fria fez no Oriente Médio, mas sim como o resultado dessas políticas pautaram suas dinâmicas atuais. Nas palavras do autor: “As sementes da crise das atrocidades e guerras do início século XXI, de onze de setembro de 2001 e tudo o que se seguiu no Oriente Médio entre as décadas de 1970 e 1980, e não no Islã, deixaram um concreto contexto político e socioeconômico que o mundo exterior, em particular o oeste, tinha procurado explorar (HALLIDAY, 2005, p. 128, tradução nossa)”.

2.4.2 11 de setembro: divisor de águas?

Após a Guerra Fria, na década de 1990 o curso de eventos do SROM foi delineado por dois fatores regionais: invasão do Iraque no Kuwait em agosto de 1990 e a assinatura da Declaração dos Acordos de Paz de Oslo para a realização da paz entre Israel e Palestina em setembro de 1993. Já na década de 2000, os eventos que se sucederam na região foram pautados pelos ataques ao *World Trade Center* em Nova York no dia 11 de setembro em 2001. Conforme apontou Zahreddine e Teixeira (2015) um dos aspectos mais importantes a ser destacado no período posterior a 11 de setembro de 2001 são os efeitos das intervenções estrangeiras no SROM. A presença de atores transnacionais envolvidos no processo, como grupos não estatais e grupos terroristas deixariam ainda mais complexo esse período no SROM. Nesta seção abordaremos historicamente o contexto da região após os atentados de 11 setembro, com o objetivo de abordarmos ao

em função dos resultados da intervenção internacional liderada pelos Estados Unidos em 2 de agosto de 1990. Os resultados da intervenção foram desastrosos para o papel iraquiano no sistema árabe e para a ordem regional. A destruição da capacidade militar iraquiana, bem como a imposição de pesadas sanções econômicas ao país, geraram uma degradação gradativa da capacidade político-militar daquele Estado, bem como de sua capacidade de ordenar as relações entre os atores regionais (ZARHEDINNE, 2014, p.80).

⁸⁸ Não cabe tratar no escopo deste trabalho o subsídio do petróleo.

final de nossa análise quais impactos foram surtidos na condução da política de defesa israelense.

Em 11 de setembro de 2001, Nova York e Washington⁸⁹ foram alvo de ataques de aviões de linhas aéreas domésticas estadunidenses. As evidências apontavam que os ataques foram protagonizados pelo grupo militar al-Qa'ida, liderado pelo saudita Osama Bin Laden, originado na década de 1990 no Afeganistão.

No plano teórico, o contexto de debates que a disciplina de Relações Internacionais enfrentava pautava-se em muitas das teorias da década a respeito do conflito cultural ocidente versus oriente, sendo uma delas “*O choque de civilizações*”, proposta por Huntington (1993). No que tange o plano conjuntural esse evento foi determinante para uma série de ações políticos-militares cujo impacto direto foi refletido no mundo árabe, no conflito israelo-palestino, o qual nos cabe interesse, e no SROM como um todo.

A al-Qa'ida tratava-se de uma organização pautada no fundamentalismo islâmico da *jihād*⁹⁰. Com um histórico de luta contra as forças soviéticas no Afeganistão na década de 1980, o objetivo da organização centrou-se na busca por recrutas do mundo islâmico para não somente a proclamação da sua ideologia, mas também de sua estratégia: apoio do maior número possível de países do mundo islâmico. Nesse sentido, muitas causas dos países do SROM foram incorporadas estrategicamente dentro do escopo do grupo como a causa Palestina, situação do Iraque, situação dos sunitas da Arábia Saudita e até mesmo a situação da Caxemira⁹¹. Essa fusão resultou no que Halliday (2005) apontou como a “Grande Crise da Ásia Ocidental” (HALLIDAY, 2005, p. 155).

No entanto, o objetivo político claro do grupo era a tomada do poder em Estados Árabes, especificamente a Arábia Saudita, grande potência regional do SROM, e o confronto com o ocidente foi um caminho para atingir o apoio não só do mundo árabe, mas também por parte dos Estados da Ásia central que vivenciavam a crise. Halliday (2005) analisou que os ataques de 11 de setembro foram em sua essência de origem política regionalmente e internacionalmente, e que avaliá-los pelo espectro cultural/ideacional seria um erro. Um erro cometido pela necessidade por parte do Ocidente em buscar uma nova

⁸⁹ Os alvos foram o *World Trade Center*, Pentágono e Casa Branca.

⁹⁰ *Jihad*: termo árabe que se refere ao dever religioso dos muçulmanos de defender o Islã por meio de luta.

⁹¹ Região do norte do subcontinente indiano, palco de disputa entre a Índia e Paquistão, o país possui maioria muçulmana.

lógica para a conjuntura internacional que já não estava mais pautada na bipolaridade.

Além disso, tratava-se da necessidade de justificativa que incluísse a resposta dos Estados Unidos ao terrorismo, termo empregado de forma ampla⁹², iniciada com a invasão ao Afeganistão em outubro do mesmo ano. A partir dessa análise, é possível observar que as teorias ocidentais que proclamavam a emergência de uma “confrontação civilizacional” eram baseadas na hostilidade criada pelo ocidente a respeito do Islã do Oriente.

Os acontecimentos que sucederam os atentados de 11 de setembro foram protagonizados pelos Estados Unidos, sob administração de George W. Bush, sendo de imediato a invasão ao Afeganistão em Outubro de 2001 e dois anos depois, a ocupação anglo-americana no Iraque em março de 2003. A presença militar no Afeganistão e a destituição do governo talibã, que durou de 2001 a 2014, geraria um embate constante entre os clãs e grupos transnacionais dentro da sociedade afegã, que vivia um período de extrema fragilidade no seu contexto pós-guerra⁹³.

Em 2001 a Resolução 1.386 da ONU autorizou o estabelecimento de uma Força Nacional de Assistência para a Segurança no período de seis meses no Afeganistão. Sem os resultados esperados, provenientes da falta de infraestrutura do país em termos de transporte, saneamento e agricultura somado a incapacidade de compreender a sociedade local, a ocupação transformou os “simpáticos soldados ocidentais em nervosos e agressivos invasores de residências, em busca e rebeldes” (VISENTINI, 2014, p. 103). O quadro de instabilidade do Afeganistão afetou de maneira direta toda a região do SROM que consistia no epicentro da crise (ZAHREDINNE, TEIXEIRA, 2015, p. 81).

O foi pensado como uma guerra rápida e fácil se tornou um conflito sem fim, onde até o Talibã já é aceito pelos Estados Unidos como interlocutor. A morte de Bin Laden pelas forças especiais americanas próximo à capital paquistanesa, envolta ainda em mistério, parece ter sido um

⁹² O terrorismo não constitui um fenômeno novo na história.

⁹³ O Afeganistão foi governado pelo Talibã, movimento fundamentalista islâmico entre 1996 e 2001, tendo como líder o jihadista Mohamed Omar. Segundo Visentini (2014), o caos interno do país foi evidente nesse período. Sem uma força que exercesse um real controle do país, as forças estrangeiras tiveram espaço, dentre elas Estados Unidos. Nesse período, ressurgiram os abusos contra a população, o cultivo de papoula, fabricação de ópio, heroína e tráfico de drogas.

triunfo para Obama. Neste sentido, o que talvez seja o pior da Guerra do Afeganistão não é que o país não tenha sido “estabilizado”, mas que ela própria o tenha “desestabilizado. (VISENTINI, 2014, p. 106).

Em 2002, com o lançamento do Primeiro Plano de Segurança Nacional (*The National Security Strategy of the United States*), o governo estadunidense estabeleceu a Doutrina Bush com as definições de ameaças. Aqui se encabeçou o discurso de Bush acerca do “eixo do mal”, onde indicava a disposição em conter – e se necessário destruir – países que para ele financiavam o terrorismo internacional e eram portadores de armas de destruição em massa (ZAHREDINNE, TEIXEIRA, 2015, p. 81). Os países citados eram Iraque, Irã, Líbia, não coincidentemente, os mesmos países citados como ameaças no documento de defesa israelense a ser analisado no seguimento 3 desta dissertação.

Já com a pretensão de invasão ao Iraque, com a retirada de algumas tropas do Afeganistão, em 2003 os Estados Unidos invadem o país, dando início a segunda Guerra do Golfo que também geraria instabilidade. Posteriormente a eclosão da Primavera Árabe em 2010 na Tunísia, e as sangrentas guerras civis desencadeadas na Líbia, Síria e no Iêmen ressaltariam a realidade complexa naquele momento.

Um cenário de extrema instabilidade tomou conta do país, contando com a participação de grupos transnacionais formados por fundamentalistas islâmicos, como a Al Qaeda, Estado Islâmico do Iraque e do Levante, controlando partes significativas do território iraquiano. A retirada das Forças estrangeiras do Iraque aprofundaram ainda mais o cenário de crise, permitindo uma atuação ainda mais forte de grupos terroristas (ZAHREDINNE, TEIXEIRA, 2015, p. 81).

Durante suas ações na Guerra Golfo, os estados Unidos permaneceram incentivando os acordos de paz entre Israel e Palestina. Israel manteve suas ofensivas no território palestino, especialmente pelo assassinato por parte da Frente Popular de Libertação Palestina ao Ministro do Turismo, Rehavam em 2001. Dentro do contexto de pluralidade de forças, tanto por parte de exércitos nacionais, quanto por parte de grupos não estatais, a manutenção da rígida aliança de Estados

Unidos e Israel aprofundou a instabilidade regional, refletida posteriormente também no confronto entre Israel e Líbano.

Como síntese de análise, os atentados de 11 de setembro representaram em inúmeros aspectos a importância do SROM para a política mundial. No entanto, conforme se direcionam as análises de Visentini (2014) e Zaherdinne e Teixeira (2015), esse evento constituiu um processo de inflexão do que já vinha ocorrendo no SROM anteriormente.

Os atentados não geraram mudança significativa nas principais forças estatais regionais do SROM, mas sim nas “transformações de poder intermediário” (ZAHERDINNE, TEIXEIRA, 2015), ou seja, na ascensão para o Ocidente de atores transnacionais que já existiam. A correlação de Forças do SROM é extensa incluindo exércitos nacionais, grupos não estatais e grupos sub-estatais⁹⁴, e essa configuração, embora com sua existência preliminar, permeou a arena internacional com a difusão do discurso ocidental de combate ao terrorismo promovido pela Doutrina Bush.

Os impulsos da dimensão sistêmica foram protagonizados pela conduta dos Estados Unidos na região. Ampliar sua rede de influência em uma região geopoliticamente estratégica, com recursos energéticos sempre esteve no plano estratégico estadunidense⁹⁵. E os atentados de 11 de setembro entraram na agenda, de modo inesperado, como uma justificativa plausível para o acesso direto à região – sempre tendo Israel como um irmão do oriente.

Após os atentados de 11 de setembro, as dinâmicas regionais do SROM foram impulsionadas pela Doutrina Bush de implantação da “Guerra ao Terror.” Com ataques a Jerusalém e a cidade de Haifa por parte das organizações armadas palestinas, Israel intensificou sua defesa. Em janeiro de 2002, as forças de defesa israelenses (FDI), capturaram um cargueiro de 4000 toneladas com um carregamento de armas destinadas a Arafat em Gaza. A captura se tratou de uma missão complicada comandada pela marinha israelense, força aérea e serviço de inteligência (REICH, 2008, p. 226).

Impulsionado pela Doutrina Bush, Israel passou a tratar qualquer organização palestina como terrorista. Conforme apontado pelo relatório divulgado em 2001 pelo próprio governo “As FDI se mobilizarão rapidamente para ações nas áreas urbanas da Cisjordânia e Faixa de Gaza a fim de realizar prisões e confiscar armas.” (REICH, 2008, p.227.

⁹⁴ Divisão adotada pelo Documento de Defesa de Israel (IDF 2016).

⁹⁵ Remete-se a Lei de Política Energética de 1992.

Tradução Nossa)⁹⁶. Nesse período Israel passaria a enfrentar uma “nova perspectiva de segurança”, iniciando uma larga escala de operações.

Em fevereiro de 2002, as FDI iniciaram um plano de ofensiva militar de larga escala em cidades com campos de refugiados no *West Bank* e na Faixa de Gaza utilizando as forças aéreas, navais e terrestres. As operações incluíam a penetração em áreas de domínio palestino, foram atacadas infra estruturas de grupos armados, considerados terroristas, cidadãos, apreensão de armas e tuneis de contrabando ligados ao Egito, oficinas e laboratórios (REICH, 2008, p 230).

O sucesso tático das operações israelenses a partir da década de 2000 marcou um novo momento na sua política de defesa. Se anteriormente havia o esforço indireto por parte de Israel em pressionar a autoridade vigente palestina na busca pelos terroristas, a partir desse momento Israel passou a dirigir diretamente ações ofensivas contra as organizações terroristas. E a operação que marcou essa mudança foi a Operação intitulada de *Escudo Defensivo*, que se insere no período denominado como “Segunda Intifada”, a qual precedeu o desencadeamento em 2006 da Segunda Guerra do Líbano.

2.4.3 Estudo de caso I: Operação Escudo Defensivo

O período conhecido como *Intifada Al-Aqsa* (denominação em árabe), foi um conjunto de conflitos árabes israelenses, marcado pelo descontentamento do lado palestino pela perda de território. As frentes de combate eram de um lado as FDI israelenses e de outro as organizações palestinas que lutavam contra a ocupação em seu território.

No contexto doméstico de Israel, em 2001, ocorria reeleição do Primeiro Ministro Ariel Sharon, o qual tinha como um objetivo principal em sua campanha a construção do muro, ou *Security Fence*, como mencionado em seu discurso, na delimitação dos territórios ocupados. No lado Palestino, Yasser Arafat permanecia como forte e importante liderança política da Autoridade Palestina.

Nesse mesmo momento, em abril de 2002 um homem-bomba suicida palestino realizou um ataque em uma parada de ônibus no norte de Israel, o qual resultou na perda de cidadãos israelenses (SMITH, 2016, p. 276). Além deste, outro ataque foi feito no dia 27 de março de 2002 em um hotel na cidade litorânea de Netanya, com baixas de civis israelenses. Os ataques foram considerados terroristas por parte de

⁹⁶ No original: “*The IDF will deploy rapidly for action in the urban areas of the West Bank and the Gaza Strip, in order to carry out arrests and to confiscate weapons*”,

Israel. Os triplos fatores de: reeleição de Sharon, apoio do governo Bush e o ataque categorizado como terrorista por ambos governos – Estados Unidos e Israel – foram suficientes para o desencadeamento dos ataques.

O termo terrorismo, disseminado no fim da Guerra Fria merece nossa atenção, especialmente por ser utilizado como justificativa por parte de Israel na ofensiva contra as organizações palestinas. Importante ressaltarmos que o terrorismo não se constitui por um fenômeno novo na história, ainda na década de 1990, a AGNU adotou a declaração de Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional. No entanto foi após os atentados de 11 de setembro que tal expressão passou a integrar a linguagem cotidiana do Ocidente, especialmente com o estabelecimento do comitê antiterrorismo⁹⁷. Segundo a definição da ONU de terrorismo:

Atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral, num grupo de pessoas ou em indivíduos, para fins políticos. Sendo injustificáveis em qualquer circunstância, independentemente das considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de qualquer outra natureza que possam ser invocadas para justificá-los. Declaração sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional (Resolução 49/60 da Assembleia Geral, parágrafo 3).

Outras definições são inferidas para a literatura para tratar do termo que por si só é problemático e fonte de desentendimentos. No entanto, a despeito das definições, interessa para nossa pesquisa, compreendermos que a utilização do termo terrorismo pelos Estados Unidos, a partir do documento da Doutrina Bush, e por sua vez, por Israel, possui com conotação política, para atingimento de fins de interesse nacional.

Em 29 de março de 2002, Israel lançou a Operação Escudo Defensivo. Motivada pelos ataques aos territórios urbanos israelense com a baixa de civis, o principal objetivo da Operação consistia no ataque as infraestruturas das organizações palestinas para um cessar aos ataques contra os cidadãos (IDF, online), e também o isolamento de Aarafat, que era visto por Sharon como um incentivador da violência. Segundo Reich (2008) a Operação refletiu a crença do governo de Israel

⁹⁷ *Security Council Counter-Terrorism Committee*. Para mais informações, acessar <https://www.un.org/sc/ctc/>.

e a população de que o terrorismo tinha atingido níveis intoleráveis e que por isso o país necessitava tomar medidas drásticas para contê-lo, dado que Arafat não exerceria esse papel, para o autor “Israel poderia confiar apenas em si mesmo”. (REICH, 2008, p. 230).

A Operação se concentrou nas cidades de Judéia, Samaria, Nablus, Ramallah, Jenin e Belém, que abrigavam a maior parte das infra-estruturas terroristas. Por se tratar de uma operação com focos de ataque específicos, as FDI não tinham intenção de estabelecer uma larga escala de violência que pudesse vir a desencadear conflitos regionais maiores. Segundo Sharon, em discurso no Knesset:

Os soldados e oficiais das IDF receberam ordens claras: para entrar nas cidades e aldeias que se tornavam refúgios para terroristas; para capturar e prender terroristas e, principalmente, seus despachantes e aqueles que os financiam e apoiam; confiscar armas destinadas a ser usadas contra cidadãos israelitas; expor e destruir instalações e explosivos terroristas, laboratórios, armas, fábricas de produção e instalações secretas. As ordens são claras: mirar e paralisar qualquer um que pegar armas e tentar se opor a nossas tropas, resiste ou as põe em perigo, e para evitar prejudicar a população civil” (REICH, 2008, p.230-231. Tradução Nossa)⁹⁸

A Operação cumpriu seu objetivo. Grande parte das infraestruturas terrorista foram destruídas e as instalações das cidades consideradas foram devastadas. Suspeitos envolvidos em futuros ataques terroristas foram presos e levados pelo governo israelense, dentre eles o líder Marwan Barghouti, líder da Fatah, além de muitos armamentos e munições terem sido apreendidos. Além do sucesso militar a Operação cumpriu o objetivo político de Sharon que era o isolamento de Arafat perante as organizações palestinas. As FDI

⁹⁸ No original: “*IDF soldiers and officers have been given clear orders: to enter cities and villages which have become havens for terrorists; to catch and arrest terrorists and, primarily, their dispatchers and those who finance and support them; to confiscate weapons intended to be used against Israeli citizens; to expose and destroy terrorist facilities and explosives, laboratories, weapons production factories and secret installations. The orders are clear: target and paralyze anyone who takes up weapons and tries to oppose our troops, resists them or endangers them— and to avoid harming the civilian population*”.

alegaram ter encontrado documentos que revelavam a ligação de Arafat com outros oficiais palestinos ligados ao terrorismo. Foram encontradas evidências de cooperação por parte da Fatah, com o Hamas e o Palestine Islamic Jihad.

A Operação Escudo Defensivo foi um esforço israelense significativo para convencer os palestinos, e especialmente Arafat, de que o fim do terrorismo e da violência era essencial e que uma falha em alcançar isso resultaria em uma resposta substancial de Israel. O que quer que os palestinos tivessem alcançado nos territórios ocupados nos setores econômico e social e em termos de serviços públicos estava agora em frangalhos como resultado do fracasso das autoridades palestinas em impedir, parar, responder ou desestimular a violência contra Israel. desde setembro de 2000⁹⁹ (REICH, 2008, p. 232)

Em agosto de 2005, as FDI se retiraram da Faixa de Gaza. O período de violência e resposta de Israel militarmente parecia desproporcional a alto custo econômico e humano das operações. Neste contexto, Bush realizou um discurso onde argumentou que os palestinos deveriam abandonar a prática de homens bomba para que então os esforços de criação dos dois Estados fossem bem sucedidos. Caberia a Israel a retirada militar da Faixa de Gaza. Mas a beligerância com os árabes permaneceu, sendo agora Líbano o oponente direto. Tendo ocupado por 18 anos o território libanês, em 2006, Israel enfrenta outro combate a ser tratado na seção a seguir.

2.4.4 Estudo de caso II: Segunda Guerra do Líbano

A segunda Guerra do Líbano foi um conflito entre as FDI e o grupo insurgente *Hesbollah*, que durou 33 dias, com seu início em doze

⁹⁹ No original: “*Operation Defensive Shield was a significant Israeli effort to convince the Palestinians, and especially Arafat, that an end to terrorism and violence was essential and that a failure to achieve this would incur a substantial Israeli response. Whatever the Palestinians had achieved in the occupied territories in the economic and social sectors and in terms of public services was now in a shambles as a result of the failure of Palestinian authorities to prevent, stop, respond to, or otherwise discourage anti-Israel violence since September 2000.*”

de julho, até seu cessar fogo estabelecido pelo Conselho de Segurança da ONU em quatorze de agosto 2006. O Líbano situa-se no norte do Estado Judeu por uma extensa fronteira, um dos fatores originários do histórico de conflito com Israel, para além do caráter identitário¹⁰⁰, foi a expansão territorial de Israel e busca por um aliado estratégico.

O conflito israelo-libanês, data desde 1949 e se caracteriza pelo envolvimento de Síria e Irã como aliados opostos e uma série de grupos armados insurgentes. Inclusive, o próprio Hezbollah surge como uma milícia militarizada na década de oitenta, como oposição a invasão israelense (1982). Não nos cabe nesta seção analisar historicamente o conflito israelo-libanês, mas sim nosso enfoque de análise é o conflito de 2006, conhecido como Segunda Guerra do Líbano, o qual representou uma alteração no equilíbrio de poder do SROM, bem como um divisor de águas para o desenvolvimento das FDI israelenses. Para este feito, nos cabe realizar uma breve contextualização sobre a orientação tática do Hezbollah.

2.4.4.1 Hezbollah: assimetrias positivas

O grupo armado Hezbollah, traduzido do árabe para o português como “partido de Deus” é uma organização paramilitar do SROM que segue os preceitos xiitas. Atualmente é a melhor treinada milícia do Líbano e possui cadeiras no parlamento libanês, por isso, é denominado por Israel como um grupo terrorista “sub-estatal”. Por possuir assentos no parlamento, cabe ressaltar que o grupo adquiriu profundo envolvimento na política libanesa, especialmente a partir dos anos 2000, com histórico de promover programas sociais, escolas e assistência médica à comunidade xiita libanesa (HAARETZ, online).

Inspirado pela Revolução Iraniana de 1979, que pautou a unificação árabe contra o Ocidente conforme abordou-se, o grupo surge como uma milícia militarizada na década de oitenta, como oposição a invasão israelense de 1982 (Primeira Guerra do Líbano), sendo inicialmente treinada pelo Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã e dos combatentes Sírios (LINDEMANN, 2006, p.66). Aqui cabe enfatizar que o *modus operandi* do *Hezbollah* nos conflitos com Israel, sempre foi a adoção de táticas de guerrilha, provenientes do treinamento dos iranianos. Na década de oitenta, durante a ocupação israelense, as táticas incluíam o emprego de homens-bomba, ataques de foguete e

¹⁰⁰ Devido ao grande número de população cristã no Líbano.

raptos de soldados, que viriam a se repetir em 2006, no entanto, com outra conjuntura interna.

A orientação de guerrilha se originou devido às restrições relativas a equipamentos e à logística inicial do grupo, além de ser o *modus operandi* de seus mentores iranianos. Inicialmente, o primitivo modelo de guerrilha base das ações do grupo giravam em torno de treze princípios conforme sintetiza Lindemann (2006):

Evite os fortes, ataque os fracos — ataque e se retraia. 2. proteger nossos combatentes é mais importante do que provocar baixas do inimigo. 3. Ataque apenas quando o êxito for garantido. 4. A surpresa é essencial para o sucesso. se foi localizado, você fracassou. 5. Não se envolva em uma batalha cuidadosamente planejada. Desapareça como fumaça, antes que o inimigo possa tirar proveito de sua vantagem. 6. Attingir um objetivo demanda paciência, a fim de descobrir os pontos fracos do inimigo. 7. desloque-se continuamente; evite a formação de uma linha de frente. 8. Mantenha o inimigo em alerta constante, na frente e na retaguarda. 9. O caminho para a grande vitória passa por milhares de pequenas vitórias. 10. Mantenha o moral dos combatentes elevado; evite ideias da superioridade do inimigo. 11. A mídia possui inúmeras armas, cujos impactos equivalem aos de balas. Utilize-as na batalha. 12. A população é um tesouro: cuide dela. 13. Fira o inimigo e, então, pare, antes que ele abandone o comedimento. (LINDEMANN, 2006, p. 67).

Embora com uma assimetria significativa em relação as FDI, durante os dezoito anos de ocupação israelense, até sua retirada em 2000, o Hezbollah respondia satisfatoriamente aos princípios mencionados, e também no enfraquecimento da determinação das FDI. A retirada das FDI do território libanês nos anos 2000 se configurou como um ponto de inflexão para o treinamento do grupo, dado que permitiu um tempo suficiente para revisão de suas táticas, técnicas e procedimentos, que permaneciam sendo tutelados pelos instrutores iranianos (LINDEMANN, 2006, p. 67).

A partir de 2000 o fortalecimento político do Hezbollah no Líbano foi crescente. O grupo tornou-se um dos principais partidos políticos do país. Entre 2000 e 2006 permaneceu recebendo treinamento e equipamentos do Irã, que incluíam mísseis anticarro AT-3 Sagger¹⁰¹, foguetes de longo alcance e veículos aéreos não tripulados de fabricação iraniana.¹⁰² Cordesman (2006) apresentou em seu relatório, a estimativa de que o Irã fornecia ao Hezbollah, somando ajuda financeira, bens e serviços militares um montante de US\$ 25 a US\$ 50 milhões por ano. O autor também chama atenção para a assistência fornecida pelas Forças Armadas sírias nessa época (CORDESMAN, 2006, p. 3).

Antes do desfecho da Guerra do Líbano de 2006, houve outras ações por parte do Hezbollah em Israel. Em 2004 o grupo continuou com suas operações, logo após o término da ocupação, três soldados israelenses foram raptados. No mesmo ano, os corpos desses soldados foram trocados pela libertação de prisioneiros libaneses. Em julho de 2006, o Hezbollah repetiu seu modus operandi. Israel não contava com um Hezbollah preparado, organizado em desenvolvidas casamatas e com alto índice de munição.

2.4.4.2 O conflito de 2006: 33 dias inesperados

Originalmente o conflito surgiu a partir de um ataque com autoria do Hezbollah a uma patrulha israelense no norte do território de Israel, que resultou na baixa de três soldados israelenses e no sequestro de dois da reserva, feridos durante o ataque e levados ao Líbano (REICH, 2008, p. 278). Mesmo tendo dissuadido o Hezbollah com campanhas aéreas e intensos bombardeios durante a ocupação (1993, 1996), Israel não esperaria por um grupo fortalecido organizacionalmente e taticamente.

Nesse momento cabe uma contextualização da região. A vitória eleitoral do Hamas levou a um crescente de violência dentro do território palestino. Em 25 de junho foram lançados foguetes do lado palestino, ao território israelense perto da fronteira. Israel, por sua vez, respondeu com ataque a uma série de infra-estruturas das organizações terroristas, detectadas pela sua inteligência, na Faixa de Gaza. Nesse momento que tangencia com o período por 11 de setembro, Israel passou a centralizar suas táticas no combate as infraestruturas dos grupos insurgente, que se encontram em sua maioria nos meios urbanos.

¹⁰¹ Primeira geração de mísseis guiados para abater veículos militares com blindagem.

¹⁰² *DRONES* ou *VANT* em português.

Em 12 de julho de 2006, o Hezbollah, apoiado por Síria e Irã, foi responsável pelo sequestro de dois soldados israelenses, aqui se considera o ponto inicial da guerra que viria a durar 33 dias. Em resposta, as FDI lançaram uma campanha protagonizada pela força aérea, com a Operação *Just Remission*, que consistia no bombardeio no Sul do Líbano, com o objetivo de impedir o lançamento de foguetes, bem como bloquear o fornecimento de armas da Síria e Irã. Também foram lançados ataques ao aeroporto de Beirute e às principais rotas terrestres (REICH, 2008, p. 276).

As FDI que estavam que acostumadas durante anos depois da ocupação a vigiar os postos de controle e executar outras missões de baixa intensidade na fronteira com o Líbano, passariam a iniciar uma ofensiva terrestre que lhes custaria caro. Após o ataque aéreo às posições do Hezbollah, as FDI penetraram o território libanês, mobilizando as três unidades de forças: Força Aérea responsável por multiplicar os ataques e Marinha por atacar as instalações do Grupo pela costa libanesa (IDF, online).

Entre 2000 e 2006, a preparação do Hezbollah resultou em uma organização tática, apoiada por Irã e Síria que merece ser explorada. O grupo construiu um campo de batalha com um complexo sistema de Casamatas no interior, com armas portáteis, foguetes e outros depósitos de suprimentos em aldeias rurais e nas suas proximidades. Também foram instaladas minas em vias de acesso de alta velocidade para retardar a movimentação dos blindados israelenses. Outras organizações praticamente autônomas do Líbano, que durante esse período de seis anos teriam se organizado, como equipes anticarro, combatentes de adeia e equipes de lançadores de foguetes atuaram com protagonismo no conflito sob supervisão dos instrutores iranianos (LINDEMANN, 2006, p. 69).

Munidos de fuzis AK-57, os combatentes de aldeia tinham a função de atrair as FDI para as ruas, de modo que fosse impossível a manobra dos carros de combate. Nesse momento muitos carros de combate israelenses foram atingidos e as FDI tinham que contar somente com sua infantaria, apoiada pelo poder aéreo. Conforme Lindemann (2006), “embora a organização descentralizada do Hezbollah o obrigasse a executar uma defesa mais ou menos estática, sua preparação do campo de batalha o capacitou a travar uma guerra durante cinco semanas sem falhas logísticas significativas” (LINDEMANN, 2006, p. 70).

Do lado israelense, ainda com 11 dias de combate, a FDI necessitou mobilizar soldados reservistas, a maioria tendo recebido

ordens de emergência. O objetivo segundo as próprias FDI “era aumentar o escopo das operações contra o Hezbollah e sua infraestrutura” (IDS, online). De fato é possível observar que Israel não contava com a nova tática do Hezbollah, que resultasse na perda de carros de combate e soldados. Inclusive o Hezbollah contava com tecnológicas detalhadas de inteligência como o complexo sistema de mísseis guiados por radar. A alteração do planejamento de guerra junto a sua inteligência foi necessária. Conforme aponta detalhadamente Lindemann (2006), sobre a tática em campo:

A tática da equipe de lançadores de foguetes consistia na coordenação de vários grupos de combate de integrantes do Hezbollah. depois que vigias determinavam que não havia aeronaves israelenses na área, o primeiro grupo montava um lança-foguetes, o segundo transportava o foguete para o local de lançamento, e o terceiro preparava o foguete para o lançamento, muitas vezes configurando dispositivos de controle remoto ou temporizadores. Cada grupo convergia para a área de lançamento — utilizando, às vezes, bicicletas — e deixava o local rapidamente depois de concluir sua função no processo, o que podia levar menos de 28 segundos do início ao fim. para reduzir as emissões de calor dos lança-foguetes, as equipes do Hezbollah às vezes os colocavam rente ao chão ou os cobriam com uma cobertura resistente a chamas depois de disparar. Um vídeo israelense mostra como equipes de lançadores de foguetes do Hezbollah se aproveitaram da relutância de Israel em causar danos colaterais. Repetidas vezes, os combatentes do Hezbollah entravam em uma casa, montavam um lançafoguetes e disparavam ou saíam em menos de um minuto. Depois de disparadas, essas armas eram de difícil detecção por Israel. Mais do que as equipes anticarro e os combatentes de aldeia, as equipes de lançadores de foguetes estavam, às vezes, sujeitas ao controle centralizado do Hezbollah e de seus assessores iranianos. (Lindemann 2006, p. 71).

Após um mês de combate, o gabinete de Segurança de Israel ordenou que a operação fosse estendida para o território do Líbano. O

objetivo era destruir o número máximo de lançadores de foguetes do Hezbollah que tinham alcance ao Norte de Israel e atacassem seus cidadãos (IDF, online).

Em 14 de agosto de 2006 a AGNU encaminhou para votação a Resolução 1701 do Conselho de Segurança que solicitava o cessar-fogo. A resolução previa o estabelecimento de uma área sem militares, infraestrutura e armas na fronteira. A IDF suspendeu sua ofensiva e retirou as tropas. Conforme pronunciamento da Ministra das Relações Exteriores de Israel, na época, Tzipi Livni, “Israel se retirará concomitantemente com a marcha do Exército Líbanês para o sul, junto com a força Internacional”. Bem como o Ministro da Defesa do Líbano afirmou “não haverá armas ou presente militar além da do Exército”. (REYNOLDS, 2006, online).

A Segunda Guerra do Líbano teve como resultado fatores que viriam a trazer reflexão para o futuro das FDI israelenses e seu contexto no SROM. Para alguns autores, Lindemann (2006) e Cordesmann (2006), especialmente analistas militares, a Guerra do Líbano foi uma derrota para Israel. Para o líder do Hezbollah, conforme pronunciamento em 2015, o grupo denomina a Guerra como “vitória divina” e considera que “mudou o equilíbrio de poder na região”, Nasrallah ainda afirmou “Israel será derrotada se quiser nos invadir novamente”.¹⁰³

Do ponto de vista estratégico, a guerra teve como principais características: 1) a junção de emprego de táticas tradicionais com táticas assimétricas e 2) apoio estatal à um grupo não estatal – ambas relacionadas.

Quanto a segunda, o apoio do Irã foi um divisor de águas positivo para o Hezbollah, materializado no suporte de inteligência. Conforme a análise de Perry e Crooke (2006), a capacidade do Hezbollah de interceptar e prever as ações israelenses teve um impacto decisivo na guerra terrestre. Nesse momento, Israel que dependia de um conjunto altamente sofisticado de técnicas de “saltos de frequência” subestimou a capacidade do Hezbollah de dominar tal tecnologia. Para os autores: “o resultado teria um impacto crucial no cálculo de Israel de que apenas a

¹⁰³ Frases do pronunciamento de Nasrallah, líder do Hezbollah, na celebração de nove anos do fim do conflito, em 2015, no Sul do Líbano. Frases retiradas da reportagem do correspondente VICENTI, Marcel, para o Opera Mundi, 2015. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/noticia/41337/lider-do-hezbollah-diz-que-guerra-contra-israel-em-2006-mudou-equilibrio-de-poder-na-regiao>> Acesso janeiro de 2019.

surpresa proporcionaria a margem de vitória para seus soldados” (Perry e Crooke, 2006, online)¹⁰⁴.

Linderman (2006) aponta que “a subestimação do inimigo prejudicou os esforços das FDI no Líbano [...] A guerra do Líbano de 2006 destacou o emprego bem-sucedido de táticas de combate assimétrico diante de um adversário tecnologicamente superior” (LINDERMAN, 2006, p. 76). Concluimos que a Segunda Guerra do Líbano se constitui como um exemplo claro de conflito assimétrico, característica intrínseca do SROM.

Kaldor (1999), com sua definição de “novas guerras”, nos auxilia a compreender esse caso. Para a autora, as novas guerras são um fenômeno novo de redes armadas de atores não estatais e estatais que incluem: grupos para-militares organizados em torno de um líder carismático, senhores da guerra que controlam áreas específicas, unidades de forças regulares ou outros serviços de segurança, como empresas militares privadas (KALDOR, 1999, p. 5). Esse fenômeno ocorreu paralelamente ao fim da Guerra Fria, a partir da desintegração de Estados e nascimentos de novas entidades estatais, o que pode ser aplicado ao caso do Líbano, que vivenciava uma séria de disputas internas.

Outro fator que nos cabe atenção é a tática utilizada nesse cenário. A essência das operações militares passa para a esfera de violência ilegal (ou privada) que resultam em violações de direitos humanos, o que ocorre no caso de atuação no ambiente civil. Conforme se analisou a Guerra do Líbano de 2006 demonstrou um exemplo claro de assimetria, importante para compreendermos o tipo de conflito presente em seu entorno que Israel enfrenta.

2.5 CONCLUSÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo objetivamos apresentar a análise do entorno regional de Israel, do período de proclamação do Estado 1948 até os anos 2000. Buscamos primeiramente apresentar uma introdução sobre o que compreendemos por Oriente Médio, em consonância com a moldura conceitual do estudo das regiões. Evidenciamos no início de nossa análise, as particularidades em termos de pesquisa do SROM, dado que se trata de uma região cujas fronteiras não são definidas tradicionalmente, mas sim por elementos de identidade e pertencimento,

¹⁰⁴ No original: “*The result would have a crucial impact on Israel’s calculation that surprise alone would provide the margin of victory for its soldiers.*”

os quais dispensam generalizações ocidentais. Para introduzirmos nossa pesquisa, nos utilizamos da interpretação geopolítica de composição da região de Fawcett (2016), conforme se apresentou na Figura 6.

A organização textual foi dividida em três grandes seções, que cumpriram com o caráter histórico do capítulo. Na primeira seção, além de apresentarmos nossa interpretação da região, buscamos tratar das características de polaridade e polarização. Observamos que o SROM se pauta pelas seguintes características: número significativo de forças militarizadas não-estatais, proliferação nuclear, guerra assimétrica, guerra intra-estatal, coalizações externas e regionais e guerra da informação. Outro fator, cujo embasamento foi dado pelo relatório SIPRI (2018) é a presença de países com índices altos de importações de armamento, em comparação com as demais regiões, como mostramos no caso da Arábia Saudita.

As duas últimas seções foram divididas conforme nosso recorte de análise: a balança regional árabe-israelense. No primeiro momento analisamos os conflitos de 1948, 1956, 1967 e 1973, período cujo impacto do nível sistêmico foi relevante na região. Observamos que neste período emergia uma peça fora do tabuleiro do mundo árabe, mas com elevado treinamento militar, capacidade organizacional e apoio da então superpotência, Estados Unidos. Israel mostrou a seus vizinhos sua capacidade militar e disposição na contenção de qualquer inimigo árabe que pudesse pôr em cheque sua capacidade dissuasória, representado no caso do nasserismo do Egito.

No segundo momento, analisamos o período de 1990 à 2015, o qual na perspectiva histórica das Relações Internacionais se pautou pelo fim da Guerra Fria. Analisamos os reflexos sistêmicos para a região, a saber: Guerra Fria e atentados de onze de setembro. Constatamos que as transformações conjunturais do nível sistêmico foram fundamentais para os desdobramentos da região, sendo a estratégia estadunidense, com a queda da configuração bipolar pautada por 1) intervenção/direcionamento dos conflitos em nível regional, com profundas motivações geopolíticas e interesses privados do setor petrolífero, e 2) fortalecimento de sua aliança com Israel.

Quanto a segunda, verificamos que os atentados de 11 de setembro não se configuraram como um divisor de águas para a região, conforme as teorias ocidentais afirmariam, mas sim foram um elemento propulsor para justificativa da Doutrina Bush, materializada no discurso de “Guerra ao Terror” com a invasão ao Afeganistão e Iraque. A aplicabilidade do termo terrorismo foi de extrema valia para Israel, que passou a justificar seus esforços nos ataques a palestina, com destaque

para a Operação Escudo Defensivo e a Guerra do Líbano de 2006, as quais adotamos como estudos de caso do período.

Após trinta e três dias de conflito, alguns analistas apontaram um Israel derrotado. Constatamos com nossa análise, que os elementos particulares de junção de táticas de guerrilha somado ao robusto treinamento iraniano ao Hezbollah resultaram em uma guerra de assimetrias, a qual Israel não estava preparado. Se por um lado Hezbollah se declarou vitorioso, por outro lado, Israel identificou que era preciso uma reformulação nas suas práticas de inteligência. O pivô judeu do SROM não estava era mais o mesmo que fora em Yom Kippur em 1973. A Guerra do Líbano resultou em uma nova prática de segurança de Israel, fomentada pela rivalidade israelo-libanesa, mas também embricada nos seus esforços de manutenção da sua pátria de origem.

No capítulo a seguir, abordaremos o nível de análise doméstico de Israel e suas características identitárias, no período aqui tratado. Apresentaremos nossa análise, a partir da variável de identidade estatal, como instrumento necessário no estudo do seu comportamento no SROM nesses conflitos. Por fim apresentaremos a análise do documento da política de defesa do país, e a interpretação dos dois aspetos tratados nesta pesquisa: identitários e regionais.

3 “O LAR DO POVO JUDEU”: DEFININDO A POLÍTICA DE DEFESA ISRAELENSE

“Desde a minha infância em Jerusalém, tenho me perguntado como seria ser um palestino, refugiado ou não. Como seria viver na pele de um palestino. Abrigar as memórias de um palestino. Sonhar os sonhos palestinos. Enquanto faço essas perguntas, continuo a ser um judeu israelense”.

Amós Oz, Como Curar um Fanático, 2004¹⁰⁵.

3.1 PREÂMBULO AO CAPÍTULO

Fundado oficialmente em 1948, na região da Palestina Israel proclamou-se como um Estado judeu. O elo cultural e religioso com a “terra santa” e o ideal de construção de um Estado compuseram o complexo processo de construção do nacionalismo judaico representado quase um século depois, na proclamação do Estado. No capítulo anterior abordamos o contexto regional de Israel quanto às dinâmicas de segurança a partir das variáveis da Escola de Copenhague de polaridade e polarização. Observamos que o SROM se configura como uma região com alto processo de polarização, cujo enfoque de beligerância e conflito se localiza na balança regional árabe israelense, sendo Israel o Estado expoente nas operações de combate. Este capítulo tem como objetivo a análise dos condicionantes da política de defesa israelense, em seu aspecto doméstico. No primeiro momento abordaremos a variável identidade, a partir do projeto sionista de construção do Estado, apresentando suas três fases: sionismo estatal (1948 – 1967), sionismo tardio (1967 – 1991) e pós-sionismo (1991- atualidade). No segundo

¹⁰⁵ Amós Oz foi um escritor e intelectual israelense. Essa epígrafe traduz um pouco de suas obras que buscavam elucidar para israelenses e palestinos a reflexão acerca da realidade de dois Estados. Essa frase versa sobre a dificuldade existente na sociedade humana em se desvencilhar de preceitos identitários seculares e a construção da imagem do outro como inimigo. Conforme será visto neste seguimento, ainda que no plano teórico, os israelenses esquerdistas vislumbravam no início da fundação de Israel a possibilidade de convívio mútuo. No entanto, as práticas cotidianas antagônicas de identidade, a imposição de um Estado judeu e não aceitação do mundo árabe em acolhê-lo, jamais permitiram essa realidade. Perguntamo-nos: é possível? Amós Oz, falecido em 2018, acreditava que sim.

momento, nossa análise do entorno regional será verificada por meio da leitura e interpretação israelense quanto a doutrina de segurança; definição do inimigo; e situações de emprego da Força, inseridas na política declaratória.

3.2 ASPECTO IDENTITÁRIO: SIONISMOS, CONSTRUÇÃO DO ESTADO E IDENTIDADES ISRAELENSES

3.2.1 Sionismo e a construção da identidade israelense

A história do povo judeu e consequentemente a história de Israel, costuma ser dividida em três períodos: 1) história do povo hebreu¹⁰⁶, iniciada no período bíblico (1020-930 A.C) até o início do Império Turco Otomano (1808); 2) Período pré-estatal, iniciado com o movimento do Sionismo até o Plano de Partilha da Palestina (1860 – 1947), e 3) Período Estatal, iniciado com a Declaração de Independência de 1948 (REICH, 2008). Nos estudos judaicos, essa sistematização cronológica iniciada no período bíblico¹⁰⁷ com *Genesis*¹⁰⁸, facilita na compreensão de uma realidade complexa que envolve quatro expoentes: identidade, nação, religião e territorialidade.

Não cabe ao escopo desta pesquisa, a análise da origem do povo hebreu, e da religião monoteísta cristã, inserido entre o período bíblico e o Império Turco Otomano. Mas caberá aos objetivos desta, a análise da articulação entre estes três elementos, identidade, nacionalismo e religião, na construção das identidades israelenses presentes do período pré-estatal até o período estatal. Primeiramente apresentaremos uma análise do estudo do Sionismo, base do desenvolvimento de Israel.

Segundo Demant (2001), para compreendermos o ideal de construção do Estado Judaico, é preciso compreender que a identidade coletiva dos judeus não é pautada na religião, mas sim, na nação. Nesse sentido, Israel trata-se de um exemplo de Estado cuja identidade precede a construção da nação¹⁰⁹. No entanto, entre as várias formas culturais e

¹⁰⁶ Hebreus, são considerados os antepassados dos judeus.

¹⁰⁷ Período considerado pela Historiografia.

¹⁰⁸ Considerado o ponto inicial da história dos judeus, o capítulo Genesis, inserido no Antigo Testamento da Bíblia foi o primeiro livro da Bíblia Cristã, que retrata a história de Abraão, seu filho Isaac e seu neto Jacob como fundadores de uma nova terra, hoje o território da Palestina ocupado por Israel, com a crença monoteísta de um Deus. (REICH, 2008).

¹⁰⁹ O conceito de nação sofreu diversas alterações conforme o desenvolvimento das sociedades industrializadas o qual assume controvérsias, a qual aqui não nos cabe debater. Nos referimos a discussão de que se as nações são um fruto da modernidade, ou

territoriais de grupos estudados, os judeus têm uma das mais longas histórias documentadas de identidade própria, sendo o sionismo o único a sobreviver e prevalecer, marcando a sociedade construída naquele território (DEMANT, 2001, p. 205).

Professor Demant (2001) aponta que a crença na peculiaridade da própria nação está associada geralmente à aspiração por um Estado Nacional e é um fenômeno que define a modernidade: “uma reação contra a discriminação de minorias e/ou grupos, segurança contra ataques ao grupo ao qual se pertence, mas também um desejo de restaurar a conexão e a participação em um grupo social definido pela linguagem, costumes, destino histórico em comuns” (DEMANT, 2001, p. 205). Seus conteúdos podem ser alterados conforme as circunstâncias, mas conforme aponta o autor, a identidade aparecerá repetidamente sob a forma de programas políticos.

Nesta perspectiva de reação e restauração, surge o sionismo, pautado na reação judaica ao seu próprio nacionalismo. O contexto de criação de um movimento político, cujo objetivo consistia na construção de um Estado judeu está situado no cenário de perseguição representado por mortes, expulsões e massacres desde a conquista Romana, com as diásporas, período o qual os judeus dispersaram-se pelo mundo, se direcionando principalmente a região do *Magreb*¹¹⁰ e para a região da Europa¹¹¹¹¹².

Não só como um movimento, mas como um projeto político, o sionismo foi mencionado primeiramente nos escritos do jornalista judeu austro Húngaro, Theodor Herzl (1860-1904) com a publicação de “*Der Judenstaat*”¹¹³ (1886). Após a publicação de Herzl (1890), dezenas de conferências foram organizadas ao redor do mundo, sendo estabelecida a *World Zionist Organization* (WZO), cuja primeira conferência foi realizada na cidade de Basel, Suíça. Nela um manifesto foi escrito, *Basel Program*, que continha tais princípios:

seja, dadas pela noção de compartilhamento de conceitos modernos, como cidadania e constituição, ou fruto de valores específicos ligados a antiguidade como religião, linguagem e costume (DEMANT, 2001, p. 205). Para mais informações, ver Giddens (2002), “*Modernidade e Identidade*”.

¹¹⁰ *Judeus Sefarditas*.

¹¹¹ *Judeus Askenazitas*.

¹¹² Para mais informações, ver capítulos 1, “*From Biblical Times to the Ottoman Period*” e 2 “*The Pre History of the State of Israel (c. 1880 – 1948)*” em REICH, Bernard, 2008.

¹¹³ “O Estado Judeu”.

O objetivo do sionismo é criar um lar para o povo judeu na Palestina, garantido por leis públicas. O Congresso Sionista Mundial contempla os seguintes meios para atender deste fim:

1. A promoção da colonização da Palestina por trabalhadores agrícolas e industriais judeus.

2. A organização e vinculação de toda a comunidade judaica por instituições apropriadas, locais e internacionais, de acordo com as leis de cada país.

3. O fortalecimento e fomento do sentimento nacional judaico e sua consciência.

4. Etapas preparatórias para se obter o consentimento do governo, para a obtenção do objetivo do sionismo.

Basel Program (Agosto, 23, 1897).

(REICH, 2008, p. 17. Tradução Nossa).¹¹⁴

Primeiramente o sionismo foi considerado como uma articulação legítima do direito do povo judeu à autodeterminação nacional e caracterizou-se como uma resposta coletiva nacional judaica contra o cenário de perseguição vivenciado. O trecho destacado na citação “*fortalecimento e fomento do sentimento nacional judaico e sua consciência*”, representa o projeto de criação de uma identidade de nação pautada nos valores e consciência judaicos.

Consideramos o argumento construtivista que aponta que ao passo que as identidades coletivas são socialmente construídas pelo processo de interação, elas também estão passíveis de transformação¹¹⁵. Essa identidade a qual consideramos em nossa pesquisa como variável

¹¹⁴ Obs.: Ressalta-se que todas as fontes primárias do período pré-estado foram escritas em hebraico e algumas se encontram disponíveis online em baixa qualidade. Por isso, nos utilizamos das traduções realizadas por historiadores de estudos judaicos para o inglês. No original: “*The he aim of Zionism is to create for the Jewish people a home in Palestine secured by public law. The [World Zionist] Congress contemplates the following means to the attainment of this end: 1. The promotion, on suitable lines, of the colonization of Palestine by Jewish agricultural and industrial workers. 2. The organization and binding together of the whole of Jewry by means of appropriate institutions, local and international, in accordance with the laws of each country. 3. The strengthening and fostering of Jewish national sentiment and consciousness. 4. Preparatory steps towards obtaining Government consent, where necessary, to the attainment of the aim of Zionism Basel program*”.

¹¹⁵ Salientamos que não utilizamos nesta pesquisa uma abordagem extrema do construtivismo, dado que além dos fatores subjetivos, encontram-se fatores objetivos identificados nas características hostis do SROM.

interveniente, sofreu modificações ao longo da história do Estado, conforme analisaremos nas próximas seções.

A partir disso, apresentamos a proposta de Demant (2001) que buscou explicar a ideologia sionista em quatro estágios: 1) sionismo clássico (pré-estado) (1880-1940); 2) sionismo estatal (1948 – 1967); 3) sionismo tardio, onde o autor considera que houve uma queda de consenso interno em Israel, (1967 – 1991) e 4) o pós-sionismo, iniciado em 1991, e podendo ser aplicado até a atualidade, representado pela disputa de um pós-sionismo com o judaísmo fundamentalista (DEMANT, 2001, p. 201). Analisaremos tais estágios a seguir.

Figura 11 - Estágios do sionismo para Demant (2001)

Sionismo clássico	Sionismo Estatal	Sionismo Tardio	Pós-Sionismo
1880 -1940	1948 – 1967	1967-1991	1991 - 2000

Fonte: Elaboração própria

Conforme mencionado, o sionismo caracterizou-se como a forma organizacional na busca de uma resposta coletiva nacional judaica contra a perseguição na Europa Oriental. O Sionismo clássico se constituiu como um movimento organizado que tinha o objetivo de guiar a emigração de judeus do redor do mundo para a criação do assentamento sionista na Palestina, com a pretensão de compor uma sociedade judaica nova, o “novo *yishuv*”, como eram chamadas as primeiras comunidades judaicas na Palestina (DEMANT, 2001, p. 211).

O sionismo (1880 – 1940) clássico buscava a criação de uma nova identidade judaica na Palestina, tendo como pilares valores progressistas universais de justiça social. A segunda e terceira *Aliyaah* (1905-1925) deram o impulso para a criação de instituições. Isso o caracterizava como um movimento socialista enraizado nos conteúdos ideológicos influenciados pelos modelos do Leste Europeu. Foi neste contexto que surgiram os partidos políticos progressistas sionistas¹¹⁶.

O idealismo de uma sociedade moderna e plural nunca se concretizou. Os judeus não conseguiram lidar com a presença dos árabes palestinos da região. Esse fator foi uma reviravolta do projeto inicial, que passou de ideia de constituição de uma sociedade moderna para um empreendimento semelhante ao colonialista, que terminou com o deslocamento dos palestinos para fora dos territórios controlados pelos

¹¹⁶ Nos anos 30 os refugiados do nazismo adicionaram a este complexo uma camada de pensamento científico, geralmente positivista. Aqui surgem os partidos de esquerda e os Kibutz.

sionistas. Para pôr em prática seu projeto de criação do Estado, em um território já habitado, os judeus precisariam das terras ocupadas pelos autóctones palestinos.

A presença dos árabes palestinos na região forçou o sionismo a realizar seu projeto em oposição aos habitantes autóctones. Isso fez com que um plano que parecia lógico do ponto de vista da situação dos judeus na Europa se transformasse em um empreendimento colonialista. A criação de uma nova nação em um território já habitado poderia somente ser feita a força. [...] Como é bem conhecido, a consequência foi o processo de expropriação que terminou em 1949 com o deslocamento dos palestinos para fora dos territórios controlados pelos sionistas. (DEMANT, 2001, p. 213).

Já na fase pré-estatal, os judeus haviam estabelecido uma organização política e viável enquanto comunidade e treinamento militar, com a *Haganah*, organização militar treinada pelo exército britânico. Muitos costumes milenares foram postos em pauta, com objetivo de restauração dos valores judaicos. Arqueologia, revitalização da língua hebraica e da tradição literária, adoção do calendário judaico, símbolos idiossincráticos e estabelecimento de datas. (DEMANT, 2001).

Com o desfecho da segunda Guerra Mundial, o sentimento de pertencimento e busca por um território nacional deu um salto na comunidade. Foi o momento de maior catástrofe da história dos judeus. Para o historiador brasileiro Gherman (2014), o *Shoá*, (referência ao genocídio judaico perpetrado por nazistas entre 1941 e 1945)¹¹⁷ assumiu um lugar fundacional de unificação, em que todos passaram a compartilhar referências e sentidos semelhantes. Além dos fatores acima citados quanto à resposta do sionismo em lidar com a presença dos palestinos na prática, neste momento o sinal de tragédia intensificou os

¹¹⁷ Durante o regime nazista de Adolf Hitler, sistematicamente houve um plano de aniquilação dos judeus da comunidade europeia. Esse plano envolveu inicialmente a perseguição dos judeus sujeitos a tortura e humilhação pública, e posteriormente ao deslocamento forçado para campos de concentração, sendo mortos em massa com gás lacrimogênio. Estima-se que em 1945, uma média de 4.6 milhões de judeus foram mortos somente nos territórios ocupados de Polônia, Alemanha e áreas da União Soviética (REICH, 2008, p. 34).

esforços para enfraquecer e superar quaisquer identidades que ameaçassem desmontar ou mesmo dividir o coletivo (GHERMAN, 2008, p. 107).

Na prática isso foi demonstrado com a imigração judaica em massa e expulsão dos palestinos. Conforme apontou Hourani (2006, p.489), aqui já se notava a superpopulação rural nas aldeias árabes, deixando os aldeões árabes como refugiados sem terra, os quais se estabeleciam em favelas e locais à margem nos países vizinhos, Jordânia, Síria e Líbano. O estágio pré-estatal se encerraria e os judeus proclamariam sua terra natal três anos depois do término da grande guerra.

3.2.2 Sionismo Estatal e a construção das Forças de Defesa de Israel (1948 – 1967)

O segundo estágio, o sionismo estatal, inicia com a proclamação de Israel (1948 – 1967), representando o estágio mais importante o qual nos interessa nesta pesquisa. Trata-se do período onde o culto ao Estado era a garantia da segurança e do bem comum de uma população que nascia pela guerra. Nesse período o exército foi papel fundamental como um elemento aglutinador de nacionalismo, por meio do militarismo. Aqui se consolida as Forças de Defesa Israelenses.

Se o projeto socialista já estava defasado, as imigrações em massa de comunidades judaicas do Oriente Médio com origem ultra ortodoxa para o território de Israel foram cruciais para este desmantelamento. Para o movimento sionista, a declaração do Estado foi resultado de décadas de esforços. Para os anti-sionistas e ultra ortodoxos a criação do Estado foi uma “blasfêmia, pela interpretação dos escritos sagrados de que o Messias ainda não havia chegado” (REICH, 2008, p. 44). Nesse momento, o governo tinha a tarefa de lidar com uma população diversificada.

No entanto, de maneira a superar tais diferenças, o objetivo de reforçar a significância do Estado se deu pela criação de um ideal de homogeneidade da população como “israelenses”. Esse processo foi dado através do exército, que passou a ser um elemento integrador da identidade da população acompanhado pelo militarismo (DEMANT, 2001, p. 214).

A conexão destes três elementos é fundamental para o processo de formação da identidade israelense: 1) Figura do Estadista Ben-Gurion na condução do projeto de Estado; 2) criação e consolidação das FDI e

3) desencadeamento da Guerra de Independência. Conforme apontado na declaração de Independência:

Eretz Israel (Terra de Israel) foi o berço do povo judeu. Aqui, sua identidade espiritual, religiosa e política foi moldada. Foi aqui que eles tornaram-se um Estado, criaram valores culturais de significância nacional e universal e deram ao mundo o eterno Livro dos Livros. [...] O Estado de Israel ficará aberto para imigração judaica... fomentará o desenvolvimento do país para o benefício de todos os seus habitantes; será baseado na liberdade, justiça e paz conforme imaginado pelos profetas de Israel; assegurará completa igualdade de direitos sociais e políticos a todos os seus habitantes independentemente de sua religião, raça ou sexo; garantirá a liberdade de religião, consciência, linguagem, educação e cultura; protegerá os locais santos de todas as religiões; e será fiel aos princípios da Carta das Nações Unidas. (Declaração de Independência, 1948)¹¹⁸.

A partir do projeto de unificação do exército nacional de Ben-Gurion, em 1948 criam-se as FDI. “Defender a existência, integridade territorial e soberania do Estado de Israel; proteger os habitantes e combater todas as formas de terrorismo que ameaçam a vida cotidiana”¹¹⁹ (IDF, 2016), assim é representada a missão cerne de criação das Forças de Defesa Israelenses ¹²⁰, chamadas no acrônimo hebreu de “TZHAL”.

A partir de uma concepção weberiana de Estado¹²¹, as Forças Armadas se constituem como o instrumento do Estado para a utilização da força no plano das Relações Internacionais e defesa da sua soberania territorial e nacional, aqui se estabelece a equação entre Defesa e Forças Armadas. No caso israelense, essa equação merece atenção.

¹¹⁸ Disponível em Israel Ministry of Foreign Affairs, < <https://mfa.gov.il> >

¹¹⁹ No original: “*To defend the existence, territorial integrity and sovereignty of the state of Israel. To protect the inhabitants of Israel and to combat all forms of terrorism which threaten the daily life*”.

¹²⁰ No original: *The Israel Defense Forces Strategy* (IDF)

¹²¹ A qual relaciona território, poder e monopólio da coação física pelo uso legítimo da força (WEBER, 1999).

Esse período retrata a transição do *Yishuv* para o Estado Nacional. Anteriormente ao Estado, as organizações sionistas eram divididas em dois lados: um consistia nos judeus da diáspora que haviam lutado em exércitos europeus e portanto detinham de treinamento, e do outro lado os membros da *Haganah*¹²². A *Haganah* foi a base para a formação das FDI, que foram criadas a partir do projeto de Ben-Gurion de comando unificado, em 1949.

As FDI estão submetidas ao controle civil exercido pelo governo eleito. Para Cohen (2008), há um componente particular nas FDI que se distancia dos termos weberianos e de controle civil propostos por Huntington (1957)¹²³, e este componente está na relação do exército com a sociedade.

Trata-se de um Estado cujas definições de cidadão e soldado são porosas, por isso o autor o classifica como um Estado detentor de uma sociedade parcialmente militarizada. Para o autor, essa vinculação de grande proximidade entre as duas esferas, facilitada pela própria organização das FDI, categorizam o exército israelense para além de uma instituição que ocupa a função de “guardião nacional”, mas sim como um “exército do povo”¹²⁴, cujos valores e princípios éticos foram construídos com base na identidade do povo judeu (COHEN, 2008, p.2). Conforme se autoproclamam:

O Espírito da FDI é baseado em 4 princípios:

- i) A tradição das FDI e sua herança militar como as Forças de Defesa de Israel;
 - ii) A tradição do Estado de Israel, seus princípios democráticos, leis e instituições;
 - iii) A tradição do povo judeu ao longo de sua história;**
 - iv) Valores morais universais baseados no valor e dignidade da vida humana.
- (IDF, 2016)

Nessa interpretação as FDI se consolidaram como uma instituição representante dos propósitos comuns dos cidadãos israelenses, sendo

¹²² Havia outras divisões de grupos paramilitares com treinamento. *Palmach, Irgun e Lehi*.

¹²³ The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations (1957). Huntington estabelece o controle civil objetivo – forma ideal para uma democracia, e o controle civil subjetivo. Para Cohen (2008), o caso israelense não se aplica em nenhum modelo.

¹²⁴ No original: “*a people’s army*” (COHEN, 2008, p. 2).

eles a garantia da segurança e do bem comum de uma população cada vez mais diversificada (DEMANT, 2001, p. 214). Esse consenso foi impulsionado pela experiência do exército na Guerra de Independência de 1948, analisada no capítulo anterior. A partir do fim do conflito em 1949, estabeleceram-se as organizações institucionais das FDI em consonância com o sistema de serviço militar, encabeçadas no projeto de Ben-Gurion. Aqui se estabelece a “criação do exército do povo”.

A primeira motivação do projeto de criação de um sistema militar unificado foi dada pela experiência na Guerra da Independência. Ben-Gurion afirmava que o principal objetivo era o estabelecimento de um exército capaz de derrotar as forças árabes e garantir a sobrevivência de Israel no seu então novo território. A partir desse fator motivacional, Ben-Gurion buscou estabelecer as FDI como um instrumento de *nation bulding*¹²⁵ de Israel, desse modo, as funções das FDI não se restringiram à esfera militar, mesmo incluída no propósito de defesa nacional¹²⁶.

Nesse momento, algumas diretrizes foram estabelecidas dentro do escopo de funções prioritárias das FDI, das quais três se destacam. A primeira delas foi o estabelecimento do ensino militar em escolas para crianças, especialmente aquelas inseridas em comunidades vulneráveis do território. O objetivo consistia na formação de potenciais recrutas para o combate (COHEN, 2008, p. 31). Conforme declaração de Ben-Gurion:

A primeira missão das FDI é a segurança do Estado, mas não somente. O exército também deve servir como uma força educacional pioneira para a juventude israelense, nascida e imigrante. As FDI devem educar uma geração pioneira, saudável de corpo e espírito, corajosa e fiel, que cure as divisões tribais e da Diáspora e implemente as missões históricas do Estado de Israel através de um processo de auto realização, ao construir a pátria e fazer seus desertos florescerem. (BEM-GURION, 1971, p. 81. Tradução nossa)¹²⁷.

¹²⁵ Processo de construção da identidade estatal a partir do arcabouço ideacional de identidade. Para mais informações ver: Anderson (2008).

¹²⁶ Aqui nos remetemos a definição de Saint Pierre (2011), de Defesa como uma política pública, inserida no mesmo patamar de demais outras esferas de responsabilidade do Estado: como educação, saúde, etc.

¹²⁷ No original: *While the first mission of the IDF is the security of the State, that is not its only task. The Army must also serve as a pioneering educational force for Israeli youth,*

A segunda prioridade estava na manutenção dos assentamentos improvisados com o fornecimento de educação; serviços médicos e auxílio na agricultura dessas regiões, consideradas inseguras e inóspitas para habitação civil. Criou-se a *NAHAL*, um programa dirigido pelas Forças Armadas na promoção de mão de obra para o desenvolvimento da agricultura nos assentamentos judeus. E por fim, a terceira função incluía o desenvolvimento de profissionais engenheiros, capazes de projetar habitações para os imigrantes que chegavam no país na década de 1950 com a lei do retorno (COHEN, 1998, p. 246).

Catignani (2004, p. 110) aponta que todos esses elementos fizeram parte da “arma secreta do exército de Israel” que seria: a motivação pelo combate. O autor associa o sucesso israelense no campo operacional, durante os cinquenta e seis anos de sua existência¹²⁸ na capacidade de Israel em construir um alto nível de motivação de combate a partir de elementos como profissionalismo, métodos de treinamento e moralidade. Segundo o autor, esses elementos precedem fatores como capacidade tecnológica e desenvolvimento militar, pois a natureza da motivação de combate não se altera com as inovações tecnológicas, mas sim está enraizada na criação das FDI. Os exemplos supracitados de funções secundárias das FDI no estágio de consolidação do Estado representam a análise de Catignani (2004).

Esses fatores representam o objetivo do projeto inicial de Ben-Gurion em estabelecer uma ligação entre as FDI e a sociedade israelense, resultando na sua homogeneização em termos de defesa. O objetivo de construção da nação manteve-se nas palavras do Chefe do Estado Maior, Yagael Yadin, que afirmava que “todo exército tem o dever de transformar cidadãos em soldados”, se referindo a tarefa de transformar os judeus em patriotas e combatentes (COHEN, 2008, p 32).

A partir dos elementos trabalhados, neste estágio é possível perceber o ponto de partida para a diferenciação do que se entende por identidade judaica e identidade israelense. A criação dessa identidade nacional foi impulsionada pela emigração em massa dos judeus da europa oriental (e de todo o mundo) para Israel, após a tragédia do Holocausto. A população árabes israelense, remanescentes da comunidade palestina pós guerra de independência passaram a viver à

both native born and immigrants. The IDF must educate a pioneering generation, healthy in body and spirit, brave and faithful, which will heal tribal and Diaspora divisions and implement the historic missions of the State of Israel through a process of self-fulfillment, by building the homeland and making its deserts bloom.”

¹²⁸ Obra escrita em 2004.

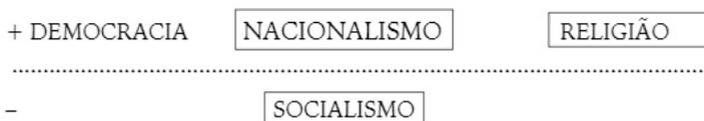
margem do Estado, confinados em seus vilarejos (DEMANT, 2001, p.215).

É preciso ressaltar que esta parcela nunca teve papel na definição de Israel, embora Israel se consolide como uma democracia e tenha aceitado os árabes como cidadãos, existe diferenciação legislativa no tratamento de cidadãos judeus e de cidadãos de origem árabe¹²⁹.

A discriminação com os árabes israelenses, pautada pelos aspectos identitários da religião consistiu na criação de uma identidade construída a respeito dos árabes como os “outros”, com cunho negativo e discriminatório. Essa exclusão foi fundamental para a construção do sentimento nacionalista israelense que guiaria a política de defesa do país nos conflitos posteriores com os árabes.

Não somente os constrangimentos externos impostos pela região fariam parte da elaboração de uma política de defesa ofensiva, mas também suas percepções a respeito da identidade árabe e a necessidade de auto-proteção. Conforme aponta o autor, do ponto de vista político, esse estágio pode ser representado.

Figura 12 - Sionismo Estatal



Fonte: Demant (2001, p. 216).

3.2.3 Sionismo Tardio (1967 – 1991)

O terceiro estágio, sionismo tardio é elencado por Demant (2001) no período de 1967 a 1991. Marcado por conflitos intensos, tais quais, Guerra dos Seis dias, Crise de Suez, Guerra do *Yom Kippur* e a Primeira Intifada, conforme visto no capítulo 2, era plausível que a esfera coletiva fosse considerada mais importante do que a individual.

No contexto de conflitos regionais, os problemas internos eram desconsiderados em nome de uma unidade fictícia, “legitimada e reforçada por percepções de ameaças existenciais interpretadas como antissemitismo” (DEMANT, 2001, p. 216). Não só pautadas no antissemitismo que ressurgiria, mas também na percepção árabe em não reconhecimento do Estado judeu. O autor aponta que a Guerra dos Seis

¹²⁹ Nesse momento, alguns autores tratavam Israel como uma etnocracia.

Dias de 1967 foi o ponto chave para a o processo de polarização entre as identidades internas do Estado, assim como no nível externo no SROM.

O desfecho da Guerra dos Seis dias trouxe benefícios para Israel, tais quais, expansão de seu território o que alterou a geografia da região, desenvolvimento de suas FDI, e maiores incentivos internacionais para resolução do conflito árabe-israelense¹³⁰. No entanto, no âmbito interno o processo da Guerra gerou um processo de polarização político partidária¹³¹, a exaustão da guerra acarretou em uma sociedade israelense dividida. Muito influenciado por sindicalistas, progressistas e por uma elite intelectual, a questão da Palestina se tornou pauta de discordância entre esses grupos.

Se no sionismo estatal, com o sucesso da primeira guerra enfrentada e no âmago de criação das FDI, a identidade israelense esteve fortalecida como nunca, os períodos que se sucederam levaram o sionismo às ruínas (DEMANT, 2001, p. 217). Buscar a homogeneização em uma sociedade complexa nunca foi uma tarefa fácil.

Intelectuais e demógrafos passaram a questionar a expansão territorial de Israel. Nos anos 70 e 80, eles propunham um Estado menor para Israel, porém mais demograficamente judeu, e na devolução dos territórios ocupados aos palestinos. Além disso, a situação dos árabes israelenses era amplamente conhecida nesse período. Mesmo tendo adquirido direitos civis e políticos iguais aos judeus, ainda havia discriminação em acesso a terra, recursos públicos, entre outras diferenças de tratamento. Tratava-se de uma discriminação racial com a minoria árabe israelense que, a partir de uma ala conservadora judaica, permeia até os dias de hoje¹³². Essa situação se agravou dado que na década de 80 a população árabe aumentou consideravelmente.

Essa comunidade tinha se transformado em quase um milhão ou mais de pessoas, mais organizada, mais decidida e cada vez mais identificada com os palestinos além da Linha verde. Isso trouxe para mais perto o dilema de saber se Israel era apenas o Estado dos judeus (caso em que não poderia mais

¹³⁰ Por meio dos acordos de paz que se seguiram posteriormente.

¹³¹ Israel possui diversos partidos políticos, sendo alguns com grande representatividade e outros com representatividade inexpressiva. Mas a maior parte do parlamento é dividida pelos dois grandes partidos: Likud – que apresenta uma posição conservadora, e Trabalhista, que se pauta por uma posição mais à esquerda.

¹³² Menção a figura do Primeiro Ministro atual, Netanyahu, cuja prática discursiva associa os palestinos ao terrorismo e desconsidera a proposta de convívio de dois Estados.

se considerar democrático) ou se de todos os seus habitantes (caso em que sua definição como Estado judeu ficaria sob pressão. (DEMANT, 2001, p. 219).

Outro marco importante deste período foi a Primeira Intifada (1987), que repercutiu em uma grande pressão interna em Israel, proveniente dos partidos e da própria população civil para que ambos encontrassem uma solução negociável para os territórios ocupados. Como consequência do conflito, Israel fortaleceu sua imagem de invencibilidade com suas táticas de avanços, o que acarretou na diminuição da hostilidade árabe “externa”.

O resultado desses fatores e da polarização foi o choque identitário entre a complexidade da população israelense dividida em: israelenses judeus, israelenses árabes, judeus orientais, judeus religiosos e judeus seculares, o que trouxe a dificuldade de falar sobre uma identidade coletiva homogeneamente israelense (DEMANT, 2001, p.218). De acordo com o autor “não havia mais acordo sobre o que a nação era: um território ou uma comunidade de pessoas” (DEMANT, 2001, p. 221).

3.2.4 Reflexos da Guerra Fria, 11 de setembro e Pós Sionismo

Essa polarização leva ao quarto estágio iniciado na década de 1990 até início dos anos 2000. A nomenclatura “pós” é utilizada para explicar que o panorama social e ideológico de Israel atualmente é muito diferente daquele que prevalecia nos estágios anteriores. O sionismo vem sofrendo um processo de mutação, como qualquer instituição que é passível de transformação. Porém, a intensificação do conflito árabe-israelense em meio a conjuntura de outros conflitos no SROM sinalizou uma alteração na identidade coletiva do país.

Na fase de transição, o velho sionismo/nacionalismo israelense enquanto uma idéia, ainda que controversa, era suficientemente forte para manter duas identidades conflitantes sob controle: por um lado uma tendência democrática individualista radicalizada, e por outro, uma judaica fundamentalista. O nacionalismo israelense foi recentemente colocado na defensiva e o futuro da sociedade israelense parece depender do resultado dessa luta

pelo domínio entre essas ideologias (DEMANT, 2001, p. 224).

O sionismo neste período sofreu uma dupla crise de deslegitimação. Por um lado, os questionamentos quanto ao conflito árabe-israelense tornaram-se pauta das Universidades de Tel Aviv, o que levou a uma onda de intelectuais a questionarem o papel da política de defesa do próprio país com os árabes. Além disso, a arte, a música popular, o teatro e o cinema traziam a tona o aprofundamento da democratização e elementos cosmopolitas para os aspectos da vida israelense. Paralelo a isso, por outro lado havia o crescimento da ortodoxia sionista. Essa dicotomia colocava em voga sobre qual identidade nacional coletiva o país se direcionaria o que deixou a sociedade israelense internamente vulnerável¹³³ (DEMANT, 2001, p.227).

Esse período teve como resultado, segundo o autor, um “incoerente multiculturalismo tendo ao horizonte o espectro assustador de um Estado não judeu, ou uma corrida para abraçar um judaísmo cada vez mais obscurantista” (DEMANT, 2001, p. 228). Quanto a segunda, os atentados de 11 de setembro impulsionaram essa tentativa.

A prática narrativa ocidental do terrorismo, apoiada pelo seu parceiro incontestável, Estados Unidos, fortaleceu em Israel, na parcela ortodoxa o ressurgimento do sentimento nacionalista, muito proveniente da configuração de insegurança da região. O desfecho da Primavera Árabe viria a fomentar esse processo. Essa fragmentação ocorrida nos processos históricos de conflitos com vizinhos e instabilidade interna, trouxe o questionamento sobre qual a era de fato a identidade coletiva israelense, que um dia teria sido fortalecida.

Não houve um consenso. A sociedade israelense, dado sua complexidade, permaneceu dividida, rompendo com o ideal sionista inicial. Por um lado, uma população farta da guerra e do processo de ocupação da Palestina; por outro, uma população ultra-ortodoxa, embasada no discurso norte-americano de “Guerra ao Terror”.

O que nos leva ao questionamento deste trabalho em estabelecer qual o papel desta identidade e como este foi refletido para a política de defesa do país na atualidade. Em atualização à sua teoria, Demant (2014), analisou que após a Operação Margem Protetora, ofensiva

¹³³ O autor elenca essa vulnerabilidade como um colapso da sociedade, refletido na criminalidade, uso de drogas e declínio na segurança interna do país (DEMANT, 2001, p.227).

israelense na Faixa de Gaza em 2008,, cinco fatores se desencadearam no cerne de Israel, fruto do desmantelamento da sua identidade, sendo eles: polarização demográfica, o impasse estratégico, o contexto da fracassada primavera árabe, perda de apoio ocidental e erosão da identificação da diáspora com Israel.

3.3 ASPECTO REGIONAL: PERCEPÇÕES DE AMEAÇA E PAPEL DA DEFESA

Na seção anterior analisamos o processo constitutivo da identidade estatal israelense, incluída no cerne da criação das FDI. Observamos que a identidade, em seu aspecto construtivista se trata se um fenômeno em mutação, portanto não se trata de um fenômeno homogêneo, exógeno as pressões externas. Observamos justamente, que essa mutação se deu em paralelo a estrutura regional que se desenhava, considerada como nossa variável dependente. Para concretizarmos nossa análise, buscamos nessa seção verificar a interpretação israelense quanto a sua doutrina de segurança, definição do inimigo e situações de emprego da força, expressas na sua política declaratória de defesa. A organização textual será dividida em: 1) organização das FDI; 2) análise da política declaratória de Defesa em seus aspectos de: doutrina de segurança nacional, percepções de ameaça e papel do inimigo e emprego da força.

3.3.1 Organização das FDI

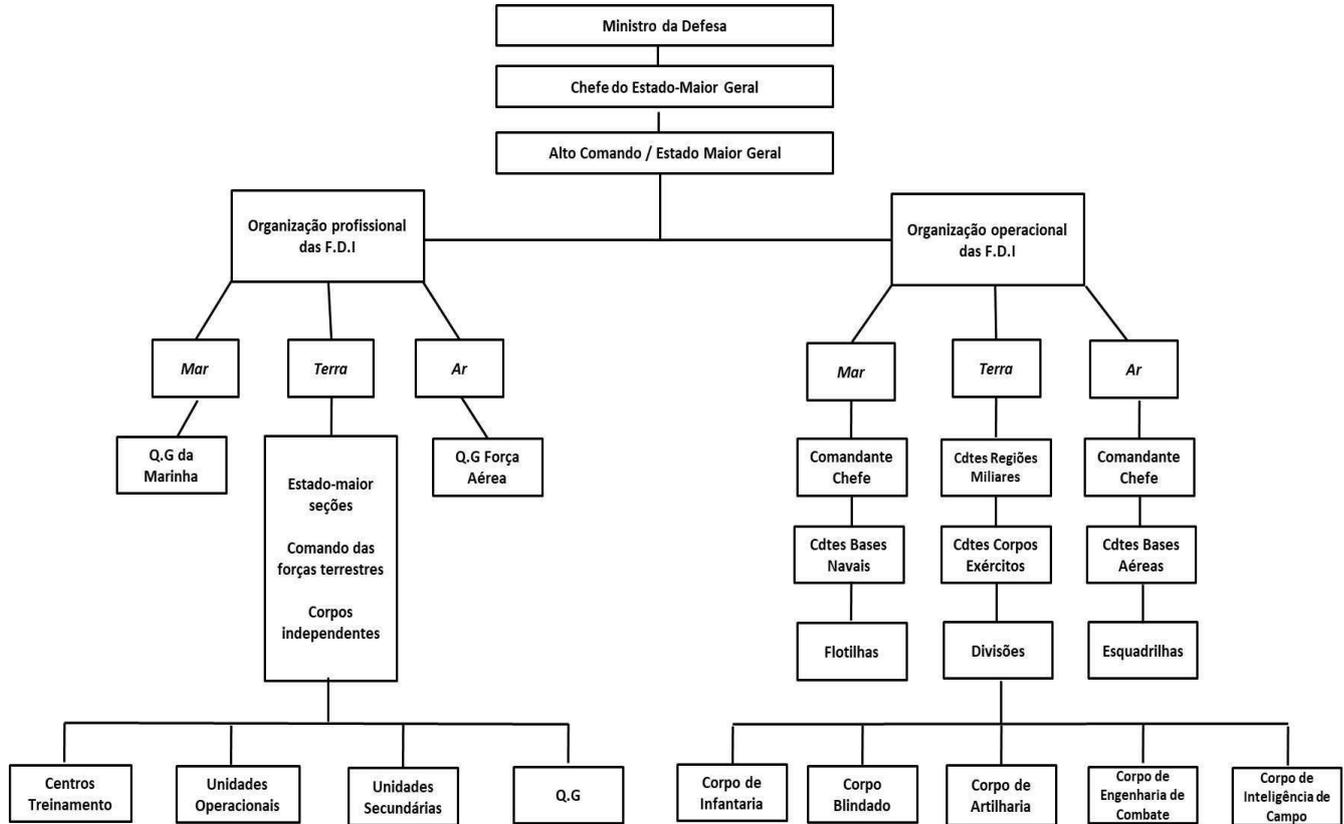
Conforme apresentamos, as FDI foram formadas oficialmente em 1949, no processo de unificação do exército nacional, que aglutinou as forças de defesa militares que ali existiam, sendo a *Haganah* a principal delas. Já na sua formação, as FDI contavam com um sistema organizacional complexo que Israel viria a manter.

O Estado de Israel é declarado como uma democracia parlamentar estruturada pelos três poderes, legislativo (*Knesst*), executivo (Governo) e judiciário (tribunais). Neste contexto, as FDI estão subordinadas hierarquicamente ao governo eleito e funcionam sob um comando unificado encabeçado pelo Chefe do Estado-maior¹³⁴, o qual é responsável perante o ministério da Defesa e ao Primeiro Ministro do Estado.

¹³⁴ O Chefe de Estado-Maior atua por um período de três anos.

As FDI compõem-se por suas três unidades de força: exército (*Ground Forces*), aeronáutica (*Israeli Air Force*) e marinha (*Israeli Navy*). As unidades são divididas pelo campo de organização profissional e operacional, sendo designadas sub funções inseridas nas seguintes atividades: Forças Especiais, Diretoria, Comandos Regionais, GOGAT (*The Coordinator of Government Activities in the Territories Unit*), e Corpo de Brigadeiros Militares (*The Military Advocate Military Corps*). O organograma a seguir busca sintetizar a organização das FDI:

Figura 13 - Organograma – Organização das FDI



Fonte: Elaboração Própria.

O sistema militar israelense prevê o serviço militar para todos os cidadãos, tanto mulheres quanto homens, cujo alistamento é obrigatório aos 18 anos de idade, podendo ser cumprido por períodos anuais e imposto em reserva obrigatória até meia idade. Os termos de serviço são o serviço obrigatório, no qual os homens servem três anos e as mulheres dois; na reserva cada soldado é atribuído a uma unidade podendo servir até os cinquenta e um anos de idade, e no serviço militar de carreira, onde os veteranos podem se tornar oficiais de carreira e ao cumprir o período completo¹³⁵ (IDF, online).

Os militares, homem ou mulher das FDI se verão como participantes ativos na defesa do Estado, seus cidadãos e residentes. Eles cumprirão seus deveres em todos os momentos com iniciativa, envolvimento, diligência e bom senso dentro da estrutura de sua autoridade, enquanto estiverem preparados para assumir responsabilidade por sua conduta (IDF, online. Tradução nossa)¹³⁶.

Como uma situação inédita, em 2015, o governo de Israel levou ao público a versão da sua doutrina nacional de defesa com o documento formulado pelas FDI e assinado pelo seu chefe de gabinete Tenente-General Gadi Eizenkot. O documento foi publicado originalmente em hebraico e posteriormente traduzido para o inglês¹³⁷. O documento é composto por cinco capítulos, sendo os dois primeiros divididos com o objetivo de estabelecimento da doutrina de segurança do Estado, e das ameaças, e os restantes com o objetivo de descrever em termos práticos o ambiente operacional das FDI no âmbito internacional, estratégico e doméstico. Os capítulos serão analisados nas próximas seções.

¹³⁵ Além da obrigatoriedade prevista em lei, as FDI possuem programas de voluntariado para atuação nas atividades. Para mais informações, ver: “Volunteer Programs”, disponível em: <<https://www.idf.il/en/minisites/how-to-join-us-and-voluntary-programs/volunteer-programs/>>

¹³⁶ No original: *The IDF serviceman or woman will see themselves as active participants in the defense of the state, its citizens and residents. They will carry out their duties at all times with initiative, involvement and diligence with common sense and within the framework of their authority, while prepared to bear responsibility for their conduct.* (IDF, online).

¹³⁷ Documento traduzido pelo Centro de Ciências e Relações Internacionais da Universidade de Harvard, publicado em 2016.

3.3.2 Política Declaratória de Defesa (IDF 2016)

3.3.2.1 Contexto de divulgação

Os documentos oficiais de defesa têm o objetivo de pautar o planejamento estatal em termos de segurança e defesa nacional. Buscam tratar das percepções de ameaças à nível regional e internacional e servem como base na orientação das políticas e estratégias adotadas na prática em situações de necessidade de emprego das forças armadas. Dado que a literatura da Escola de Copenhague encara as temáticas da segurança por meio de atos discursivos, os documentos oficiais tornam-se relevantes em qualquer nível analítico. Antes de iniciarmos nossa análise nos aspectos substantivos do documento, nesta seção buscamos apresentar uma análise sobre os possíveis elementos conjunturais que estimularam a divulgação por parte de Israel da doutrina nacional de defesa, em meio ao contexto regional de constante transformação.

As constituições dos Estados, por sua vez, variam no que diz respeito à divulgação de sua estratégia de defesa. Particularmente neste caso a versão analisada se trata do único documento divulgado na história do Estado, aprovado pelo governo e divulgado ao público¹³⁸. Anteriormente Israel nunca levou ao público uma doutrina de segurança nacional formalizada desde a época de Ben-Gurion, com a Declaração de Independência e propósito das FDI.

Publicado em agosto de 2015, com trinta e três páginas, intitulado de “*The Israel Defence Forces Strategy*”, a versão não-classificada da doutrina de defesa das FDI apresenta as novas diretrizes das FDI em termos estratégicos e operacionais em resposta às principais ameaças enfrentadas pelo Estado. No ano seguinte, o documento foi traduzido pelo *Belfer Center for Science and International Affairs*, de Harvard. Segundo o Instituto, já na epígrafe ao documento, a tradução, acompanhada de notas próprias, tem o “intuito de encorajar o debate sobre como as lições aprendidas por Israel podem informar e enriquecer a segurança nacional dos Estados Unidos”. (IDF, 2016, p. 5).

Quanto a sua organização textual, além da introdução e conclusão o documento é organizado por cinco capítulos, dos quais seguem: capítulo 1: *The Strategic Framework*; capítulo 2: *The Strategic and Operational Environment*; capítulo 3: *Deploying the IDF’s Force*; capítulo 4: “*The Command and Control Concept and Preparing the IDF*

¹³⁸ No caso brasileiro, por exemplo, é estabelecida pela constituição a divulgação ao público do documento com periodicidade de quatro anos.

for Combat”; capítulo 5: “*Builgind the IDF’s Force*”; capítulo 6. Os três primeiros objetivam estabelecer a doutrina de segurança de Israel, utilizando-se de aspectos teóricos da guerra. Já os três últimos têm como enfoque o ambiente operacional das FDI e suas táticas no cenário de conflito.

Ao sinalizar a experiência das FDI em sua capacidade de aprendizado conforme as alterações da natureza e das ameaças enfrentadas por Israel, já na seção introdutória, o Chefe do Comando Maior, General Eizenkot. Ressaltamos, sinaliza o preparo das FDI para o combate no cenário onde as forças não convencionais e ameaças distantes ao Estado são as protagonistas:

The “IDF Strategy” document presents the changes the IDF needs to undergo in light of the future challenges and changes in the characteristics of the enemy, such as reinforcing and improving the effectiveness of ground maneuvers, diversifying operational capabilities in campaigns between wars, strengthening the cyber dimension, and preserving intelligence, aerial, and naval superiority. As to the use of the force, the strategy is based on unchanging principles — deterrence, early warning, defense, defeating the enemy, and victory. In addition, the approach sets out the command and control doctrine for combat with the aim of enabling the effective use of the IDF’s capabilities in the entire war theater (IDF, 2016, p. 7)¹³⁹.

Israel é um Estado onde a maioria das informações de defesa são classificadas ao governo. A divulgação ao público deste documento rompe com uma tradição estratégica do país, a qual nos cabe uma análise que envolve aspectos domésticos e regionais. As justificativas para divulgação do documento podem ser analisadas tanto do ponto de vista doméstico, quanto regional.

No âmbito doméstico, sob comando de Netanyahu, Israel enfrentava um período de cortes orçamentários na esfera militar. As articulações e esforços para a aprovação do *Gideon Plan*, plano mencionado no documento, que prevê um plano de investimento a curto

¹³⁹ Nessa seção, optamos por fazer jus às citações originais do documento em inglês, visto que o mesmo já está previamente traduzido do hebraico.

prazo em tecnologia e armamento para as Forças, impulsionaram a divulgação e inclusão do debate na esfera pública israelense.

No âmbito regional do SROM são muitos aspectos de transformação de ameaças que podemos elencar, especialmente após a Guerra do Líbano de 2006, que conforme nossa análise demonstrou a fragilidade israelense no campo tático. Nos anos 2014 e 2015 cabe salientar dois importantes fatores em andamento no SROM: intensificação do Conflito na Síria, e intensificação do conflito israelo-palestino com a Operação Margem Protetora de 2014; e questão nuclear iraniana.

A operação Margem Protetora consistiu em uma ofensiva contra o Hamas que durou mais de um mês e acarretou em uma baixa considerável de mortes de palestinos. O Objetivo da Operação por parte das FDI era a destruição do armazenamento de armas do Hamas e de tuneis subterrâneos utilizados para romper o bloqueio imposto por Israel nas fronteiras da Faixa de Gaza (IDF, online). Cabe ressaltar que um aspecto curioso desta operação, foi que a mesma foi narrada na rede social *Twitter*, pelo perfil da própria IDF. Considerada uma das operações mais impactantes na população civil, o resultado foi a descoberta de mais de 32 tuneis subterrâneos do Hamas, sendo 14 deles com caminho para o território israelense e a morte em grande escala de palestinos. A mídia estimou que nesse curto espaço de tempo mais de dois mil palestinos foram mortos, em sua maioria jovens (MININ, 2014).

A questão nuclear iraniana também merece atenção, devido a inclusão dos interesses dos Estados Unidos. Segundo Herzog (2015), o documento serve como uma base para o estabelecimento de um acordo entre Estados Unidos e Israel quanto ao Irã. Cabe ressaltar que a Guarda Revolucionária do Irã, força nacional que controle o armamento nuclear iraniano foi fundamental no reaparelhamento e treinamento do Hezbollah, mostrado para o mundo na Segunda Guerra do Líbano.

Após a Guerra de 2006, Israel enfrenta uma “trégua” de beligerância com os vizinhos, com exceção obviamente da Faixa de Gaza. Observa-se que houve uma diminuição por parte da ameaça, quanto ao uso da força regular militar, sendo a estratégia do inimigo não mais a invasão ao território de Israel, por meios convencionais militares, mas sim o ataque por meio da penetração de atividades terroristas em outras esferas.

Esse fator impõe as FDI um compromisso maior com o investimento em tecnologia e inteligência. Não obstante, para Herzog (2015) a publicação sem precedentes do documento pode ser motivada

pelo desejo de moldar o debate público sobre a prioridade do Estado quanto a alocação de recursos nacionais para a segurança proporcionando estrategicamente uma discussão sobre os produtos de segurança necessários no enfrentamento dessas ameaças (HERZOG, 2015).

Com base nos elementos mencionados e na análise exploratória do documento, observamos que a IDF de Israel trata-se de um documento propositivo, que reitera o posicionamento ofensivo de Israel no seu entorno e expressa claramente sua definição de inimigo e os subsídios utilizados para o combate, no teatro operacional. Se sua legitimidade já é contestada no SROM, o texto da IDF enfatiza essa condição perante aos demais Estados. Tendo em vista que, diferentemente de uma potência regional cuja característica são os meios de cooperação regional, Israel tangencia sua ação em um cenário hobbesiano de guerra. Não há a previsão de cooperação com vizinhos, quando se menciona cooperação, associa-se ao âmbito extra-regional, com sua ênfase à aliança com os Estados Unidos, tal qual: “*Strategic cooperation — strengthening the relations with the United States and developing strategic ties with other key states in addition to establishing and reinforcing centers of support around the world*” (IDF, 2016, p. 4).

Após essa introdução, nas próximas seções trataremos do documento em seus aspectos de doutrina de segurança nacional; definição do inimigo e emprego da Força.

3.3.3 Doutrina de Segurança Nacional

O princípio de estratégia norteador do documento baseia-se no conceito militar tradicional, *Security Triangule*,¹⁴⁰ que inclui: dissuasão, defesa e derrota do inimigo (IDF, 2016, p. 3). Conforme descrito, a IDF “baseia-se em interesses nacionais vitais, nas convenções de segurança nacional e nas fundamentações teóricas sobre a prática militar.” (IDF, 2016, p. 3 Tradução nossa).

Esse aspecto militar supracitado é expresso nos seguintes princípios que as FDI comprometem-se em adotar: 1) estratégia defensiva; 2) tática ofensiva, 3) cooperação estratégica, 4) fortalecimento da cooperação regional, 5) manutenção da vantagem relativa em qualidade humana, capacidade tecnológica e inteligência.

¹⁴⁰ Termo cunhado por Ben-Gurion.

The IDF Strategy is the theoretical and practical infrastructure for all other military documents. As such, it is based on vital national interests, on the conventions of national security and on the foundations of military theory and practice. It provides a guideline to combining the elementary conventions of national security with the principles and rules of military theories. (IDF 2016, p. 3. Tradução Nossa).

Conforme se abordou no capítulo 2, a adoção da estratégia ofensiva foi constante no período aqui mencionado, com o histórico das operações israelenses, especialmente na Faixa de Gaza e na Guerra do Líbano. A adoção de uma tática ofensiva é materializada também no número de êxito que Israel obteve com suas operações.

O primeiro capítulo, “*Strategic Framework*”, apresenta o quadro geral da doutrina de segurança de Israel, sendo base para os capítulos posteriores que tratam da interpretação do Estado de defesa na atualidade, percepção de ameaças externas e campo operacional, a serem vistos na seção seguinte. Os elementos que compõem a doutrina nacional de Segurança de Israel, somado ao panorama estratégico estão sintetizados conforme o quadro a seguir:

Quadro 2 - Panorama Estratégico IDF 2016.

ELEMENTOS	INTERPRETAÇÃO DO ESTADO	
Metas Nacionais	Assegurar a existência de Israel; Preservar suas características como um Estado Judeu e democrático; Assegurar poder econômico e social; Manter o <i>status</i> regional e internacional; Buscar a paz com os vizinhos.	
Princípios de Segurança Nacional	Princípio Norteador: Dissuasão, <i>Detection</i> , Defesa e derrota do inimigo	(i) Estratégia defensiva (ii) Conceito militar ofensivo (iii) Cooperação Estratégica (iv) Fortalecimento da cooperação regional. (v) Manutenção da vantagem relativa em qualidade humana, capacidade tecnológica e inteligência.
Conceito de Segurança	Estabelecimento de períodos extensos de segurança	Para promover o desenvolvimento da sociedade, economia e ciência.
	Criação de Dissuasão	Dissuasão para elementos do ambiente regional que possam causar ameaças.
	Rotina	Realizar, aprofundar e manter a dissuasão por meio da construção da força. Ativar as organizações de segurança de forma coordenada para prejudicar as capacidades e acúmulo de força do inimigo.
	Atos de emergência em período de guerra	Alertar para a ameaça. Limitar o dano ao Estado de Israel e manter a dissuasão regional.

Fonte: Elaboração própria com base na IDF, 2016.

Com base no levantamento demonstrado, observa-se que o conceito de segurança da IDF é baseado na dissuasão. Por meio da prática de dissuasão, Israel atenta para manter sua posição de potência regional no SROM, tendo dois objetivos claramente tangenciados: preservação da sua característica como um Estado Judeu e manutenção do status quo regional, além da busca pela paz com vizinhos – prática a qual não representa seu padrão de comportamento do SROM, dado que essa última tentativa, representada pela retirada da Faixa de Gaza em 2005 com a finalidade de um cessar-fogo no epicentro do conflito, após as intifadas, falhou com a ofensiva ao Líbano em 2006.

3.3.4 Definição do Inimigo

A manutenção da dissuasão regional e a preservação da sua essência identitária também são refletidas ao longo do texto da IDF no que tange as percepções de ameaças identificadas.

A leitura de Israel quanto a percepção de ameaças está interligada a conjuntura do caráter difuso dos problemas de segurança. Compreendemos como *percepção* a construção de percepções compartilhadas pelo processo de socialização de Israel no seu CRS, a partir de uma visão construtivista. Fator evidenciado no comportamento da categoria aqui analisada, inserida nos recursos imateriais da dimensão ideacional das potências regionais como uma capacidade estatal, conforme mencionado em FLEMES (2007).

A interpretação do Estado parte de uma percepção multidimensional da segurança que inclui as ameaças de caráter tradicional e não tradicional. Quanto a segunda, diversas vezes é ressaltado no documento como ameaças: organizações terroristas e ameaças da esfera cibernética. O trecho abaixo apresenta de forma introdutória essa leitura de Israel:

In recent years, numerous phenomena have taken place within the strategic environment of the State of Israel, leading to changes in the threat characteristics along with the strength of the State of Israel, which have spread out from immediate surroundings to distant circles. The document is based on the understanding that the conventional and nonconventional threats stemming from the first circle are on the decline, while, on the other hand, an increase has been detected in sub-conventional threats (such as: terror organizations, using underground capabilities, or high trajectory fire to mention but a few) and cyber threats. This document has been written having in mind that in the course of the Multi-Year Plan, the IDF's strength must be built up both for multi-arena and multidimensional defense, and for attacks on a number of fronts simultaneously, and therefore we must be prepared to take action. In light of future challenges and changes in the enemy's characteristics, this "IDF Strategy" document, presents the required changes in the IDF, such as:

reinforcing the effectiveness of land maneuverability, varying operational capabilities within the 'Operation Between Wars', strengthening the cybernetic dimension and maintaining clear intelligence, air and marine superiority. (IDF, 2016, p. 2.).

Observa-se que mesmo com o surgimento de ameaças não convencionais, Israel não descarta as ameaças de origem convencional e estatais, a qual enfrenta em sua rotina de ação das FDI. Conforme exposto, se no passado o inimigo tinha o esforço em promover o nacionalismo árabe, buscando derrotar Israel por meio de ações militares convencionais, atualmente o país identifica que o inimigo mudou seu *modus operandi*, onde combina as atividades militares regulares com guerrilhas e terrorismo por meio da “*soft warfare*” (IDF, 2016, p.7). Aqui a definição do inimigo – como sendo o nacionalismo árabe – é expressa de maneira clara no documento, conforme o trecho a seguir:

*The threat to the State of Israel has undergone a change in recent years. In the past, **the enemy strove to promote a vision emphasizing Arab nationality**, and mainly attempted to defeat Israel via conventional military action. Today, however, the enemy is characterized by **local, ethnic-based and religious attributes**. Its modus operandi has altered, and now it combines regular military activity, guerilla warfare, terrorism and "soft" warfare. (IDF, 2016, p. 13. Grifos da autora).*

A alteração de enfoque da percepção foi desencadeada a partir dos atentados de onze de setembro. No combate aos ataques preemptivos¹⁴¹ dos Estados Unidos, a tendência das organizações não estatais não era mais a ação direta. Nesse momento, Israel declara uma nova perspectiva de segurança direcionada a derrota de grupos terroristas que atuam em áreas urbanas, iniciado com a Operação Escudo Defensivo abordada no capítulo 2 e posteriormente reaplicada no conflito com o Líbano.

Por sua vez, tais ameaças são apontadas e elencadas em sub categorias: ameaças estatais, organizações sub-estatais e organizações

¹⁴¹ Compreende-se por ataque preemptivo, a estratégia de se obter vantagem na guerra em relação ao inimigo.

terroristas sem conexão com um Estado específico. O quadro a seguir as sintetiza:

Quadro 3 - Fatores de Ameaças

ELEMENTOS	INTERPRETAÇÃO DO ESTADO	
Fatores de Ameaças	Estatais	Irã, Líbano e Síria (desintegrada)
	Organizações “sub-estatais”	<i>Hezbollah e Hamas</i>
	Organizações terroristas não-estatais	<i>Global Jihad, Palestinian Global Jihad, Estado Islâmico e outras</i> ¹⁴²

Fonte: Elaboração própria com base na IDF, 2015.

Dois fatores deste levantamento merecem destaque para nossa análise: 1) observa-se que todas as ameaças identificadas no documento divulgado ao público são de origem árabe; e 2) as ameaças identificadas fazem parte da seara de rivalidade dos Estados Unidos. A menção a Irã, Líbano e Síria merece atenção dado o contexto de publicação do documento. A República Islâmica do Irã trata-se de um líder regional que historicamente busca por uma liderança baseada na religião. Atualmente, o Irã busca em sua política externa exercer uma forte oposição ao Ocidente, principalmente a Estados Unidos e Israel, formando um eixo de resistência juntamente com seus aliados estatais: Síria; e não estatais Hezbollah (no Líbano) e Hamas (Palestina) (FÜRTIG, 2014).

O Líbano, no período da Guerra Fria fez parte da coalização com a antiga URSS e atualmente sofre um processo de fragmentação. Trata-se do país que sedia um dos maiores grupos armados do SROM, Hezbollah, por sua vez também mencionado, que declara oposição a Israel e Estados Unidos. Já a Síria, que conquistou sua independência no período próximo a Israel, 1946, além de ter sido forte aliada da URSS na Guerra Fria foi precursora de uma possível nação pan-árabe junto ao Egito¹⁴³.

¹⁴² Não especificadas pelo Estado.

¹⁴³ Com a iniciativa de instauração da República Árabe Unida (1958), junto ao Egito.

Após a Primavera Árabe (2011) o país foi palco de conflitos sangrentos e de desintegração. Embora tenha tentado em 2007 restabelecer relações com diversos países, incluindo Estados Unidos, a tentativa foi fracassada e o período de reformas durou pouco. Os sírios foram deixados à mercê de sua fraqueza institucional, tribunais ineficientes, corrupção endêmica e uma burocracia ineficiente (VISENTINI, 2014, p. 146). Quanto as organizações sub-estatais, além de Hezbollah, a menção ao Hamas, cuja rivalidade é histórica e se acentuou no período das intifadas (primeira e segunda), representa o padrão de continuidade do conflito israelo-palestino na impossibilidade de busca por paz e cessar fogo.

Tais percepções são novamente evidenciadas quando menciona-se as características da lógica estratégica do inimigo, as quais expressas: “i) O inimigo busca impor o domínio islâmico sobre o Oriente Médio, incluindo o Estado de Israel. Atua para corroer e exaustar a sociedade israelense. (ii) Os movimentos islâmicos de resistência buscam a substituição do estado-nação, tentando se estabelecerem nas fronteiras de baixa governabilidade. (iii) Problemas desafiadores com países Ocidentais, afetam a legitimidade do conflito com Israel. (IDF, 2015, p.7)

Por fim, quanto ao uso da força, as FDI dedicam um capítulo do documento para seus desdobramentos de uso da Força em situações de conflito, conforme abordado a seguir:

3.3.5 Emprego da Força

A orientação de emprego da força é apresentada no capítulo 3 do documento, cujo objetivo é aplicar os “*general principles for the IDF's use of force during routine, emergencies, and war, as well as with the key political and strategic goal required from the IDF, along with the IDF's basic functional modus operandi, and their operating logic*”. (IDF, 2016, p. 17)

Como em uma democracia com controle civil democrático, o escalão político deve instruir o escalão militar quanto ao emprego do uso da força. No capítulo em questão é abordada a conduta das FDI e seus instrumentos de preparo para a aplicabilidade da força no campo operacional. O documento apresenta a conduta das FDI em situações de

rotina; emergência¹⁴⁴ e guerra. Conforme abordamos no capítulo 2, todas as situações estão inseridas na rotina das FDI.

O uso da Força está incluso nos princípios que norteiam a doutrina de segurança de Israel. Dissuasão, *Detection*, Defesa e derrota do inimigo são delineadas a partir da superioridade da Inteligência do Estado. Após o chefe do Estado Maior determinar a situação específica que o país está enfrentando, a Inteligência exerce a sua função. Analisaremos o emprego da força, nas situações em que os três princípios são aplicados.

De modo geral os aspectos que tangenciam o uso da força das FDI têm a finalidade de dissuadir o inimigo, e para esse feito as FDI se utilizam sua inteligência. Podemos relacionar essa prática dissuasória na esfera dos recursos ideacionais, visto que não necessariamente há o emprego militar. O Estado afirma que utilizará de todo os seus recursos de inteligência para manter sua superioridade perante os inimigos, o que possibilita o planejamento de operações. O quadro abaixo demonstra os tipos de Inteligência e seus objetivos.

Quadro 4 - Inteligência – FDI

SETOR	OBJETIVOS DA INTELIGÊNCIA
Nacional	<i>National Intelligence</i> : “Permitir a formulação de uma estratégia de defesa nacional, determinar as ameaças de referência e cenário para a criação de forças, para permitir a utilização dos recursos de preparação e empoderamento. A Inteligência Nacional deve apoiar a identificação de mudanças que exigem que as FDI assumam diferentes preparações que incluam a capacidade de detectar alterações no curso do inimigo e provisão de uma resposta a questões em todos os níveis concernentes à Segurança Nacional”.
Estratégico	<i>Strategic Intelligence</i> : “Permitir a concepção e planejamento de operações. Formular uma solução factível e uma meta estratégica mensurável para refletir os objetivos políticos”.
Operacional	<i>Operational Intelligence</i> : “Permitir o uso da força no nível operacional e no nível tático para maximizar o impacto, e obter vantagens táticas. Essa inteligência provém de todas as agências de coleta de inteligência até o nível do batalhão.

Fonte: Elaboração própria com base em IDF (2015, p. 17).

¹⁴⁴ A rotina inclui o treinamento das FDI em curso, conflitos prolongados e operações que ocorrem entre as guerras. As situações de emergências referem-se à campanhas e operações limitadas, não inseridas dentro do quadro de guerra

O uso da força, quando escalado pelo poder político, será aplicado na seguinte demanda: “alcance da completa derrota militar do inimigo causando o mínimo de danos” (IDF, 2015, p. 20). A aplicabilidade do uso da força varia quanto a natureza da situação, sendo ela de rotina, emergencial ou de guerra. A situação de rotina se refere à segurança contínua, um confronto em curso ou uma campanha no período entre guerras; Uma situação de emergência se refere à campanhas e operações limitadas que não estão dentro de uma estrutura de guerra; e por fim a situação de guerra.

No desencadeamento de um conflito militar, a ação militar será definida quando:

The characteristics of actions in the various situations and the operating logic therein:
 a. **During routine** – defensive and offensive actions, promoting legitimacy and conducting non-military actions intended to reduce the enemy's freedom of action and to increase the State of Israel's freedom of action.

b. **During emergency** – use of limited military force (compared to a state of war). The objective of the use of force is to show the futility in employing force against Israel, and restore a calm situation without striving for an immediate strategic change. The impact on life on the home front will be as limited as possible. In addition, the campaign will focus on a limited/delineated achievement.

c. **During war** – the use of force is characterized by the significant recruitment of military and national resources, along with the willingness to take high risks, and the use of force at high and ongoing intensity to achieve victory. (IDF, 2016, p. 19)

Ao tratar do uso da força para situações emergenciais de Guerra, novamente, é dedicado um parágrafo do texto para menção ao Hamas e Hesbollah, citado no trecho que segue: *This paragraph refers to, a conflict with sub-state organizations (such as Hezbollah and Hamas as described above). The response and force buildup for this type of conflict, is also suitable for campaigns against militaries and states.*” (IDF, 2016, p. 20).

3.4 CONCLUSÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo, buscamos evidenciar nossa análise nos seguintes aspectos da dimensão doméstica de Israel: construção das identidades israelenses, construção das FDI e interpretação do Estado em seus aspectos de doutrina nacional, definição do inimigo e uso da força, expressas no documento de defesa nacional, divulgado em 2015.

Primeiramente, apresentamos o processo de construção histórica da identidade israelense, em seu carácter de nacionalismo estatal, o sionismo. Constatamos que a identidade nacional, iniciada no sionismo, sofreu modificações ao longo da história do Estado, caracterizado por ampla complexidade identitária. Nossas conclusões corroboram a literatura construtivista trabalhada, a qual observa que as identidades são processos de construção coletiva, passíveis de transformação.

Com essa análise, avaliamos os quatro estágios do sionismo, de acordo com Demant (2001), no recorte temporal de 1948 aos anos 2000. Constatamos que no segundo estágio, sionismo estatal (1948 – 1967) ocorreu o processo de construção e estruturação da identidade israelense, sob influência de três elementos: 1) Figura do Estadista Ben-Gurion na condução do projeto de unificação do exército nacional; 2) Criação das FDI e amplitude de suas atividades no tecido social e 3) desencadeamento da Guerra da Independência com os árabes, com vitória israelense. Nessa etapa, ao analisar os escritos originais do *Basel Program* (1897); da Declaração de Independência (1948) e da função das FDI (2016), observamos a inerente incorporação dos termos “identidade” e “povo judeu”. Por isso, concluímos que o sentimento de identidade judaica e desenvolvimento do sentimento de identidade israelense – com a criação da nação – foram fenômenos precedentes amalgamados na criação das FDI.

Na segunda etapa, considerada de sionismo tardio, observamos que a sociedade israelense enfrentava uma polarização interna, subdivida dentro do próprio judaísmo, o que colocou em voga o ideal sionista. No terceiro estágio, mediante a conjuntura regional e doméstica, observou-se a desestruturação da identidade israelense, não mais respaldada no sionismo. Israel era uma sociedade dicotômica dividida em dois extremos: progressismo intelectual contra a ocupação palestina; ortodoxia judaica em busca da restauração do sionismo de Estado.

No segundo momento do capítulo, nossa investigação foi direcionada à análise do documento de defesa nacional sobre a interpretação do Estado. Buscamos enfatizar nossa investigação nos

critérios da doutrina de segurança, percepção de ameaças e emprego da força. Concluimos que a divulgação do documento incluiu aspectos regionais e domésticos. Quanto ao primeiro, o cenário regional estava pautado no fortalecimento do Hezbollah após a Guerra do Líbano, manutenção do projeto nuclear iraniano sob comando da Guarda Revolucionária Iraniana e a atuação das potências extra regionais – Estados Unidos e Rússia – no conflito da Síria. Quanto ao segundo, em meio a uma crise econômica, as FDI necessitariam explicitar seu plano de ação em busca de recursos do parlamento e restauração do apoio da opinião pública – que havia sido enfraquecida na Operação Margem Protetora um ano antes (2014).

Constatamos que a doutrina de segurança se baseia nos conceitos de Dissuasão, *Detection*, Defesa e derrota do inimigo, sendo a estratégia da política de defesa defensiva com tática ofensiva. Tal estratégia é diretamente direcionada à definição do inimigo expressa por Israel: Irã, Líbano, Síria, Hezbollah, *Hamas*, *Global Jihad*, *Palestinian Global Jihad* e Estado Islâmico. O inimigo árabe retrata a percepção de ameaças do documento, interpretadas como de cunho não tradicional e evidenciadas nas organizações supracitadas, consideradas terroristas pela leitura do Estado. Observamos dois elementos na identificação destas ameaças: todas são de origem árabe; e todas fazem parte da seara de rivalidade dos Estados Unidos.

Por fim, quanto a estrutura tática observamos que o padrão de comportamento de Israel é representado no seu *Modus Operandi* ofensivo. Conforme o documento mostra, o Estado possui uma estrutura consolidada de inteligência, que precede os direcionamentos para a utilização da força em situações de rotina, emergência e guerra que envolva o inimigo árabe supracitado.

Concluimos que não somente os constrangimentos externos impostos pela região fariam parte da elaboração de uma política de defesa ofensiva, mas também a construção coletiva da identidade nacional e suas percepções a respeito da identidade árabe e a necessidade de auto-proteção. Os incentivos estruturais do SROM são uma condição necessária, mas não suficiente na definição da política de defesa israelense. O quadro abaixo apresenta as conclusões parciais das variáveis verificadas neste capítulo.

Quadro 5 - Quadro de variáveis

<i>PERIODIZAÇÃO</i>	POLÍTICA DE DEFESA	IDENTIDADE	POLARIDADE e POLARIZAÇÃO
(1948 – 1967)	ESTRUTURAÇÃO	Sionismo Estatal ESTRUTURAÇÃO	Guerra de Independência (1948) Crise de Suez (1956) Guerra dos Seis Dias (1967) Unipolar MANUTENÇÃO (DETERMINANTE)
(1967 – 1991)	MANUTENÇÃO	Sionismo Tardio TRANSIÇÃO P/ DESESTRUTURAÇÃO	<i>Yom Kippur (1973)</i> Primeira Intifada (1982) Guerra do Golfo (1990-1991) Unipolar MANUTENÇÃO (ALTA)
(1991 – 2006)	TRANSIÇÃO P/ REESTRUTURAÇÃO	Pós Sionismo DESESTRUTURAÇÃO	11 de set. (2001) Doutrina Bush Invasão Iraque (2003) Operação Escudo Defensivo (2ª intifada) Segunda Guerra do Líbano (2006) Unipolar MANUTENÇÃO (ALTA)
(2015 – atualidade)	MANUTENÇÃO (Divulgação do Documento, 2015)	REESTRUTURAÇÃO (Divulgação do Documento, 2015)	Manutenção ou mudança?

Fonte: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação teve como objeto de estudo o comportamento de Israel no seu entorno regional, traduzido na sua política de defesa. Frente à sua legitimidade contestada e ao contexto de beligerância árabe-israelense, que neste ano completa seus setenta anos, nos questionamos nesta pesquisa sobre quais os elementos que condicionam a política de defesa israelense. Nossa resposta a este questionamento considerou aspectos da dimensão regional do SROM, em suas características de polarização e polaridade e aspectos da dimensão doméstica do Estado judeu, em sua característica de identidade. Por meio do estudo exploratório inicial, partimos dos elementos de indução e dedução, para inferirmos uma hipótese a ser testada. Para este intento, operacionalizamos nossa pesquisa a partir de fontes primárias e secundárias, organizadas na estrutura textual dos capítulos, retomadas a seguir.

No primeiro capítulo, observamos por meio da moldura conceitual dos Complexos Regionais de Segurança, inserida na agenda do Novo Regionalismo que Israel se configura como uma potência regional, com capacidade de agência no seu sistema regional. Essa agenda inserida no contexto de pós Guerra Fria nos importa, ao apresentar uma nova abordagem ampliada de análise dos processos de segurança.

A segurança passa a ser tratada como um processo constitutivo, que se consolida com a disseminação das ameaças de caráter difuso. Ao nos debruçarmos no conceito de potências regionais, identificamos que os recursos destes Estados são considerados tanto pela dimensão material, quanto pela dimensão ideacional, configuração que nos permite a utilização de uma abordagem holística para compreensão dos fenômenos de segurança.

No segundo capítulo, nos dedicamos à análise do padrão histórico de relacionamento de Israel no seu entorno, no recorte temporal de 1948 até a Guerra do Líbano em 2006. Ao iniciarmos uma análise profunda sobre o SROM, compreendemos que a região detém de complexidades que perpassam as esferas de segurança, identidade, territorialidade e sociedade, cuja realidade de características próprias dispensa generalizações ocidentais. Nas palavras de Hinnebusch (2003, p. 3), autor muito utilizado em nossa análise, o SROM se molda por uma “identidade fragmentada em múltiplos territórios, com um núcleo

flanqueado por uma periferia de Estados não-árabes” (HINNEBUSCH, 2003, p. 3).

Ao analisar as características de polarização e polaridade – de maneira preliminar – observamos que o SROM se pauta nas seguintes características: alta quantidade de forças militarizadas não estatais, proliferação nuclear, guerra assimétrica, guerra intra-estatal, coalizações externas, guerra da informação e países com índices altos de importações de armamento, em comparação com as demais regiões. Estabelecida essa etapa, partimos para a análise de nosso recorte sub-regional com a investigação da balança regional árabe-israelense. Analisamos historicamente os conflitos israelo-palestino e o conflito israelo-libanês de 2006.

Identificamos que nos conflitos de 1948 a 1973 Israel demonstrou sua disposição na contenção do inimigo árabe, especialmente ao se tratar do caso do Egito, que emergia como uma peça importante na balança de poder regional. Com a mudança estrutural impulsionada pelo fim da Guerra Fria observamos que os atentados de onze de setembro consolidaram a agenda dos Estados Unidos para a região. Aqui concluímos os seguintes efeitos: 1) intervenção/direcionamento dos conflitos em nível regional, com profundas motivações geopolíticas e interesses privados do setor petrolífero, e 2) fortalecimento de sua aliança com Israel.

Por fim, apoiada a uma configuração regional de polarização, a Segunda Guerra do Líbano mostrou para as FDI uma coalização de forças preparadas e equilibradas, sob comando do Hezbollah, com treinamento militar da Guarda Revolucionária do Irã. Foram trinta e três dias de um claro exemplo de conflito assimétrico, cuja junção de táticas de guerrilha e táticas convencionais deixou Israel em desvantagem. A retirada do território a pedido da ONU, não foi suficiente para Israel. Era preciso uma reformulação nas suas FDI, especialmente na inteligência, conforme destacamos em nossa análise. Com este capítulo, concluímos que o padrão histórico de relacionamento de Israel no seu sistema regional é tangenciado por formações conflituais¹⁴⁵, causadas pela contestação de sua legitimidade, a partir dos Estados árabes. Não obstante, os fatores supracitados proporcionam um entorno conturbado, polarizado e militarmente ativo.

No terceiro capítulo, uma vez identificado o padrão de relacionamento de Israel no SROM, avaliamos as questões domésticas condicionantes da atuação da sua política de defesa, tal qual a identidade

¹⁴⁵ Na linguagem de Buzan e Weaver (2003).

estatal. Constatamos que o segundo estágio, sionismo estatal, no período de proclamação do Estado Judeu foi o epicentro para o processo de construção e estruturação da identidade israelense, sob influência de três elementos: 1) projeto de unificação do exército nacional conduzido por Ben-Gurion; 2) criação das FDI e amplitude de suas atividades no tecido social e 3) desencadeamento da Guerra da Independência com vitória israelense.

Ao analisar os aspectos profundos da identidade israelense, conscritos no sionismo, constatamos que a identidade nacional, iniciada no segundo estágio do sionismo sofreu modificações ao longo da história do Estado. Corroborando com a literatura construtivista trabalhada, a qual observa que as identidades são processos de construção coletiva, passíveis de transformação. Concluímos que não somente os constrangimentos externos impostos pela região fariam parte da elaboração de uma política de defesa ofensiva, mas também a construção coletiva da identidade nacional e suas percepções a respeito da identidade árabe e necessidade de auto-proteção. Para concluirmos nossa análise, analisamos os escritos do *Basel Program* (1897); da Declaração de Independência (1948) e da função das FDI (2016), nos quais observamos a inerente incorporação dos termos “identidade” e “povo judeu”.

Por fim, concluímos que os incentivos estruturais do SROM são uma condição necessária, mas não suficiente na definição da política de defesa israelense. O caso de Israel merece relevância por se constituir como uma potência regional cuja agência no seu entorno se tangenciou pelas suas relações de inimizade com os Estados árabes, em específico com o caso da Palestina, inserido em um cenário de complexidade, cujas narrativas de percepção de identidade assumem relevância.

Como parte do estudo hipotético dedutivo, nossa hipótese foi testada com apoio da literatura apresentada sobre Novo Regionalismo e Potências Regionais e das contribuições teóricas do comportamento estatal a luz das abordagens do Construtivismo e Realismo Neoclássico. Constatamos que enquanto a variável independente aqui abordada como a estrutura de polarização e polaridade do SROM foi estruturada logo no primeiro conflito árabe-israelense e se manteve constante ao longo dos períodos analisados, no processo de interação social dos Estados a identidade estatal e as narrativas de percepção se expressam como variável interveniente, conforme o Realismo Neoclássico nos permite identificar. Os pontos de *estruturação, manutenção e desestruturação* da identidade nacional israelense, estiveram submetidos à estrutura regional identificada.

Em face de tais conclusões, salientamos que o esforço aqui prestado contribui para o avanço dos estudos das potências regionais – sendo essa uma categoria recente no campo teórico das Relações Internacionais, proporcionando iniciativas de estudos comparados com outros países de outros entornos regionais. Para nosso caso, por tratar-se de um Estado, que “nasceu da Guerra” conforme apontou Cohen (2008), não ter reconhecimento por uma parcela de demais Estados e afetar diretamente um terceiro agente externo – o povo palestino – cuja relevância é muito sensível na comunidade do terceiro mundo, salientamos algumas limitações impostas à pesquisa.

Dentre tais limitações está a dificuldade de mensuração da variável identidade, visto que se trata de uma abordagem dotada de percepções compartilhadas, que envolvem dois povos com tragédias anunciadas em sua história: a *Shoa* e a *Al-Nakba*. Muitas tentativas de diálogo com pessoas judias e palestinas foram frustradas, devido à sensibilidade e particularidade da narrativa de cada povo. Outra limitação derivou-se da dificuldade de acesso a materiais, como relatórios do governo sobre eleições parlamentares, e atuação da FDI, restritos aos ambientes israelense e estadunidense, não disponíveis para acessibilidade pública. Esse fator contribuiu para a dificuldade de aprofundamento da atuação israelense nos conflitos.

Tais limitações podem ser traduzidas na proposição de estudos futuros, de maior longo prazo. Observamos que a possibilidade de entrevistas com atores relacionados ao governo israelense, bem como soldados das FDI e cidadãos árabes-israelenses, auxiliaria em paralelo à análise documental aqui proposta, o que resultaria em uma compreensão mais profunda acerca do documento de defesa e seu processo de elaboração.

No entanto, a pesquisa cumpriu seu papel em apresentar os condicionantes envolvidos no comportamento de Israel, traduzidos na sua política de defesa no período adotado. Salientamos que a análise do documento foi de importante relevância para o resultado atingido, no qual, visamos não mais do que contribuir para o estabelecimento deste debate no cenário acadêmico brasileiro, tanto na esfera de estudos judaicos quanto na esfera de estudos palestinos.

Frente ao atual cenário de incerteza do contexto doméstico israelense, no cerne de seu período eleitoral – cuja vitória foi do atual candidato Benjamin Netanyahu (2019) – e frente ao cenário sistêmico sob a administração de Donald Trump com os recentes eventos como a retirada conjunta de ambos países da UNESCO (2017) e do reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel por parte dos

Estados Unidos, inclusive com a intenção brasileira de realizar o mesmo feito (2019) concluímos que o cenário de beligerância árabe-israelense está longe de caminhar para o seu fim. A vitória de Netanyahu, cujo plano de governo se demonstra enfático na busca pela inclusão soberana dos territórios ocupados e eliminação da Palestina, corrobora com as conclusões aqui tangenciadas sobre a política de defesa, sinalizando um processo de manutenção. O desespero da restauração da identidade israelense aqui trabalhada, construída no período estatal, nunca esteve tão em voga como atualmente. Conforme apontou Hannah Arendt *“É pelo fato de a igualdade exigir que eu reconheça que todo e qualquer indivíduo é igual a mim que os conflitos entre grupos diferentes [...] assumem formas tão terrivelmente cruéis”* (ARENDR, 2012, p. 94).

REFERÊNCIAS

ACÁCIO, Igor Daniel Palhares. **Polaridade Regional e Percepção de Ameaças: comparando as políticas de defesa de África do Sul, Brasil e Índia**. 153 f. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2013.

ACHARYA, Amitav. The Emerging Regional Architecture of World Politics. **World Politics**, 59, 2007. pp.629-652

ADLER, Emanuel. O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova**, nº 47, pp. 201-239. 1999.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AYOUB, Mohammed. **The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System**. Boulder: Lynne Rienner, 1995.

BECK, Martin. The Concept of Regional Power as Applied to the Middle East. In FÜRTIG, Henner (ed.). **Regional Powers in the Middle East: new constellations after the arab spring**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2014. pp.1-20.

BECK, Martin. Israel: Regional Politics in a Highly Fragmented Region. In: **Regional Leadership in the Global System Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers**. Organizado por Daniel Flesher. pp. 127 – 151. England, USA: Ashgate Publishing. 2010.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Editora da Universidade de Brasília. Vo. 1: 1358 p. Brasília, 1998.

BUZAN, Barry. The Inaugural Kenneth Waltz Annual Lecture: A World Order Without Superpowers: Decentred Globalism. **International Relations**, v. 1, n. 25, p. 3-25, 2011.

BUZAN, Barry. Rethinking Security after the Cold War. **Cooperation and Conflict**, v. 32, n. 1, p. 5-28, 1997.

BUZAN, Barry; JONES, Charles; LITTLE, Richard. **The Logic of Anarchy: Neorealism to Structural Realism**. New York: Columbia University Press, 1993.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder CO: Lynne Rienner Publishers. 1998.

CASTELLANO, Igor. **Política externa na África Austral: causas das mudanças nos padrões de cooperação-conflito (1975-2010)**. 2014. 437 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Econômicas, PPGEEI, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

CATIGNANI, Sergio. **Motivating Soldiers: The Example of the Israeli Defense Forces**. Autumm, 2004.

CEPIK, Marco. **Segurança Internacional da Ordem Internacional aos desafios para a América do Sul a para a CELAC**. UFRGS, 2005.

CEPIK, Marco. Segurança Regional, Instituições de Defesa e Capacidades Militares nos países do Fórum IBAS: Índia, África do Sul e Brasil em Perspectiva Comparada. In: **G3, Fórum de Diálogo IBAS: uma experiência de cooperação Sul-Sul**. Organizado por Paulo F. Visentini, Marco A. Cepik e Analúcia D. Pereira. Curitiba: Juruá. 2011.

COHEN, Stuart A. **Israel and its Army: from cohesion to confusion**. Routledge. New York. 2008.

COHEN, Stuart. The Israel Defense Forces (IDF) From a “People’s Army” to a “Professional Military” – causes and implications. **Armed Forces & Society**, Vol. 21, No. 2, Winter 1995, pp. 237-254.

CORDESMAN, Anthony. **Iran's Support of the Hezbollah in Lebanon**. In: Center for Strategic and International Studies (CSIS). July 15. 2006. Disponível em: < <https://www.csis.org/analysis/iran-support-hezbollah-lebanon> > Acesso março de 2019.

CORDESMANN, Anthony. The Military Balance in the Middle East. An Analytic Overview: Military Expenditures and Arms Transfers, Major Arms by Country and Zone, and Qualitative Trends. **Center for Strategic and International Studies**: Washington, DC. 2003.

CORDESMANN, Anthony. The Military Balance in the Middle East: An executive summary. La Jolla: **Institute on Global Conflict and Cooperation**, Policy Paper. 49. 1999.

DEMANT, Peter. “Identidades israelenses e palestinas: questões ideológicas.” In: **Israel-Palestina: a construção da paz visa de uma perspectiva global**. Editado por Gilberto Dupas e Vigevani Tullo. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DEMANT, Peter. Israel: a crise próxima. **História (São Paulo)**, v. 33, n.2, p. 72 – 103, jul/dez. 2014.

FAWCETT, Louise. **International Relations of the Middle East**. 4ª ed. Organizado por Louise Fawcett. Oxford. Oxford University Press. 2016.

FELDBERG, Samuel. **Estados Unidos e Israel: Uma aliança em questão**. São Paulo. Editora Hucitec, 2008.

FERABOLLI, Silvia. Relações Internacionais do Mundo Árabe: Os Desafios para a Realização da Utopia Pan-Arabista. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 29, no 1, janeiro/junho 2007, p. 63-97.

FLEMES, Daniel. Conceptualising Regional Power in International Relations: Lessons from the South African Case. **GIGA Working Paper Series**. June, 2007.

FÜRTIG, Henner. Prospects for New Regional Powers in the Middle East. In FÜRTIG, Henner. (ed.). **Regional Powers in the Middle East: new constellations after the arab spring**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2014. pp.209-220.

GHERMAN, Michel. Entre a *Nakba* e a *Shoá*: catástrofes e narrativas nacionais. **História (São Paulo)**, vol. 33, núm, 2, julho-diciembre, pp. 104 – 121. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo. 2014.

HAARETZ NEWSPAPER. **Hezbollah**. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/misc/tags/TAG-hezbollah-1.5598890>> Acesso, março de 2019.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. Cambridge University Press. Cambridge. 2005.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HERZOG, Michel. “New IDF Strategy Goes Public”. **The Washington Institute: Improving the quality of the U.S Middle East Policy**. 2015. Disponível em: <<https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/new-idf-strategy-goes-public>> Acesso dezembro de 2018.

HINNEBUSCH, Raymond. **The International Politics of the Middle East**. Manchester University Press. Manchester e Nova York. 2003.

HOPF, Ted. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. **International Security**. Vol. 23, No. 1, (Summer 1998), pp: 171-2000.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HURREL, Andrew. **O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial**. Contexto Internacional, RJ, 1995.

IKENBERRY, John. MASTANDUNO, Michael. WOLFORTH, William. Introduction: Unipolarity, State Behavior and Systemic Consequences. **World Politics**, V. 61, N. 1, January 2009, pp. 1-27.

JEWISH VIRTUAL LIBRARY. **Israel: Israel Defense Forces (IDF).** Disponível em: < <https://www.jewishvirtuallibrary.org/israel-defense-forces-idf>> Acesso, janeiro de 2019.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: organized violence in a Global Era.** California: Santafornd University Press. 1999.

KAPPEL, Robert. Israel: The Partial Regional Power in the Middle East. In: **Regional Powers in the Middle East.** Organizado por Henner Fürtig. PP. 145 – 163. New York: Palgrave Macmillan. 2014.

KELLY, Robert. Security Theory in the “New Regionalism”. **International Studies Review.** 9 p. 197-229, 2007.

KNESSET. **The Knesset.** Disponível em: <<https://main.knesset.gov.il/EN/Pages/default.aspx>> Acesso janeiro de 2019.

LAPID, Y. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post Positive Era. **International Studies Quarterly,** v. 33, n. 3, p.235-254, 1989.

LINDEMANN, Marc. Laboratório de Assimetria: A Guerra do Líbano de 2006 e a Evolução das Táticas Terrestres Iranianas. **Military Review.** Ed. Set-Out- 2010. 2006.

MAGNOLI. Demétrio. **História das Guerras.** (Org.) Contexto. São Paulo. 2003.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MININ. Dmitry. **A frustrada Operação Margem Protetora de Israel.** Rússia. Strategic Culture Foundation. 2014. In Opera Mundi. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/37465/a+frustrada+operacao+margem+protetora+de+israel.shtml>> Acesso, janeiro de 2018.

NOLTE, Detlef. How to Compare Regional Powers: analytical concepts and research topics. **Review of International Studies**, v. 36, p.881-901, 2010.

NOLTE, Detlef. PRYS, Miriam. Regional Powers Still Matter! **German Institute of Global and Area Studies. GIGA Focus**. Global. Number 2, May 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS no BRASIL (ONUBR). **A ONU e o Terrorismo**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/terrorismo/>. Acesso, março 2019.

PAGLIARI, Graciela De Conti. **Segurança Regional e Política Externa Brasileira: As Relações Entre Brasil E América Do Sul, 1990-2006**. 2009. 281 f. Tese (Doutorado) Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PECEQUILO, Cristina. **A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança?** Editora UFRGS. Porto Alegre. 2003.

PERRY, Mark. CROOKE, Alastair. How Hezbollah Defeated Israel: Winning the intelligence war. **Asia Times**. October 12, 2006. Disponível em: < <http://www.conflictsforum.org/2006/how-hezbollah-defeated-israel/> > Acesso março de 2019.

POPPER, Karl. **The Logic of Scientific Discovery**. London and New York: Taylor & Francis e-library. 2005.

PRYS, Miriam. Hegemony, Domination, Detachment: Differences in Regional Powerhood. **International Studies Review**, Malden, v. 12, n. 4, p. 479–504, 3 Dec. 2010.

REICH, Bernard. **A Brief History of Israel**. Facts on File. New York. 2008.

REICH, Bernard. GOLDBERG, David H. **Historical Dictionary of Israel**. Historical Dictionaries of Asia, Oceania, and the Middle East, No. 68, n. 11, 2008, p. 559. The Scarecrow Press. Lanham, Maryland. 2008.

REYNOLDS, Paul. **Grandes desafios aguardam força da ONU no Líbano**. In: BBC Brasil. 16 de Agosto de 2006. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/08/060816_libano_reynoldsforcas.shtml> Acesso março de 2019.

REZENDE, Lucas Pereira. **Sobe E Desce: Explicando a Cooperação Em Defesa Na América Do Sul**. Brasília: Editora da UNB. 2015.

ROCHE, Alexandre. O Oriente Médio pós-Guerra Fria: a geopolítica e o processo de paz Israel –OLP. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 51, p. 17-45, jan./jun. 2012.

ROSE, Gideon. Review: Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, v. 51, n. 1, p. 144-172, oct. 1998.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. VITELLI, Marina Gisela. **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

SCHWELLER, Randall L. The Progressiveness of Neoclassical Realism. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. (Eds.) **Progress in International Relations Theory: Appraising the Field**. Cambridge: MIT Press, 2003. p. 311-347

SINGER, J. David. **The Level of Analysis Problem. The International System: Theoretical Essays**, edited by Klaus Knorr, and Sidney Verba. Princeton: Princeton university Press.

SMITH, Charles. The Arab-Israeli Conflict. In: **International Relations of the Middle East**. 4^a ed. Organizado por Louise Fawcett. Oxford: Oxford University Press. 2016.

SODERBAUM, Fredrik. Early, Old, New and Comparative Regionalism: The Scholarly Development of the field. **KFG Working Paper Series**. No. 64/ October. 2015.

STEWART-INGERSOLL, Robert. FRAZIER, Derrick. **Regional Powers and Security Orders: A Theoretical Framework**. London, Routledge Global Security Studies, 2011.

TALIAFERRO, Jeffrey W.; LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M. Introduction: Neoclassical Realism, the state and Foreign Policy. In: TALIAFERRO, Jeffrey W.; LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M. (Eds.) **Neoclassical Realism, the state and Foreign Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp: 1-41.

THOMPSON, William. The Regional Subsystem: A Conceptual Explication and Propositional Inventory. **International Studies Quarterly** 17:89-117. 1973.

VAN EVERA, Stephen. **Guide of Methods for Students of Political Science**. New York: Cornell University Press, 1997.

VICENTI, Marcel. “**Líder do Hezbollah diz que guerra contra Israel em 2006 mudou equilíbrio de poder na região**”. In: Opera Mundi. 15 de Agosto de 2015. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/noticia/41337/lider-do-hezbollah-diz-que-guerra-contra-israel-em-2006-mudou-equilibrio-de-poder-na-regiao>> Acesso março de 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Primavera Árabe: entre a Democracia e a Velha Geopolítica**. Porto Alegre: Leitura XXI. 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2014.

WALT, Stephen. **The Origins of Alliances**. Corneel University Press. Ithaca and London. 1987.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Tradução: Maria Luísa Felgueiras Gayo. Lisboa: Gradiva. 2002.

WENDT, Alexander. A anarquia é o que os Estados fazem dela: a construção social da política de poder. Tradução de Rodrigo Duque Estrada. **Monções** v.2, n. 3/jan/jun. 2013.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, Caps. 3, 6 e 7.

WOHLFORTH, William. The Stability of a Unipolar World. **International Security**, v. 24, n. 1, Summer 1999, p. 5-41.

ZAHREDDINE, Danny. O Conflito Palestino-israelense: implicações regionais e tendências. In: **O Brasil e os Novos Conflitos Internacionais**. Organizado por: Clóvis Brigagão e Domício Proença Jr. Rio de Janeiro: Gramma, 2006.

ZAHREDDINE, Danny. TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. A Ordem Regional no Oriente Médio 15 anos após os atentados de 11 de setembro. **Revista de Sociologia e Política**. V. 23, n. 53, p. 71-98, mar, 2015.

DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

BEN-GURION, David. *Yihud ve-Yi'ud* ('Uniqueness and Mission'), Tel-Aviv: Am. Oved. 1971.

ISRAEL DEFENSE FORCES, IDF. **Defense and Security**. Disponível em: <<https://www.idf.il/en/minisites/defense-and-security/>> Acesso, dezembro 2018.

ISRAEL DEFENSE FORCES, IDF. **General Staff**. Disponível em: <<https://www.idf.il/en/minisites/general-staff/>> Acesso, dezembro 2018.

ISRAEL DEFENSE FORCES, IDF. **IDF Mission**. Disponível em: <<https://www.idf.il/en/who-we-are/>> Acesso, janeiro 2019.

ISRAEL DEFENSE FORCES, IDF. **IDF Units**. Disponível em: <<https://www.idf.il/en/minisites/idf-units/>> Acesso, janeiro 2019.

ISRAEL DEFENSE FORCES, IDF. **Operation Defensive Shield**. Disponível em: <<https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/operation-defensive-shield-2002/>>. Acesso, janeiro 2019.

ISRAEL DEFENSE FORCES, IDF. **Operation Protective Edge**. Disponível em: <<https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/operation-protective-edge-julyaugust-2014/>> Acesso, abril de 2019.

ISRAEL DEFENSE FORCES, IDF. **Second Lebanon War**. Disponível em: <<https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/second-lebanon-war-2006/>>. Acesso, janeiro 2019.

ISRAEL DEFENSE FORCES, IDF. **Wars and Operations**. Disponível em: <<https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/>> Acesso, janeiro 2019.

ISRAEL MFA. **Ministry of Foreign Affairs**. Disponível em: <<https://mfa.gov.il/MFA/Pages/default.aspx>> Acesso, dezembro 2018.

ISRAEL MFA. **THE STATE: Israel Defense Forces (IDF)**.

Disponível em:

<<https://mfa.gov.il/mfa/aboutisrael/state/pages/the%20state-%20israel%20defense%20forces%20-idf-.aspx>> Acesso, dezembro 2018.

ISRAEL. **The Israel Defense Forces Strategy (IDF 2016)**. The IDF Chief of the General Staff. Translation by Susan Rosenberg. Research Assistance by Henry Rome Design & Layout by Andrew Facini, President and Fellows of Harvard College. Printed in the United States of America. 2016.

JEWISH VIRTUAL LIBRARY. **Israel's Wars & Operations: Palestinian – Al-Aqsa Intifada (2000 – 2005)**. Disponível em: <<https://www.jewishvirtuallibrary.org/palestinian-war-al-aqsa-intifada>>. Acesso, fevereiro de 2019.

JEWISH VIRTUAL LIBRARY. **Palestinian Terrorism: Major Terror Organizations**. Disponível em:

<<https://www.jewishvirtuallibrary.org/major-palestinian-terror-organizations>> Acesso, janeiro 2019.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. 2012. **Yearbook: armaments, disarmament and International Security**. Stockholm International Peace Research Institute database. 2012.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. 2015. **Yearbook: armaments, disarmament and International Security**. Stockholm International Peace Research Institute database. 2015.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. 2018. **Yearbook: armaments, disarmament and International Security**. Stockholm International Peace Research Institute database. 2018.

The Declaration of the Establishment of the State of Israel. Israel Ministry of Foreign Affairs. 1948. Disponível em:
<<https://mfa.gov.il/mfa/aboutisrael/israelat50/pages/the%20declaration%20of%20the%20establishment%20of%20the%20state.aspx>>

WORLD ZIONIST ORGANIZATION, **The Central Zionist Archives**. Selected Documents. Disponível em:
<<http://www.zionistarchives.org.il/en/collections/HerzlArchive/Pages/Herzldocs.aspx#!prettyPhoto>>. Acesso março de 2018.

GLOSSÁRIO

AL-NAKBÁ: Catástrofe em árabe. Significa o êxodo palestino, pela criação de Israel.

ALIYAAH: “Ascensão”, termo utilizado para identificar a emigração judaica para Israel.

HAGANAH: Organização paramilitar judaica, durante o mandato britânico.

KIBUTZ: Agrupamento judaico de indivíduos baseado na propriedade comum e coletividade.

KNESSET: Parlamento de Israel. (Autoridade Suprema do Estado).

SHOA: Holocausto para os judeus.

YISHUV: Comunidades judaicas na Palestina no período do mandato britânico.

YOM KIPPUR: Dia do perdão. Data sagrada do calendário judaico.

ZION: Referência a Jerusalém, como um símbolo espiritual.

ANEXO A- Mapa de Israel: Político



Fonte: Retirado de REICH, Bernard. A Brief History of Israel. Facts on File. New York. 2008. (p. xii)

ANEXO B – Balança Militar Árabe-Israelense

MIDDLE EAST



Fonte: Middle East Political 2008. The U.S Central Intelligence Agency. In: **The University of Texas Libraries**. Disponível em: <https://legacy.lib.utexas.edu/maps/middle_east.html> Grifos da autora.